



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 13, TERÇA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 12ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senadora Gleisi Hoffmann – Críticas ao monopólio existente nos direitos de transmissão de jogos de futebol; e outros assuntos.	7
Senador Reguffe – Críticas à carga tributária dos medicamentos no Brasil.	16
1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	18
1.2.3 – Oradores (continuação)	
Senador Elmano Férrer – Considerações a respeito da questão energética no Brasil.	18
Senador Cristovam Buarque – Destaque para a necessidade de construção no Brasil de uma aliança pelo futuro; e outros assuntos.	23
Senador Romero Jucá – Explicações sobre PEC subscrita por S. Exª que estendia aos presidentes das casas legislativas a prerrogativa de não serem processados penalmente por ato estranho ao mandato; e outro assunto.	31
Senador Wellington Fagundes – Expectativa de conclusão de obras inacabadas no Estado do Mato Grosso; e outros assuntos.	40
Senadora Rose de Freitas – Apoio à educação mais flexível e completa; e outro assunto.	45
Senador Paulo Paim – Defesa da criação de uma CPI da Previdência para investigar as contas do sistema de seguridade social; e outros assuntos.	52
Senador Paulo Bauer, como Líder – Posicionamento favorável à reforma do ensino médio.	58
1.3 – ENCERRAMENTO	60



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 12ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 53/2017**). *Será feita a substituição solicitada.* 62

2.1.2 – Documentos encaminhados à publicação

Senador Romero Jucá 64

2.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 11/2017 (nº 42/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos. 97

2.1.4 – Projeto de Lei do Senado

Nº 30/2017, do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.* 129

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	140
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	143
5 – LIDERANÇAS	144
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	147
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	152
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	153
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	192

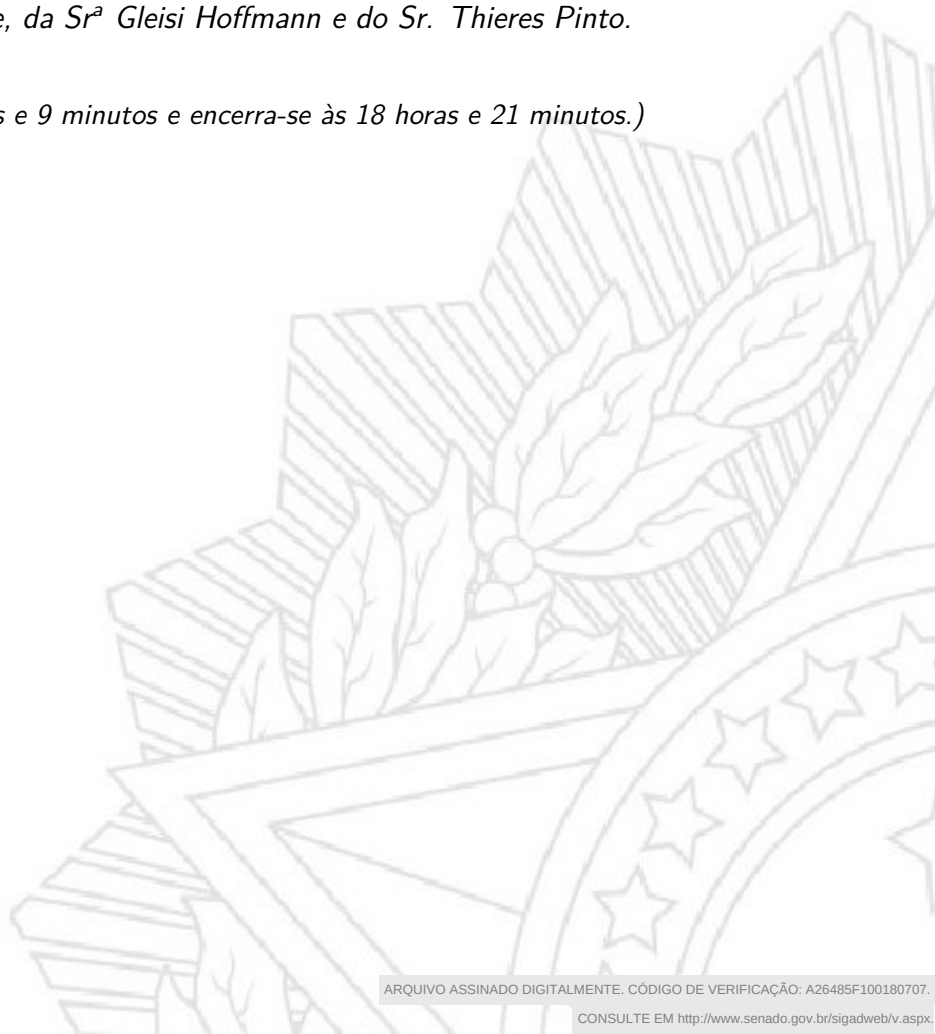


12ª Sessão, Não Deliberativa, em 20 de Fevereiro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Reguffe, da Srª Gleisi Hoffmann e do Sr. Thieres Pinto.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 18 horas e 21 minutos.)



ATA



O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão.

Convido para fazer uso da palavra a primeira oradora inscrita, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná.

V. Ex^a tem 20 minutos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado e também pela Rádio Senado e pelas redes sociais, eu subo a esta tribuna para falar de um tema que penso que nunca falei aqui: para falar de futebol, a paixão nacional. E falo de futebol exatamente porque meu Estado, o Estado do Paraná, com seus dois grandes clubes, o Atlético Paranaense e o Coritiba Foot Ball Club, está no centro das atenções hoje, na imprensa nacional, pelo ocorrido ontem, num jogo que seria um jogo clássico nosso, o chamado Atletiba, que acabou por não se realizar.

Foi um momento histórico na capital do meu Estado, Senador, em Curitiba. É o maior clássico do futebol paranaense, o Atletiba, que envolve as duas maiores equipes de futebol do Estado, o Atlético Paranaense e o Coritiba. E não aconteceu porque, segundo matérias que estão sendo divulgadas por jornalistas, a RPC, Rede Paranaense de Comunicação, afiliada da Rede Globo de Televisão, em conjunto com a Federação Paranaense de Futebol, não quiseram que acontecesse, apesar de estarem presentes no estádio e prontas para jogar as duas equipes e também milhares de torcedores e espectadores.

Depois de 45 minutos de espera, o estádio com muitos torcedores e milhares de telespectadores aguardando a transmissão dos jogos pelo YouTube e pelo Facebook, a Federação Paranaense de Futebol resolveu suspender a realização do jogo – estava tudo pronto para ser jogado –, ao que tudo indica, atuando como um braço operacional de uma rede de televisão lá do meu Estado que é afiliada da Rede Globo, defendendo seu interesse de manter o monopólio das transmissões do campeonato estadual e contrariando os interesses de seus maiores associados. Ou seja, a Federação, ao invés de defender os clubes, foi contra eles, contradisse o interesse do Atlético Paranaense e do Coritiba.

Para melhor ilustrar a situação, Presidente, passo a ler a nota publicada pelos dois clubes explicando o ocorrido.

O Coritiba Foot Ball Club e o Clube Atlético Paranaense informam que o clássico deste domingo (19), no Estádio Atlético Paranaense, não foi realizado devido à decisão da Federação Paranaense de Futebol de não autorizar o início da partida com a transmissão dos clubes em seus canais oficiais, no Facebook e YouTube, contrariando os interesses de seus afiliados CAP e CFC.

Os clubes lembram que a ação pioneira foi realizada, pois as duas equipes não venderam os direitos de transmissão de seus jogos no Campeonato Paranaense, por não concordarem com os valores oferecidos.

Não quiseram vender para a Rede Paranaense de Comunicação, afiliada da Globo, o direito de transmitir o jogo. Não concordaram com o preço. Esse é um direito dos clubes.



Diante da posição arbitrária e sem qualquer razoabilidade da Federação Paranaense de Futebol, os clubes lamentam o prejuízo causado ao futebol paranaense, em especial aos seus torcedores.

Aliás, ontem seria a primeira vez que nós, paranaenses, poderíamos assistir daqui, de Brasília, a um Atletiba, porque sempre passa só para o Estado do Paraná, para Curitiba. Nós já estávamos prontos para assistir ao jogo no Facebook e no YouTube e acabamos não conseguindo.

Mas, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, apesar do desserviço prestado ao futebol do Estado pela própria Federação Paranaense, que deveria estar lá para defender os clubes, as imagens de ontem da Arena da Baixada devem servir de exemplo e orgulho para todos os paranaenses e brasileiros que viram os dois clubes, seus atletas, suas comissões técnicas e diretorias juntos, de mãos dadas, literalmente, resistindo ao monopólio...

Eu queria mostrar esta foto aqui porque a acho muito bonita. É uma foto da Agência Gazeta do Povo. Ela foi veiculada nas redes sociais, eu a veiculei no meu Face, uma imagem bonita. Esses jogadores foram muito aplaudidos pelos torcedores presentes. Foram muito aplaudidos. Eles fizeram um círculo no campo, mostrando que estavam unidos com a torcida, que aplaudiu, e, por informações de jornalistas locais, os que saíram muito vaiados foram a Federação e a RPC, retransmissora da Globo, o que não surpreende.

Diz o Diretor de Marketing do Atlético Paranaense: “Eu queria explicar para as duas torcidas. Atlético e Curitiba não venderam seus direitos por essa esmola que a RPC e a TV Globo quiseram nos pagar. É um direito nosso”.

Pois é, parece que para a Federação Paranaense, que deveria ser a primeira a defender seus clubes, e para a RPC não é um direito dos clubes paranaenses decidir sobre a transmissão de suas partidas.

Muito bem falou hoje o jornalista Juca Kfourri sobre o tema:

É direito da TV achar que o jogo vale menos do que os clubes querem?

É. [É um direito dela achar que vale menos.]

E é direito dos clubes fazerem o que bem entenderem com os jogos que não venderam para a TV?

Sem dúvida, também é.

Se não querem vender para a TV, podem passar nas redes sociais, nos canais disponíveis nas redes sociais e que são mais democráticos, dão maior acesso.

Ontem à noite, em contato telefônico com o Programa Bate-Bola do Canal ESPN Brasil, o presidente da federação, Hélio Cury, afirmou que o motivo da suspensão do jogo tinha sido a presença de cerca de uma dúzia de jornalistas não credenciados com 48h de antecedência pela federação no gramado da Arena da Baixada, o que, convenhamos, é algo inaceitável para justificar a não realização de um jogo dessa magnitude, com tantos presentes e com uma expectativa muito grande de audiência.

Será realmente que não era possível solucionar essa pequena questão dos jornalistas e permitir a realização do jogo com a transmissão escolhida pelos dois clubes? Por que não? Não era só retirar os jornalistas? Atrasava um pouco, mas ia continuar, o jogo iria continuar, e o Facebook e o YouTube iriam mostrar.

Na mesma conversa, entretanto, o presidente Hélio Cury, ao responder a questionamentos dos jornalistas do programa, afirmou que, para os próximos jogos, se as questões de



credenciamento forem tratadas em tempo hábil, não haverá mais problemas por parte da federação. Veremos. Espero realmente que isso aconteça e que os clubes mantenham a sua disposição de democratizar a transmissão de seus jogos, quebrando, portanto, um monopólio de informação.

O Athletico de ontem poderia marcar o início de uma revolução no futebol brasileiro, com a primeira transmissão pelo YouTube de uma partida dessa magnitude. Infelizmente, por determinação da Federação Paranaense de Futebol, por motivo fútil e de interesse econômico, o jogo foi suspenso. Ou seja, em vez de termos uma transmissão histórica, democrática, autônoma e independente, que poderia conferir mais poder para os clubes do País, tivemos mais uma demonstração da força e do domínio do monopólio das comunicações no futebol nacional e de sua cartolagem.

Episódios como esse demonstram o quanto a vontade e as opiniões de tevês, principalmente a Globo, valem neste País, quando a simples tentativa de dois clubes do Paraná de buscar alternativas mais rentáveis e democráticas para a transmissão de seus jogos é deliberadamente e descaradamente impedida de forma tão truculenta e absurda.

Uma empresa não pode ser dona de tudo, dona do futebol, dona das transmissões esportivas em geral, dona do Carnaval, dona da informação e dona da verdade – e aí de alguém que tente desafiá-la! O Atlético Paranaense e o Coritiba sabem bem disso. Se não transmite com a tevê, como a Globo quer, não transmite – foi o que aconteceu ontem.

Quem neste País que acompanha futebol não sabe que os principais jogos de meio de semana, quando é mais difícil para os espectadores irem ao estádio pois trabalham no dia seguinte, são iniciados por volta das 22h, bem tarde, justamente para não atrapalhar o horário das novelas? Então por que não se libera para outros canais, para as redes sociais? Democratiza, as pessoas assistem quando quiserem. Se quiserem assistir a novela, assistem, se quiserem assistir ao futebol, assistem. É disso que nós precisamos. Nós temos que ter democracia nos meios de comunicação. As pessoas têm que poder optar pelo que querem ver.

O Athletico que não ocorreu entra para a história como demonstração do poder de alguns poucos que se contrapõem ao interesse de centenas de milhares. Ontem o Paraná seria mais uma vez vanguarda ao inaugurar no País a transmissão via internet de grandes jogos nacionais, mas a força do monopólio de comunicação prevaleceu. Espero que tenha sido apenas um breve adiamento e que, logo, nós, torcedores do futebol paranaense, possamos nos orgulhar de mais essa conquista, que seguramente trará mais autonomia para nossos clubes, mais acesso às transmissões para nossos torcedores e mais democracia na comunicação em geral do País.

Ontem pode ter sido um primeiro grande passo para a mudança. Saúdo a coragem dos clubes paranaenses e espero que se mantenham unidos e firmes, pois restou claro que a torcida está com eles. Parabéns aos jogadores que entraram em campo, ouviram o hino, foram para suas posições – mas não tocaram na bola. Parabéns à torcida, aos cerca de 20 mil fãs, que, segundo jornalistas presentes ao estádio, aplaudiu e vaiou – aplaudiu os jogadores, que se deram as mãos em círculo ao sair de campo, e vaiou a federação e a RPC/Globo.

No Twitter, a *hashtag* #Athletico ferveu na noite de ontem. A esmagadora maioria dos internautas elogiava entusiasmadamente a atitude dos times.

Ao encerrar, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ressalto como inadmissível o comportamento da federação, entidade-meio que deveria estar a serviço dos clubes e que jamais poderia extrapolar



suas funções defendendo os interesses de terceiros. Aliás, eu pergunto: para que existem as federações de futebol? Gostaria muito de saber.

Sou da opinião, Presidente Reguffe, de que o futebol brasileiro, que é um patrimônio do nosso País e do nosso povo, precisa ser reorganizado, e o Congresso Nacional, nós desta Casa, podemos ajudar nisso, até porque, se depender dessas entidades carcomidas que há décadas se adonaram do futebol, nada vai mudar e continuaremos enfrentando vexames como esse que se consumou nesse último domingo no Paraná.

Estou convencida de que a organização dos campeonatos estaduais e nacional deve ser feita por ligas independentes dos clubes – não precisa de federações, mas de ligas independentes dos clubes –, ficando a CBF, a Confederação, com a função de cuidar apenas da Seleção Brasileira. Assim, quem organizaria tudo, inclusive as transmissões de rádio e tevê, seriam os próprios clubes, tirando esse poder desmedido e usurpado das mãos dessas federações, que são intermediárias. No que elas contribuem para o futebol local? São os clubes, que dão duro formando os jogadores, que devem organizar os campeonatos.

Eu pretendo estudar mais essa questão, Senador Reguffe. Essa situação que ocorreu ontem no meu Estado me despertou para essa matéria. Acho que, como o futebol é algo que mexe com os corações e com as mentes da população brasileira, precisamos prestar atenção em como está sendo tratado, principalmente no que se refere à democratização e ao acesso das pessoas aos jogos, à possibilidade de poderem se divertir.

Eu vou conhecer melhor os projetos que existem nesta Casa e na Câmara dos Deputados para ajudar a melhorar essa organização, ajudar a valorizar os clubes, os jogadores e garantir que os torcedores tenham o melhor retorno pelo entusiasmo e até pelo amor com que se envolvem e se dedicam a fortalecer os clubes de seus corações e que ficam tão frustrados quando eventos como o de ontem acontecem.

Tinha até pensado em convidar a Federação Paranaense de Futebol para vir se explicar nesta Casa, mas acho que não vale a pena, Senador Reguffe. Acho que o que nós temos que fazer é estudar os projetos que estão aqui, temos que nos debruçarmos sobre esse tema e regulamentá-lo de forma diferente. Concorde que a democratização tem que ser um item importantíssimo nessa discussão. As ligas independentes podem fazer um bom trabalho pelo futebol brasileiro.

A democracia no Brasil vive um momento de enorme dificuldade. Atentados ao Estado de direito e às liberdades e garantias repetem-se com gravíssima frequência. O que aconteceu em Curitiba é uma demonstração clara dos tempos difíceis que vivemos, quando contrariar os interesses dos grandes não é permitido.

Se algo tão simples quanto à escolha de dois grandes clubes de futebol em relação aos seus direitos de transmissão não é respeitado, imaginem o que acontece com quem ousa divergir dos interesses diretos desses grupos.

Que sirva de exemplo para o Brasil o Atletiba que não aconteceu como demonstração de quão essencial é assegurar a democratização da comunicação, o acesso à internet e tudo mais que possa verdadeiramente fortalecer a nossa democracia e, nesse caso, fortalecer nosso futebol.

Eu sou atleticana, torcedora do Clube Atlético Paranaense, mas agora, Senador Reguffe, estou atletibana, porque estou aqui sentindo muito orgulho dos times que ontem fizeram essa bela intervenção na Arena da Baixada lá na minha cidade. Parabéns ao Atlético, parabéns ao Coritiba. Vocês orgulham muito os paranaenses, os torcedores paranaenses.



E não podia terminar aqui, Senador Reguffe, utilizando o tempo que me resta, sem fazer duas colocações que eu acho de extrema importância.

Na sexta-feira o Senador Paim e eu discutimos aqui, por muito tempo, o fortalecimento da indústria nacional, em especial através do conteúdo nacional de produção. O Senador Paim falava aqui do polo naval do Rio Grande do Sul, que está sendo desmontado, porque as concessões de petróleo e gás não estão mais priorizando o conteúdo nacional. Isso está acabando com as empresas que servem de fornecedoras de materiais e também desempregando muitas pessoas, algo que a gente já tinha conseguido superar aqui no País. Eu fiz um pronunciamento também lamentando isso.

E eis que esse tema continua na imprensa. Hoje nós temos, no jornal *Valor Econômico*, uma matéria que vem apenas confirmar o que nós falávamos, na sexta-feira, de desmonte da indústria nacional.

O BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, é um banco de fomento. Ele existe no Brasil, como em diversos outros países, para quê? Para fomentar, para dar dinheiro, fazer operações de crédito com recursos mais baratos, com juros mais baixos – senão você não desenvolve a indústria nacional, senão você não tem investimento. Você tem que ter prazo longo para as operações de crédito e juros mais baratos, o que o mercado financeiro não faz. Via de regra, o mercado financeiro coloca altos juros e prazo mais curto. Então, o BNDES tem essa função.

Bom, nós já tivemos, no ano passado, a devolução por parte do BNDES de R\$100 bilhões para o caixa do Tesouro para pagar dívida e juros – R\$100 bilhões que, no momento de crise que vivemos, poderiam ter sido colocados no mercado exatamente para financiar as nossas empresas e financiar o investimento. Nós esterilizamos esse dinheiro, nós o mandamos para pagar juros.

Bom, agora saiu a notícia de que, mesmo com essa devolução ao Tesouro Nacional de R\$ 100 bilhões em dezembro, o caixa do BNDES cresceu nos últimos meses e supera os R\$100 bilhões. Ou seja, o BNDES tem em caixa R\$100 bilhões e não está emprestando para o sistema produtivo, nem para a indústria, nem para fazer investimento, está com esse dinheiro entesourado. Esperando o quê? Dizem eles que esperando as concessões, esperando as oportunidades para financiar os investimentos.

Ora, se tenho um dinheiro parado e posso fazer com que esse dinheiro chegue mais barato às mãos de quem produz para que a economia retome seu crescimento, eu tenho que fazer isso acontecer, eu não posso esperar. A nossa economia está no chão, nós não temos economia.

Aliás, ficam se vangloriando de que a inflação caiu. A inflação caiu porque a economia está no chão, nós temos uma recessão. Ou seja, para curar a doença, mataram o paciente.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Não é possível que a gente continue vendo notícias como essa e o Governo na defensiva.

E aqui é importante dizer que, agora, os empresários estão batendo no Governo. Por exemplo, o presidente da Abiplast, que é uma entidade que representa a indústria do plástico, que também esteve nos manifestos pelo *impeachment* da Presidenta Dilma, que também queria tirar a Presidenta Dilma, está agora dizendo que o BNDES é o ponto fora da curva, que é consenso no empresariado a reclamação sobre o BNDES, que ele está travado, que o banco está sentado em cima do dinheiro e até devolveu recursos para o Tesouro no ano passado. Nós alertamos para isso,



nós falamos que o BNDES ia se tornar um instrumento na mão de um governo que privilegia o mercado financeiro e não a produção do País, não o desenvolvimento nacional.

Aliás, seria muito mais franco por parte do Governo, muito mais legítimo, muito mais sério, se ele viesse a público e dissesse: "Nós vamos acabar com o BNDES". De que adianta ter um banco de fomento que não faz fomento? Para que vai adiantar o BNDES? Será que é só para fazer as privatizações?

Aí quero entrar em outro tema que é muito grave e que também foi manchete de um dos jornais brasileiros no final de semana, a *Folha de S.Paulo*: o Governo prepara um pacote de investimentos, inclusive incentivos – deve ser para isso que vai usar o dinheiro do BNDES –, para que sejam aplicados R\$371 bilhões no Brasil nos próximos anos.

Mas vejamos: qual é a linha dos investimentos do Governo? Aí vocês vão me responder se não é um governo dos ricos, para os ricos e pelos ricos e atrelado ao interesse estrangeiro. Uma das primeiras propostas do Governo para fomentar o mercado imobiliário é liberar o FGTS para a aquisição de imóveis de R\$1,5 milhão – R\$1,5 milhão! O FGTS para poder financiar o Minha Casa Minha Vida, faixa 1, que foi o que efetivamente fez o mercado de construção e imobiliário se desenvolver, empregar gente, e a população mais pobre ter direito a casa, não pode. Isso não pode. Nós não vamos fazer isso com o FGTS – o Governo não vai fazer a operação. Mas passar para os bancos para financiar imóvel de R\$1,5 milhão pode. Isso não é para rico? Para quem é? Quem pode comprar hoje imóvel de R\$1,5 milhão? A classe média, a classe média alta, ricos neste País. Pobre não compra imóvel de R\$1,5 milhão. Mas o FGTS, que é o fundo de garantia dos trabalhadores, vai para isso.

A outra coisa é sobre o Minha Casa, Minha Vida. Anunciaram com pompa e circunstância que o Minha Casa, Minha Vida seria reformulado e que iria ajudar no desenvolvimento também da economia, no crescimento econômico. Sabe o que eles fizeram? Estão privilegiando liberar dinheiro para aquelas famílias adquirirem casa, aquelas famílias que têm faixa de renda de R\$9 mil – entre R\$6 mil e R\$9 mil.

Quem tem entre R\$6 mil e R\$9 mil, que é a classe média brasileira, numa situação de aperto, se estiver empregada, não vai se lançar a comprar casa, não vai fazer um empréstimo, até porque o juro aqui não é o juro subsidiado. E quem está empregado, quem está bem... Quem está desempregado não compra, e quem está empregado vai guardar o dinheiro.

Então, é óbvio que é para não funcionar esse programa e é óbvio que ele é direcionado para quem mais tem na sociedade. Esse Governo tem lado, e é claro o lado que esse Governo tem.

A outra coisa interessante que eu acabei de falar é a diminuição de conteúdo nacional. Sabe por quê, Senador Reguffe? Eles estão dizendo o seguinte: para agilizar os leilões, a concessão de petróleo, dos postos de petróleo, eles têm que abrir mão do conteúdo local, porque é mais demorado, torna mais complexo, então eles podem importar.

Essa gente está ficando louca. Nós vamos fazer concessão agora de campo do pré-sal? E nós vamos importar? Nós estamos fazendo plataforma na China, as plataformas que o Lula tinha internalizado. Nós estávamos fazendo plataforma aqui em vários Estados – Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo. Fecharam! Fecharam! Essa indústria naval está fechada. Agora, nós estamos fazendo plataforma na China e em Singapura. É bom, porque os chineses precisam do emprego, não é?

Então, os brasileiros... Não estão nem aí, são números para o Governo. O problema é fazer com que o setor empresarial, os investidores tenham o seu dinheiro, os seus investimentos com



uma rentabilidade maior e mais rápida. Isso é um acinte ao desenvolvimento nacional, a um projeto de nação.

A outra coisa é a venda de terras para estrangeiros. Essa, então, é a melhor que nós temos.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eles dizem que têm condições de injetar no País, para investimentos, R\$71 bilhões vendendo terra para estrangeiro. Qual é o país que vende terra para estrangeiro? Eu gostaria de saber. Os americanos vendem? Os chineses vendem? As grandes nações vendem? Claro que não! Claro que não! Terra é soberania. Ainda mais num país como o nosso, que é provedor de alimentos do mundo, que é o maior fornecedor, um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo.

Para quem que nós vamos vender terra? Ora, tenham vergonha de fazer uma proposta como essa. Sejam menos entreguistas, gente. É muito feio o que vocês estão fazendo. É feio, horroroso, entregar o País desse jeito. Dar emprego na China, dar emprego em Singapura, vender as nossas terras para as grandes corporações? Aí, nós vamos ter as grandes corporações plantando aqui. Vai ser ótimo, porque nossos agricultores vão fazer o quê? Não vão mais plantar? Vão viver de renda também, do mercado financeiro?

Outra coisa que eles colocaram no pacote...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu peço só mais cinco minutos, Senador, só para eu encerrar esta fala, porque eu acho muito relevante para que a gente debata nesta Casa, que é a Casa da Federação.

A outra proposta, Senador Reguffe, é a entrega dos bens das teles para aumentar a banda larga. Está no jornal de sábado. Eles contam com isso. Isso não foi votado aqui. Foi objeto de uma ação judicial no Supremo. O Supremo mandou devolver o autógrafo que esta Casa tinha mandado, que o ex-Presidente Renan tinha mandado para o Presidente Michel Temer para assinar, aquela medida provisória, que virou projeto, para vender – para entregar, não é vender –, para entregar o patrimônio da comunicação, das telecomunicações às teles, esse patrimônio que deveria ser devolvido à Nação brasileira – devolvido. Eles estão dando.

Aí eles dizem o seguinte: mas nós vamos dar, e queremos aumentar o investimento em banda larga. Só que eles estão fazendo um programa restritivo de banda larga. Estão fazendo um programa de incentivo à banda larga nas regiões economicamente viáveis. É isso que está acontecendo.

Gente, é tudo negócio. Não é possível. É negócio em cima de negócio. Acho que há alguém lá dentro do Palácio do Planalto, da Casa Civil só para ver qual é o negócio que dá mais rentabilidade aos setores que já ganham dinheiro neste País, que eles tão bem estão representando. É negócio em cima de negócio.

E aí também eles querem a antecipação das renovações das concessões, coisa que somos contra. Eu era Ministra da Presidenta Dilma, nós fomos contra antecipar renovação de concessão. Por que fomos contra antecipar? Porque a antecipação de uma renovação de concessão é um direito de quem está fazendo a concessão, é um direito do Poder Público. Portanto, se o Poder Público avaliar que aquela empresa não está utilizando seu tempo de concessão, para fazer os investimentos que precisa, por exemplo, numa estrada, num porto, um investimento na área de energia, o Governo pode dizer assim: "Olha, nós não queremos mais renovar e vamos licitar".



Muitas vezes, você reduz a tarifa e aumenta a contraprestação que a empresa tem para com a União, para com o Estado, beneficiando, assim, o serviço público. Não, eles querem, cinco, seis, sete anos antes, antecipar, dizendo que as empresas param de investir. As empresas param de investir, porque não há fiscalização. Com um Governo como o de vocês, só têm que parar de investir: vocês não fiscalizam, vão lá e negociam com as empresas. Vocês tiraram toda a parte de cobrança das empresas sobre investimentos.

Nós fizemos um marco novo de concessões neste País. Criticaram, mas as concessões que ficaram de pé até agora e que estão sendo melhores para o povo brasileiro são as últimas que nós fizemos, de rodovias, neste País. E, se houve problema financeiro, foi porque o BNDES não cumpriu com o acordo que nós fizemos, dizendo que não podia emprestar dinheiro para as empreiteiras que estavam na Lava Jato. Ou seja, em vez de punir os responsáveis das empreiteiras, os políticos, quem quer que seja, eles estão punindo a empresa, que dá emprego, que faz investimento.

Essa gente é sem noção. Não é possível que o País esteja na mão de gente tão atrasada assim.

E, por último, a pérola: eles querem também mudança na Lei dos Portos. Sabe o que querem fazer? Querem renovar os contratos anteriores a 1993. Isso é um acinte. Não é possível que a gente deixe fazer isso.

Esta Casa debateu, a Câmara debateu. Nós fizemos um novo marco regulatório dos portos. Acompanhei isso de perto. Não é possível renovar os contratos de 1993, gente que não investe, que não tem competitividade, que quer ficar com um direito que não é seu, fazendo com que os portos brasileiros sejam ineficientes.

Aliás, nós melhoramos muito os portos depois da Lei de Portos e depois das novas concessões e também da abertura dos terminais autônomos.

Hoje os senhores ouvem falar, por exemplo, de crise nos portos? Como não ouvem falar de crise nos aeroportos. Quantos pronunciamentos há aqui dizendo que há fila no Porto de Santos, que não estamos conseguindo escoar a produção, que a nossa soja e o nosso milho estão parados, que estamos com dificuldade? Acabou. Acabou.

E nós dizíamos, naquela época: vai acabar, porque o modelo que nós estamos preparando é um modelo que traz competitividade, redução de custos, mais rapidez. Ele não lidou só com as concessões dos terminais, só com a liberação dos terminais autônomos, lidou com uma série de regramentos que ia desde taxas da Marinha Mercante até outras situações que envolviam a Receita Federal, a Polícia Federal, o trabalho organizado desses órgãos nos portos.

Hoje nós conseguimos ter um trabalho nos portos que melhorou muito e abrimos muitos terminais de uso privado nas regiões Norte e Nordeste do País. Quer dizer, a produção de Mato Grosso, a produção do Centro-Oeste, a produção do Matopiba não precisa descer para Santos para ser escoada, pode sair por cima, pelo Norte do País. Foi isso que nós fizemos.

Não, mas eles querem mexer nessa legislação, para voltar ao que era, para voltarem os *lobbies*, para voltarem aquelas empresas que concentraram e que deixaram a competitividade do País no chão.

Acorda Brasil! Acorda!

Este Governo está entregando o País. Este Governo está desmontando o que nós construímos ao longo dos últimos 30 anos e, mais especificamente, nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Não é possível que a gente olhe tudo isso e ache que nada está acontecendo.



Eu queria fazer esse alerta, porque é dever desta Casa. Se nós não resgatarmos um modelo de desenvolvimento nacional, nós não seremos uma Nação soberana. Vamos ser um País de quinta, como talvez hoje está o México, que tem que se ajoelhar para os Estados Unidos.

Eu espero até que o México se recoloque nesse cenário internacional de melhor forma. Já vi que vão fazer uma articulação com o Mercosul.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Acho que está na hora de fortalecemos o Mercosul, coisa que também o Itamaraty estava querendo acabar, dizendo que não servia para nada.

Um país só se desenvolve se tiver indústria forte, se tiver trabalho para o seu povo, se tiver programas de desenvolvimento social. Do jeito que eles estão querendo não se desenvolve. Nós vamos colocar o País no chão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com relação à questão das teles, eu concordo com V. Ex^a. É um projeto que foi aprovado numa comissão desta Casa, ao apagar das luzes do ano passado, sem uma discussão no Plenário desta Casa. Por isso, eu fiz questão de assinar o recurso para que o projeto tivesse que vir ao Plenário e não fosse direto à sanção presidencial.

Assinei junto da bancada de oposição para que o projeto fosse debatido também pelo Plenário, porque não posso concordar com essa questão de um projeto ser aprovado na comissão e, sem passar pelo plenário, já ir à sanção presidencial.

Com relação à questão do futebol, que V. Ex^a colocou, é importante lembrar, dando mais um argumento para V. Ex^a, que ninguém torce por federação. As pessoas torcem pelos times, pelos clubes de futebol; as pessoas não torcem pelas federações. O que as federações fazem hoje é serem meio gigolôs dos clubes, obrigam que os clubes tenham o tempo todo que pagar pedágio.

E quero dar um argumento também para V. Ex^a, que diz que vai entrar nesse tema. O Flamengo, para vir jogar aqui em Brasília, tem que dar 15% da renda para as federações. Porque, normalmente, quando ele joga no Rio, a Federação do Rio já cobra 5% da renda para ela. Quando o Flamengo joga fora do Rio, a Federação exige os 5% e mais 5%, então exige 10% da renda que o Flamengo tem que dar para ela. E quando joga fora do Rio, tem que dar mais 5% para a federação local.

Então, para o Flamengo vir jogar em Brasília, ele tem que dar 10% para a Federação do Rio e mais 5% para a Federação de Brasília. E ninguém torce...

Muitas vezes, essas federações, essas confederações sugam o dinheiro, que, sem a prestação de contas devida, ninguém sabe para onde vai. Utilizam-se da paixão das outras para o enriquecimento próprio.

Então, é importante, sim, o Poder Legislativo se debruçar sobre esse tema, porque ele às vezes é deixado para lá. Ele é o fruto do enriquecimento de muitos, mas à custa do sacrifício de uma grande parte da população. E quem sofre são os torcedores brasileiros...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Que pagam mais caro.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – ... que pagam mais caro pelo ingresso.



Então, eu creio que esse é um tema sobre o qual esta Casa deve, sim, se debruçar. Congratulo V. Ex^a por tê-lo trazido.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Eu gostaria que V. Ex^a pudesse assumir a Presidência, ou um dos Senadores, para que eu pudesse fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Os Senadores Elmano e Thieres estão ali...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu assumo e passo a Presidência para o Senador Elmano. *(Pausa.)*

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.)

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero agradecer, Senador Reguffe, inclusive pelo tempo, porque V. Ex^a foi muito generoso comigo. E quero agradecer as palavras de V. Ex^a sobre o futebol.

De fato, toda vez que você tem um intermediário em qualquer processo econômico você o encarece para o consumidor final. Então, com certeza, quem paga esses valores para as federações são os torcedores que vão a campo.

Por isso o nosso futebol no campo está ficando mais elitizado, e não era assim. O futebol brasileiro era muito popular. Por isso, está na hora de nós retomarmos isso, e quero ajudar.

Não é assunto de minha especialidade, sei que V. Ex^a conhece muito mais do assunto do que eu. Então, se pudermos conversar e conversar com outros Senadores que também militam nessa área, eu gostaria muito, porque acho que vamos fazer um favor para o povo brasileiro.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu volto a esta tribuna na tarde de hoje para falar de um tema sobre o qual já falei diversas vezes desta tribuna. Mas vou voltar a falar todas as vezes em que achar necessário, porque considero isso algo absolutamente inaceitável neste País. É a questão da tributação sobre os remédios que existem no Brasil, os impostos sobre os remédios.

Quando assumi o meu mandato como Deputado Federal, em 2011, apresentei um projeto na Câmara dos Deputados para proibir a tributação sobre os remédios de uso humano.

Nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, protocolei a Proposta de Emenda à Constituição nº 02, de 2015, que proíbe a tributação sobre remédios de uso humano.

É absolutamente inaceitável, Sr. Presidente, que nós tenhamos neste País uma tributação sobre remédios, e na escala que temos. Enquanto países como Inglaterra, Canadá e Colômbia não cobram impostos sobre remédios, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos. Não dá para aceitar isso.

Existem famílias neste País que gastam mais de R\$3 mil por mês com medicamentos de uso humano. Existem famílias neste país que gastam mais de R\$3 mil por mês com remédios. Isso é a vida real das pessoas. Ninguém compra um remédio porque quer; a pessoa compra porque precisa.

O correto seria o Governo distribuir remédios gratuitamente para toda a população, mas, na impossibilidade disso, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer seria não tributar esses remédios. A Inglaterra não cobra impostos sobre remédios; o Canadá não compra impostos sobre remédios; a Colômbia não cobra impostos sobre remédios; e, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos.



Outra coisa difícilíssima de entender, e vai ser difícil alguém conseguir me explicar: medicamento de uso veterinário, para animal – nada contra animais; muito pelo contrário –, tem uma tributação, no Brasil, de 14,3%; medicamento de uso humano, 35,7%. O que explica isso? Qual é a razão disso? Medicamento de uso veterinário, 14,3% de imposto; medicamento de uso humano, 35,7%. Queria que alguém me explicasse qual é a razoabilidade disso. Não dá para aceitar!

Fiz um requerimento formal de informações ao Ministério da Fazenda, solicitando o impacto orçamentário e financeiro dessa medida, de se retirarem todos os impostos sobre remédios de uso humano no Brasil. Resposta formal do Ministério da Fazenda: impacto de R\$5 bilhões. Ora, R\$5 bilhões, para as pessoas poderem comprar remédios por um preço mais acessível, não pode; agora, o Governo editou uma medida provisória que deu R\$20 bilhões de renúncia fiscal para as montadoras de automóveis. Aí, pode! Ou seja, R\$20 bilhões para as montadoras de automóveis, pode; R\$5 bilhões para que as pessoas comprar remédios por um preço mais acessível, não pode! Isso está errado! Isso é corrupção das prioridades.

No Brasil, existe controle de preços sobre medicamentos. No *site* da Anvisa, há o nome de todos os remédios e, do lado, o preço máximo que pode ser cobrado ao consumidor final de cada um. Ou seja, basta reduzirmos o preço máximo na mesma proporção da isenção, e ainda vamos ter a garantia de que toda a isenção vai ser revertida diretamente para o consumidor final, o que não ocorre com as montadoras de automóveis, porque, para estas, uma parte foi para o preço, sim, mas uma parte foi para o lucro das montadoras. Aqui, com relação ao remédio, tudo poderia ir para o consumidor final. Bastaria reduzir o preço máximo que pode ser cobrado do consumidor final de cada remédio na mesma proporção da isenção. Assim, teríamos a garantia de que toda a isenção seria revertida diretamente para o consumidor final.

É muito difícil, Sr. Presidente, Senador Thieres Pinto, que está presidindo a sessão neste momento, aceitar isso. E isso é a vida real das pessoas. Algumas pessoas deixam de comprar um remédio porque não têm dinheiro para pagar pelo mesmo. E vemos o Governo fazer uma série de gastos supérfluos e não tomar conta do que deveria como prioridade.

"Ah, mas o problema é caixa!" Já dei o exemplo aqui anterior, comparando com a renúncia fiscal dada para as montadoras de automóveis. Mas, se fosse isso, que aumentem o imposto de bebida, de cigarro, de automóvel, de lancha, de avião, mas tirem os impostos dos remédios! Ninguém compra um remédio porque quer.

Queria aqui fazer esse apelo a esta Casa para que vote a minha proposta de emenda à Constituição que protocolei aqui na minha primeira semana como Senador e que proíbe a tributação sobre remédios, que tira os impostos dos remédios de uso humano. Eu gostaria que esta Casa votasse essa proposta. Foi uma proposta debatida com os meus eleitores na campanha, e cabe a esta Casa aqui votar. Se não quiser aprovar, que não aprove, é democrático. Mas não votar é algo muito grave.

Eu queria também fazer um apelo ao Governo Federal, porque o Governo pode mexer isso com uma medida provisória ou com um simples decreto, em uma portaria, e tirar os impostos dos remédios. O Governo Federal poderia tomar uma atitude com relação a isso e não empurrar esse tema com a barriga, como também está fazendo.

Então, eu queria aqui deixar esse apelo a esta Casa para que votasse a minha proposta de emenda à Constituição que proíbe a tributação sobre remédios e queria deixar o apelo ao Governo para que adote alguma medida nesse sentido. Hoje existem famílias que gastam mais de R\$3 mil



por mês com medicamentos de uso contínuo, e há quem que deixe de comprar remédio por causa do preço do remédio. Isso é a vida real das pessoas, e cabe a quem tem responsabilidade pública atenuar esse problema, lutar para solucioná-lo.

Por último, volto a dizer, Sr. Presidente, vou voltar a esse assunto quantas vezes for necessário. Isso não é uma brincadeira; é um assunto sério, é um assunto grave e difícil de entender. É difícil de entender como um medicamento de uso veterinário tem 14,3% de imposto e um medicamento de uso humano, 35,7%. É difícil de entender como países como a Inglaterra, como o Canadá, como a Colômbia não cobram impostos sobre remédios, e o Brasil, 35,7%. O correto seria o Governo distribuir remédios gratuitamente para toda a população, mas, na impossibilidade disso, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer seria não tributar esses medicamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, a Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Reguffe.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer, do PMDB, do Piauí. O Senador tem a palavra por 20 minutos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Senador Elmano Férrer com a palavra por 20 minutos.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sob as bênçãos de mais um ano legislativo, venho a esta tribuna abordar o problema energético brasileiro, problema com raízes históricas, que permeia as estruturas sociais e econômicas e, por isso mesmo, é cada vez mais presente no nosso cotidiano.

Nos idos de 1973, nobre Presidente, a crise do petróleo prenunciou para muitos o fim do ciclo das energias fósseis como sustentáculo do sistema produtivo. Para amenizar seus impactos, o Brasil e outros países buscaram diversificar suas matrizes com energias renováveis, àquela época praticamente circunscritas à hidroeletricidade.

Nasceram o Programa Nacional do Alcool, nos anos 80, marco na diminuição do uso de energias fósseis, e o Programa Nacional de Biocombustíveis, nos anos 90, motivado pela situação das finanças públicas e a crescente consciência ambiental. Após alguns anos, ambos definharam por falta de matéria-prima.

Outros fatores, Sr. Presidente, também contribuíram para nossa dependência das energias fósseis:

- 1) o expressivo crescimento da produção interna de petróleo a partir dos anos de 1980;
- 2) a adoção de turbinas a fio d'água, por pressão dos ambientalistas, que reduziu a produtividade das hidrelétricas, seguida da decisão equivocada do governo de compensar a carência de energia com termelétricas, de custos e prejuízos ambientais exorbitantes;
- 3) quando o setor energético tentava equacionar seus débitos, frutos de acentuado endividamento externo, o governo surpreendeu o sistema com a baixa das tarifas, medida sem



lastro técnico, que, somada à crise hídrica, levou à desestruturação financeira do segmento energético no nosso País.

O descompasso no planejamento levou o Nordeste, desde 2001, a se tornar um grande usuário e exportador de energia termelétrica, com cerca de 6 mil megawatts instalados. Passou a ser consumidor de energia cara, piorando sua competitividade regional já combatida, enquanto a energia gerada na Amazônia foi direcionada para o Sudeste do País, que passou a ter mais oferta e a preços mais competitivos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outras palavras, aumentamos as disparidades inter-regionais, encarecendo o insumo básico a todas as atividades produtivas, especialmente na Região Nordeste. Em vez da energia dos incentivos, nos deram o calmante Bolsa Família.

No passado recente, perdemos a oportunidade de transformar nossa matriz energética a partir das chamadas "energias verdes", mas hoje as energias eólica e solar são uma realidade impositiva para a política energética brasileira, especialmente a nordestina.

Por uma feliz coincidência, as Regiões mais pobres do País, sobretudo o Nordeste, são as áreas de maior potencial eólico e solar. Esse é mais um fator determinante para a massificação de investimentos em parques geradores.

Além dos benefícios ambientais, Sr. Presidente, e da ampliação da segurança energética nacional, essas iniciativas são vetores de redução das desigualdades regionais. Dinamizam as economias locais e trazem investimentos em infraestrutura, saúde e lazer nos Municípios e, sobretudo, geração de empregos e aumento da renda.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica, meu nobre e estimado Presidente, em 2015 o Brasil foi o quarto país em crescimento de energia eólica no mundo, atrás somente da China, dos Estados Unidos e da Alemanha. Em 2016, apesar da crise econômica, mantivemos o ritmo crescente de investimentos no setor. O mesmo panorama é verificado na geração de energia solar fotovoltaica, que cresceu 70% nos últimos dois anos.

Sr. Presidente, é fato conhecido nos meios especializados a existência de uma espécie de "corredor de ventos" na parte central do Nordeste, que começa na praia, entre Piauí e Ceará, segue ao longo da fronteira entre os Estados do Piauí e do Maranhão, prolongando-se desde a fronteira do Piauí com Pernambuco e Bahia, de onde continua pela Chapada Diamantina e vai até a divisa da Bahia com Minas Gerais.

A título de exemplo, Sr. Presidente, estudos apontam que só o lado piauiense da Serra de Ibiapaba tem capacidade para receber mais de dois mil aerogeradores, que podem gerar cerca de 4GW de energia na região dos Municípios piauienses de São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí, Buriti dos Montes e outras cidades na divisa com o Estado do Ceará.

Sr. Presidente, é imperativo destacar aqui que investimentos fundamentais vêm sendo realizados na ampliação dos parques eólicos do Piauí. Meu Estado é protagonista da transformação da matriz energética do País. Em 2016, a capacidade instalada da fonte eólica, no Brasil, foi de 10,5 gigawatts, dos quais quase um gigawatt é oriundo do Piauí, o que nos tornou, em curto espaço de tempo, o quarto Estado do Nordeste e o quinto do País na geração de energia eólica. Hoje, surpreendentemente, Sr. Presidente, 75% da energia elétrica produzida no Piauí vem dos seus parques eólicos. E, com as obras de ampliação e construção de novos parques, até 2020 nossa produção será duplicada, beirando dois gigawatts de potência instalada.

Em dezembro do ano passado, Sr. Presidente, o BNDES anunciou investimentos de mais de um bilhão no Complexo eólico Ventos do Araripe, na Chapada do Araripe, nos Municípios



piauienses de Simões e Curral Novo e no Município pernambucano de Araripina. O complexo deve entrar em operação ainda este ano, com capacidade instalada de 358 megawatts.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além do gigantesco potencial de geração de energia eólica, o território piauiense é uma das áreas do Planeta com maior intensidade de radiação solar. Há quem diga... Aliás, há dados estatísticos que dizem que são três mil horas de insolação em território piauiense, numa quantidade de horas ao ano absolutamente imbatível. Somos, portanto, uma das melhores localizações para a implantação de projetos de geração de energia solar.

O Piauí, portanto, Sr. Presidente, aposta suas fichas na inclusão destas fontes em sua matriz energética. Prova disso é a implantação no meu Estado, o Estado do Piauí, da maior usina solar da América Latina, pela empresa italiana Enel Green Power, em um investimento de R\$1,3 bilhão.

As obras estão em andamento no Município de Ribeira do Piauí, Município encravado em pleno Semiárido piauiense, no Semiárido nordestino, a 415 km de Teresina. Aliás, Sr. Presidente, esse projeto deve entrar em funcionamento no próximo mês de agosto.

Batizada de Nova Olinda, a usina a ser inaugurada em agosto deste ano ocupará 690 hectares e terá capacidade instalada de 292MW, mais do que a Usina de Boa Esperança, carro-chefe da nossa matriz energética, com 237MW. Atenderá, portanto, essa usina solar 300 mil famílias no País, com reflexos ambientais positivos, evitando a emissão de 300 mil toneladas de gás carbônico por ano na atmosfera.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando a incidência solar em uma área ínfima de 690 hectares, o Piauí e o Brasil disporão de 292MW, imaginem se multiplicarmos os investimentos e aproveitarmos um percentual ainda pequeno, mas representativo? A nossa área territorial produzirá ainda muito mais energia para o Nordeste e o Brasil.

A partir de um modelo limpo, moderno e inesgotável, o Piauí sozinho poderia dar fim à dependência do Brasil da sazonalidade das cheias para geração de energia.

A Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia, concluiu que o Brasil tem potencial para gerar mais energia solar que a soma de todas as demais fontes juntas. A título de ilustração, para confirmar isso, a capacidade instalada do Brasil gira hoje em torno de 160 gigawatts.

Naturalmente não temos tal pretensão, mas o aproveitamento da incidência solar sobre 1% dos 251.529,2 km² do Piauí já seria suficiente para gerar 100 gigawatts de energia, ou seja, mais da metade de toda a energia gerada em nosso território.

O investimento em fontes de geração de energia limpa é um caminho sem volta. Os custos dos sistemas de geração com células fotovoltaicas, até pouco tempo proibitivos, vêm despencando nos últimos anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o banco nacional de Abu Dhabi, a capital dos Emirados Árabes, recentemente afirmou que a geração de energia solar está a caminho de se tornar mais barata em 80% dos países nos próximos dois anos. Repito: a energia solar vai ficar mais barata 80%, segundo dados e estudos estatísticos desse banco de Abu Dhabi – e o mercado de trabalho agradece.

A Agência Internacional de Energia Renovável estima que a geração de energias limpas gerará 24 milhões de empregos até 2030.

Especialistas reunidos, Sr. Presidente, no recente Fórum Econômico Mundial de Davos, afirmaram que, nos próximos 30 anos, dois terços de toda a energia virão de fontes renováveis. Em



toda a Europa, com destaque para a Espanha e para a Alemanha, ocorrem vultosos investimentos, objetivando alcançar a meta estipulada nesse grande evento de Davos.

Na Alemanha, Sr. Presidente – tomo-a como exemplo –, a reestruturação energética em curso prevê a produção individual de energia solar como um dos instrumentos para alcançar tal meta. No Brasil, a Bahia parte na frente com um projeto revolucionário de transformar Feira de Santana na primeira cidade solar do País.

Nesse mote, Sr. Presidente, entendo que minha querida Teresina, capital do meu Estado, quente, ensolarada, poderá também, com os pré-requisitos que ela detém de nível de radiação e de apelo social e econômico, transformar-se na primeira capital solar do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coloco para futuras discussões essa sugestão, pois, quando se trata de energias renováveis, em todas as análises, é sempre privilegiada a situação do nosso querido Piauí, tanto no que se refere ao sol, como também no que se refere ao movimento dos ventos. Dispomos de grande área territorial, de elevado potencial de energias limpas...

(Soa a campanha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... de luz solar e de ventos em abundância, de ricos mananciais de águas superficiais e subterrâneas e de admiráveis reservas minerais, fundamentais para a virada rumo ao desenvolvimento sustentável e a uma efetiva inserção do Piauí na quarta revolução industrial que se avizinha.

Observando, Sr. Presidente, a questão energética com os olhos no presente, os investimentos na nova matriz energética têm importância ímpar para o desenvolvimento de regiões brasileiras historicamente negligenciadas pelo Poder Público, especificamente, Sr. Presidente, a nossa região nordestina. Isso significa emprego, renda e melhor qualidade de vida para milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, ao olharmos nosso País pelas lentes do futuro, verificamos que tais obras representam uma mudança definitiva de paradigma, um passo indispensável para um meio ambiente mais equilibrado, sustentável e limpo.

Era esse, Sr. Presidente, o pronunciamento que tínhamos de fazer na tarde de hoje.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Elmano Férrer.

Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero fazer aqui um apelo ao Governo do Distrito Federal, que encaminhou uma reforma, em uma portaria publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal*, que tem até um bom norte, que é o norte de ampliar as equipes de médicos da família, ampliar a atenção preventiva básica na saúde. Agora, essa reforma proposta está acabando com os centros de referência do tratamento da Aids no Distrito Federal.

Hoje eu tive uma conversa, mais cedo, com o Presidente da ONG Amigos da Vida, o Christiano Ramos, que faz um trabalho importantíssimo no Distrito Federal nessa questão, e há uma grande preocupação dos ativistas e dos portadores de HIV com essa reforma proposta pelo Governo do Distrito Federal.

Então, queria fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal para que aumente realmente a atenção básica, aumente a questão da atenção preventiva à saúde, os médicos da família, mas que não acabe com esses centros de referência que são importantes para a população do Distrito



Federal e são importantes para pessoas que precisam desses centros. Acho que o Governo do Distrito Federal deveria repensar essa questão. Queria deixar esse apelo aqui ao Governo.

Aumentar a atenção básica, sim. Inclusive ocorreu no Governo do Senador Cristovam Buarque – que, aliás, é aniversariante hoje. Quero dar os parabéns ao Senador Cristovam Buarque – com o Programa Saúde em Casa, que foi um programa inovador. Então, é importante isso, mas sem destruir algumas das poucas coisas que dão certo na saúde pública do Distrito Federal, como são esses centros de referência.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

Parabéns pelo seu aniversário! Felicidades!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador.

O Senador Reguffe sabe o aniversário de todo mundo decorado e também os telefones de todo mundo.

Mas fico satisfeito aqui ao ouvi-lo falar de algo fundamental, que é não criar um programa que prejudique outro. Ele tem razão ao dizer que a atenção básica, por meio da volta do Saúde em Casa, um programa que me orgulha dizer que deu muito certo no meu governo, não sacrifique as unidades específicas que são necessárias para certas doenças, como o caso daquelas para portadores do HIV.

Eu tenho impressão de que o Governo do Distrito Federal demorou muito para trazer de volta – como está tentando, não está conseguindo ainda – um programa de atenção básica.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas, felizmente, está tentando trazer de volta. E é urgente.

Nós precisamos mudar o enfoque de como se cuida da saúde. Eu tenho orgulho de que, no meu governo, nós cuidamos da saúde muito bem, não hospitalizando a saúde ou a doença, mas na prevenção, com três programas fundamentais, Senador Elmano.

Primeiro, um programa que as pessoas não imaginavam que era de saúde, chamado Paz no Trânsito. Mas na hora em que você reduz acidentes de trânsito, você reduz pressão nos setores de politraumatizados dos hospitais. E nós conseguimos isso. Segundo, a atenção básica de saúde, que parece obra de engenharia, que é saneamento e água potável. Cidades com saneamento e água potável são cidades que reduzem a necessidade de atendimento de saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...na medicina, tanto hospitalar, como ambulatorial. Uma parte dos nossos doentes hoje nos hospitais tem problemas que poderiam ter sido resolvidos em casa. E o terceiro é a saúde preventiva direta, com médicos perto dos doentes, como foi o nosso programa Saúde em Casa. Três setores. Com isso não precisamos construir hospitais. Eu fico contente de dizer que o meu governo conseguiu aumentar o número de leitos livres sem construir nenhum leito. Simplesmente fazendo com que fossem necessários menos leitos para atender os doentes. O Governo atual parece que está descobrindo outra vez um programa tão eficiente que tivemos aqui vinte anos atrás. E eu espero que dê certo. E eu estou aqui para apoiá-lo, se for preciso e necessário, como Senador do Distrito Federal. Mas fico de acordo com o que diz o Senador Reguffe: que não venha esse bom programa



sacrificando outras áreas que são importantes, como o atendimento específico a certas doenças, como no caso daqueles portadores de HIV. Era isso, Senador Reguffe, para dar meu apoio à sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal, que dispõe de vinte minutos, Senador.

Mais uma vez, parablenzo-o pelo seu aniversário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje eu quero apenas trazer aqui a satisfação que tive nesse fim de semana, Senador Reguffe, Senador Elmano, de ler uma entrevista na revista *Veja*, do nosso colega Senador Humberto Costa. O Humberto Costa, que é Líder, foi Líder durante um bom tempo aqui, do governo, do PT, deu uma entrevista na *Veja* que eu reputo da maior importância na reorganização da política no Brasil.

Não sei se os Senadores tiveram tempo de ler, oportunidade, mas eu fiquei satisfeito de ver um Líder importante do Partido dos Trabalhadores, Líder importante no governo Dilma, no governo Lula, trazendo ao público duas ideias fundamentais: primeiro, a ideia de que o Partido dos Trabalhadores, que fez muito pelo Brasil, não podemos negar, precisa pedir desculpas ao povo brasileiro. E ele diz isso com todas as letras. Reconhecer os erros, fazer uma autocrítica, que é o primeiro passo para encontrar um novo rumo. E ele traz isso, com uma coragem rara na política.

E segundo, e eu acho que é extremamente interessante, é ele dizer com clareza que está na hora de deixar para trás essa ideia de oposicionismo, independente de querer olhar o futuro do Brasil, de ficar chamando de golpismo o que foi feito dentro da total lógica do processo político brasileiro, pela segunda vez, aliás, porque fizemos uma vez – eu não estava aqui – no tempo do Presidente Collor.

Eu até discordo dos aspectos relacionados com o encaminhamento da economia que ele colocou na entrevista. Eu sou daqueles que acham que não dá para o Estado preencher o papel de dinamizador da economia substituindo o setor privado em uma economia capitalista, que é a que nós temos e ainda vamos ter por muitas décadas.

Ele parte da premissa de que o Estado tem que estar mais forte como promotor do investimento. Mas ele próprio reconhece que, durante o governo Dilma, a tentativa de fazer com que os investimentos florescessem a partir de isenções fiscais foram exagerados e terminaram trazendo problemas. Tirando esse pequeno aspecto, que alguns podem achar grande, de discordância do ponto de vista do encaminhamento da economia... Eu sou um conservador em economia, sou um radical na ideia de que o filho do trabalhador tem que ter uma escola igual à do filho do patrão, sou progressista no social, mas reconheço que sou conservador em matéria de política fiscal. Não consigo aceitar a ideia de que podemos gastar mais do que dispomos, mesmo que tenhamos boas intenções, mesmo que o dinheiro que não existe e que a gente cria pela inflação ou pela dívida seja usado para coisas boas, como a educação. É melhor esperar um pouco mais e fazer com responsabilidade fiscal do que fazer antes irresponsavelmente e depois pagarmos o preço da inflação, o preço da dívida, o preço dos juros altos. Sou conservador em matéria fiscal.

Pela entrevista, a impressão que se tem é de que o Senador Humberto tem outra visão sobre política fiscal e monetária. Mas, tirando isso, é uma entrevista que recomendo que todos os Senadores leiam. Todos nós devemos lê-la, porque é uma visão aberta de um problema em relação ao qual muitos dos que apoiaram o governo que terminou têm uma visão fechada, pensando que



não houve erro, e aí não conseguem acertar, porque quem não reconhece o erro não acerta. É uma visão fechada no sentido de que tudo que está sendo feito hoje está errado. E aí me adianto para dizer que acho que o Governo Temer está fazendo muita coisa errada mesmo, mas não tudo. Esta é a diferença. Sobretudo na política econômica, eu acho que ele está indo na direção correta. O Senador Humberto Costa reconhece os erros, reconhece que tem que olhar para a frente, não para trás, e ele diz isso com toda a clareza. E aí quero dizer que foi aproveitando uma conversa que tive com o Senador Reguffe, há uma semana, que eu formulei para o Distrito Federal – mas vale para o Brasil – a ideia de que, daqui para a frente, o debate não tem que ser – e os do Distrito Federal entendem bem o que eu digo – entre os "vermelhos" e os "azuis", que é algo a que nos acostumamos aqui.

Os azuis, representados pela liderança – e vamos reconhecer, sim – do ex-Governador Roriz, e os vermelhos, por nós, inclusive eu, do Partido dos Trabalhadores, das chamadas esquerdas.

Foi o Reguffe que me chamou a atenção para isto. Está na hora de, em vez de pensar nessa divisão, começarmos a pensar os que querem o futuro e os que querem o passado; os que se apegam aos preconceitos e os que trazem novas ideias para o futuro.

A entrevista do Senador Humberto Costa me trouxe de volta essa preocupação, Senador Reguffe, não preocupação, mas essa descoberta de que está na hora de construirmos no Brasil uma aliança pelo futuro, uma aliança daqueles que deixam de lado seus preconceitos, se desamarram das suas siglas partidárias – eu não disse deixar de lado, porque as leis nem permitem que deixemos de lado as siglas. Mas que nos desarmemos delas e comecemos a pensar em quem pode se juntar na direção do futuro do Brasil, um futuro com responsabilidade fiscal, para não ter inflação, para não ter crescimento do endividamento; um futuro na direção de preservar o meio ambiente, porque, sem meio ambiente, não há futuro; um futuro na direção de educação de qualidade, porque, sem educação de qualidade, não temos ciência e tecnologia e, sem isso, não temos inovação e, sem isso, não temos competitividade e, portanto, não temos um crescimento. Então, é fundamental para o futuro. Um futuro em que se busque distribuição de renda, porque, com brechas imensas, abismos, como temos na desigualdade de renda, não há estabilidade social. Vamos continuar com esses conflitos que estão se acirrando tanto que já fazem do Brasil um país em guerra civil. Não há futuro em país com guerra civil. Não há futuro na Síria enquanto não chegar a paz, e não haverá futuro no Brasil enquanto não pudermos andar na rua sem medo, enquanto não soubermos qual vai ser a próxima Vitória do Espírito Santo com rebelião; um futuro em que os empresários tenham confiança para investir. Isso exige uma taxa de juros decente. A atual não é indecente, mas é lógica. E aqui está uma diferença minha com alguns que fogem da responsabilidade fiscal. A taxa de juros não é decente no tamanho que está, mas ela é lógica. E só vamos fazer a decência não por imposição, mas pela lógica, que significa pagar ou reduzir muito a dívida.

Então, nós temos um conjunto de objetivos que têm a ver com o futuro e precisamos construir uma aliança pelo futuro. Eu não gosto da palavra "pacto" neste momento, mas uma aliança, uma aliança pelo futuro.

É em função disso e de uma conversa por telefone com o Reguffe que formulei uma proposta para as forças políticas do Distrito Federal, na ideia de construirmos uma aliança pelo futuro da nossa cidade, que está ameaçada. E, aqui, coloco como parte do futuro a capacidade de o Distrito Federal sobreviver sem ficar pedindo esmolas ao resto do Brasil. Significa gastarmos com austeridade os recursos que nós temos.



Vejo aqui Senadores do Nordeste que se perguntam sobre o porquê do Fundo Constitucional, que permite salários altos no Distrito Federal, quando, nos seus Estados, não há esse apoio.

Precisamos, no Distrito Federal, perceber a nossa dívida com o resto do Brasil. Daí, sermos capazes de trabalhar, funcionar satisfatoriamente, sermos a Capital do Brasil, com a segurança que esta precisa, com a água que a Capital precisa e não está tendo, porque vive hoje com racionamento, sem gastar mais do dinheiro que vem de fora do Distrito Federal, o que implica dinamizar a nossa indústria, a nossa economia.

Essa aliança para o futuro, que o Distrito Federal precisa construir, independente das siglas do passado, das divisões do passando, trazendo pessoas que antes estavam de um lado, e outras que hoje estão de outro, e nos juntando pelo futuro, que estou propondo – volto a insistir –, inspirado, talvez sem que ele esperasse tanto, pelo Senador Reguffe, precisa ser feita pelo Brasil também.

E o lugar para se fazer isso, Senador, é nesta sala aqui! É aqui! Podemos dizer que seja no Congresso Nacional. Tudo bem! Mas, neste, com duas Casas, a que poderia construir essa aliança pelo futuro é o Senado Federal, ou seja, nós, os 81 Senadores que aqui estamos, inclusive com o novo Presidente, que tem dado a impressão – nem votei no Senador Eunício Oliveira, e ele sabe disso – de um comportamento muito correto nessas semanas de Presidência.

Poderíamos ser os construtores disso, sem ignorar as nossas siglas, mas sem ficarmos prisioneiros das siglas; sem ignorar as eleições daqui a dois anos, mas sem ficarmos prisioneiros das eleições daqui a dois anos.

Esse é o desafio que precisamos construir para Brasília – que é a minha cidade, que represento – e para o Brasil inteiro, que todos representamos, porque somos Senadores da República, representando uma Unidade da Federação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, mas quero passar a palavra, com muito prazer, ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Cristovam Buarque, primeiro, quero mais uma vez parabenizar V. Ex^a pelo seu aniversário, que V. Ex^a tenha muitas alegrias, seja muito feliz. Que Deus sempre ilumine V. Ex^a e abençoe o seu caminho. Em segundo lugar, queria falar um pouco do que V. Ex^a colocou. A sensação que tenho hoje é a de que se preocupa mais na política com o futuro dos partidos do que com o futuro do Brasil. É uma preocupação maior com o futuro de cada um daqueles partidos do que com o futuro da Nação. E a grande discussão política é sobre a conquista do poder, sobre um projeto de poder. Isso vale aqui no Distrito Federal e no País. Não se discute um projeto de país ou de cidade, mas um projeto de poder. E no Brasil, hoje, nós vivemos um momento em que a população está absolutamente cansada de política, porque ela tem uma percepção que, na minha concepção, é verdadeira, é correta, de que a preocupação é muito mais com o futuro de cada um ali e com o futuro daquele partido, e não com o que aquele partido está oferecendo para o País, para o futuro do País, qual é o projeto de País. Então, você tem hoje um Estado que gasta muito em atividades onde não deveria estar gastando recursos públicos, o Estado desperdiça muito o dinheiro dos impostos das pessoas, você não tem uma preocupação com a eficiência do gasto público, com ter critério no gasto de cada centavo do dinheiro dos impostos das pessoas, e não tem uma preocupação com a remodelagem do papel do Estado. O que é o Estado? Será que o Estado tem de ser desse tamanho? Será que o Estado tem de ser inchado? Qual é o papel do Estado? Então, essa discussão de futuro não está presente. Está presente a denúncia, quem fez o quê, quem roubou o quê, se a pessoa vai ser punida. Cada vez que venho a



esta tribuna fazer um discurso defendendo punição para quem desviou dinheiro público, eu consigo até um espaço na imprensa, mas cada vez que venho a esta tribuna para discutir um projeto meu, para falar de uma proposta para o País, de um projeto que protocolei nesta Casa, eu não consigo espaço. Por quê? Porque a discussão política virou isso. E dentro dos partidos, a sensação que eu tenho é de que, muitas vezes, a grande preocupação não é o futuro do País, mas é o futuro daquele partido, é o futuro daquelas pessoas que estão ali, não é o projeto de País que a gente quer oferecer para o futuro da sociedade brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, volto a insistir que a provocação que fiz com um artigo no *Correio Braziliense*, que tem até tido uma repercussão nas lideranças políticas do Distrito Federal, foi fruto de uma conversa que tive de madrugada, de um sábado para um domingo, com o senhor. De fato, a palavra futuro tem estado ausente do dicionário político brasileiro, talvez do dicionário brasileiro político em geral, não só dos partidos. Somos prisioneiros do imediato, prisioneiros do curto prazo. Em parte, porque os problemas imediatos são tão graves que a gente não consegue pensar mais longe. Mas a questão é que os problemas imediatos não serão resolvidos se não pensarmos nos problemas mais distantes. A violência não será resolvida somente com cadeias, embora haja a necessidade de cadeias no presente. Mas, para o futuro, são necessárias escolas hoje, para que se construa o futuro. Então, a palavra futuro tem estado ausente.

Talvez por isso que está tendo uma boa repercussão a ideia de uma aliança pelo futuro do Brasil. Volto a insistir: não é ignorando as siglas, mas sem ficarmos prisioneiros delas. Não é ignorando a próxima eleição, mas é sem ficarmos prisioneiros dela, sabendo que, além dela, existirão gerações e gerações de brasileiros. É nesse sentido que volto a insistir que esta Casa, esta sala, poderia ser o centro, o lugar onde poderíamos construir essa aliança pelo futuro.

Senador Elmano Férrer.

O Sr. Elmano Férrer (PMDB - PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a, quando assume essa tribuna, sempre qualifica os debates, traz os mais relevantes assuntos, de importância para o País e para a Nação. Antes, porém, eu queria, mais uma vez, somar-me a muitos companheiros nossos pelo transcurso de mais um aniversário do nosso inteligente e competente Senador, grande Ministro da Educação, grande Governador do Distrito Federal e um grande gerador de ideias e projetos. Eu também comungo com a ideia da aliança, não só por Brasília; nós temos que construir uma aliança em torno do País, de um projeto de nação, como bem disse o nosso estimado Senador Reguffe. Lamentavelmente, hoje, as eleições e as disputas políticas e eleitorais sobrepõem-se aos interesses nacionais. Tenho testemunhado que, a cada eleição, ao terminar a apuração do resultado, já se está falando na eleição de dois anos depois e até de quatro anos depois. Os problemas estão avolumando-se, enquanto isso, uma desesperança, um desânimo coletivo sobre a política, os políticos e os partidos...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Elmano Férrer (PMDB - PI) – ... estão a nos preocupar a todos. Então, eu me somo às preocupações de V. Ex^a, não só com relação a nossa querida Brasília, o cérebro das altas decisões nacionais, que é Brasília, mas que pensemos no nosso País hoje mais do que ontem. Não li, mas vou fazê-lo logo mais, o artigo do Senador Humberto Costa. E creio que é chegado o momento de darmos as mãos. Temos gravíssimos desafios a vencer, gravíssimos problemas a superar, não só no que se refere a programas e projetos, superação das questões econômicas,



sociais, mas até mesmo e sobretudo à situação e à crise do Estado brasileiro – a crise do Estado, um Estado que não mais atende às mínimas aspirações coletivas. E dentro dessa crise do Estado, insere-se a crise federativa, os Estados que agonizam. Estão falando agora de algo que é uma grande preocupação. Permita-me levantar essa questão agora aqui, neste momento, a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das grandes conquistas do Estado brasileiro, mas sobretudo dos governos. A Federação ainda está de pé, embora agonizando, alguns Estados na UTI, mas querem mexer – já vi aqui e acolá – na Lei de Responsabilidade Fiscal, flexibilizá-la, sobretudo considerando a dramática situação vivida hoje pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Estado de Minas Gerais. É preciso... Já que V. Ex^a, em boa hora, disse que esta é a Casa geradora de alternativas para a Federação, eu queria levantar essa questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma conquista da Nação, é uma conquista de todos nós. E nós não podemos – somos 26 Estados, mais o Distrito Federal, 27 – mexer nisso que tem sido ainda, digamos, um grande instrumento, essa ferramenta que tem detido as irresponsabilidades de muitos governos que passaram por aí. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser flexibilizada em função de problemas de dois, três Estados. É preciso que nós nos atentemos. Aproveito esta oportunidade para levantar essa questão com relação à crise vivida... Aliás, a crise dos Estados vai entrar na pauta esta semana, uma saída para a questão dos Estados, que é grave, gravíssima. E a solução, inegavelmente, está aqui nesta Casa, como sendo a Casa da Federação. Mas eu queria me somar às preocupações de V. Ex^a, e que a aliança forjada, quer dizer, em processo de gestação pelo Distrito Federal, sobretudo por Brasília, tenha uma extensão maior e seja uma aliança para o País. Que pensemos aqui em um projeto de nação. Precisamos nos dar as mãos. E vou ler o artigo ou entrevista do nosso competente Senador Humberto Costa. Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a. E que Deus o ilumine, o abençoe e o guie nessa caminhada tão bonita que V. Ex^a tem feito não só em Brasília, mas por este País afora. Que Deus o abençoe e o ilumine. Muitas felicidades!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Elmano, eu não sei se o senhor tem consciência da contribuição que o senhor deu ao debate neste momento. Talvez eu esteja despertando de uma maneira errada, mas acho que não.

O senhor trouxe para aqui, primeiro, a ideia de que a responsabilidade fiscal tem que ser respeitada. Isso deveria ser óbvio. Não podemos quebrar essa lei, que é a lei da aritmética: $2 + 2 = 4$. Então, não dá para gastar 5.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro isto: essa lei tem que ser respeitada.

Segundo, temos que ser solidários com o Estado do Rio de Janeiro e com outros, mas, se queremos ser solidários, tem que ser com responsabilidade.

Então, aqui, somos representantes dos Estados. Quanto cada Estado quer fazer de sacrifício para cobrir o rombo do governo anterior do Rio de Janeiro, cujo governador que provocou o rombo está preso por se apropriar de parte desse dinheiro? Portanto, ao cobrir o rombo, nós estamos cobrindo o roubo desse governo anterior. Mas o povo não é culpado. Não podemos deixar que a polícia entre em falência, que a saúde entre em falência. Muito bem. Então, quanto cada Estado está disposto a se sacrificar do fundo municipal, das transferências do Governo Federal para os outros Estados, para poder cobrir esse rombo momentâneo? Aí nós faremos isso com a Nação brasileira, mantendo a responsabilidade fiscal. Essa é a diferença entre resolver o problema



pela irresponsabilidade ou pela solidariedade. Simplesmente liberar o Rio para gastar mais recursos não é solidário. É irresponsável. Deixar o Rio caminhar nessa direção em que vai, de se desfazerem, de se desarticularem seus serviços, é falta de solidariedade. Sejam solidários, mas com responsabilidade. E aqui é a Casa para isso. Quanto cada um está disposto a sacrificar-se, cada uma das unidades, sem que o conjunto delas, que é a Nação brasileira, se sacrifique?

Esse é o debate que deveríamos fazer aqui, mas estamos fazendo um debate de contabilidade, e pela maneira mais fácil. Em vez da contabilidade para saber como encontrar recursos para cobrir o rombo, estamos querendo dizer "vamos legitimar o rombo, dizendo que não foi fora da lei". Mas foi fora da lei, não se cumpriu a responsabilidade, ou não se vai cumprir, se forem aprovadas as propostas que estão sendo feitas.

Eu sei que se está fazendo essa irresponsabilidade, dando um prazo de três anos, mas o Governador do Espírito Santo fez uma boa pergunta em uma das revistas da semana: "E nós" – ele, inclusive – "que fizemos o dever de casa? E nós, que fomos responsáveis? E nós, que não compramos joias em casas por aí, que foram vendidas aos governadores? Nós vamos pagar? Então, que seja com solidariedade, e não com irresponsabilidade."

O senhor disse bem, Senador Elmano, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das maiores leis de seriedade que o Brasil fez depois da Lei Áurea, que acabou com a escravidão, depois da Proclamação da República. Foi uma das mais importantes. Rompê-la nesse momento será um equívoco.

Deixar que o Rio continue nesse rumo ao desastre é falta de solidariedade. Discutamos aqui como sermos solidários com responsabilidade, e não como sermos irresponsáveis, como estão querendo, com o argumento da solidariedade, que não será solidariedade.

E vejo chegar aqui a Senadora do Espírito Santo, um Estado que fez o dever de casa e que está pagando um alto preço pelo dever de casa, inclusive com o descontentamento de algumas categorias. Mas não vamos quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque será um grave erro. Não vou dizer que é tão grave como voltar atrás na Lei Áurea, mas é muito grave e levará a riscos muito elevados no futuro.

Nem irresponsáveis, nem sem solidariedade. Casemos essas duas coisas, solidariedade com responsabilidade. Esse é o desafio que nós temos nesta Casa.

Mas a Senadora Rose parece que quer usar da palavra, num aparte.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Primeiro, pelo dia tão especial, porque eu acho que todos os dias, para quem tem fé, a gente precisa comemorar a vida. Então, quero parabenizar V. Ex^a, também pelo seu discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado.

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Quando V. Ex^a aborda o Estado do Espírito Santo em relação ao ajuste fiscal, eu experimento uma sensação de controvérsia...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – ... porque o ajuste fiscal em si – só o ajuste fiscal em si – não justifica que o equilíbrio da economia entre despesas e gastos possa deixar tantas pessoas necessitadas do abrigo das leis e das políticas públicas que possam dar um cobertor que as acalente nas desvantagens sociais que nós estamos vivendo e a que estamos assistindo. Evidentemente que o meu Estado tem um bom gestor nas contas públicas, do meu partido, o



Governador, mas nunca, num país como o nosso, nunca vi Estado nenhum passar o que passamos recentemente com essa chamada greve dos policiais da Polícia Militar, essa paralisação ou que nome tenha. O Estado ficou parado, Senador...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – V. Ex^a é um homem público de muita sobriedade, de muita postura, sou sua admiradora, V. Ex^a sabe disso. A sua luta pela educação é a sua história, a sua consciência pública exposta, para que todos saibam que o senhor não está na vida pública em vão e que muito menos conversa com a opinião pública de uma maneira vazia, inócua. Pelo contrário, V. Ex^a está sempre lembrando, demarcando o território dos seus compromissos sociais, o que é muito importante, o que enriquece o Congresso Nacional. Quando vim para o Senado, tinha em mente que nós estaríamos juntos aqui e que eu teria muito a aprender com V. Ex^a, mas acho que o ajuste social em si e por si próprio não justifica que deixemos ao desalento tantos policiais militares, que não têm auxílio-transporte, auxílio-alimentação, que não têm um plano de saúde. Hoje ainda é uma greve ilegal, reconheço que não deveria ter sido assim...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – ... uma greve que prejudicou o Estado. Nunca vi o Estado paralisado de ponta a ponta. O Ministro Jungmann disse que fez o trajeto do aeroporto até o Palácio sem ver uma pessoa no meio da rua, um carro no meio da rua. O medo tomou conta do meu Estado. E por que não dialogar? Não há dinheiro para dar aumento, mas será que não podemos dialogar, conversar, encontrar um caminho comum? Esse é o resultado para o Brasil inteiro das gestões que foram montadas na saúde, na educação, e V. Ex^a sabe muito bem disso. Então, no nosso Estado, há que se alçar um voo maior. Que o coração das pessoas esteja aberto a entender que só o ajuste fiscal e os números para pagamento em dia não justificam a penúria, a luta difícil por que passam os militares, os professores e outras categorias. Muito obrigada. Desculpe-me por me alongar, mas esse assunto reverbera na alma...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – ... da gente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Senadora.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, se o senhor me permitir mais um pouco de tempo... Esse debate, a meu ver, merece um tempo ainda maior.

Senadora, eu converso muito com os PMs do meu Estado, aqui, do Distrito Federal. Fui um Governador...

A Sr^a Rose de Freitas (PMDB - ES) – Que têm o maior salário no Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eles têm o maior salário, em grande parte, porque recebemos o Fundo Constitucional. Falei há pouco aqui que o Distrito Federal tem que ser austero no uso desse dinheiro, que vem de fora do Distrito Federal.



Conversei com eles sobre o que a senhora disse: não sabem se é greve ou não, alguns não sabem se é rebelião ou não, mas é lamentável que aconteça. E falei para eles: "Quando não se tem dinheiro, o que se faz?" Eles, aí, Presidente, deram uma resposta que me surpreendeu. Eles disseram: "Então comecem por vocês. Por que vocês ganham no teto, e a gente lá embaixo? Por que vocês têm verba indenizatória, e a gente não tem nada para..."

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por que fazer uma reforma da previdência? E eu disse para eles que era preciso fazer mesmo uma reforma da previdência, porque senão a previdência quebraria, e os filhos deles nada teriam. E eles disseram: "Mas por que vocês não tocam nos privilégios de vocês?" E eu disse para eles: "Mas, se tocar em todos os privilégios, ainda assim vai ser pouco, não dá para compensar os gastos gerais". E eles disseram uma coisa maravilhosa: "Vocês não dão valor nenhum ao exemplo? E o exemplo não tem um valor, mesmo que não seja financeiro?"

Está na hora de pedirmos sacrifícios, mas antes é preciso darmos o nosso exemplo, nesse ponto eles têm razão. Não vai dar para manter os salários crescendo como nos acostumamos a ver nas últimas décadas, a não ser com a mentira da inflação – aí sim, aí se pode tudo. Você multiplica...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Você dá um aumento de 100% no salário e, no final do mês, tira pela inflação. Aí pode! Mas aí é voltar a um tempo que não vale a pena, o tempo da mentira, o tempo da ilusão.

É preciso sacrifício, austeridade é uma palavra que veio para ficar no mundo. Mas os PMs com os quais eu conversei aqui na semana passada, aos quais perguntei o que eles achavam do que acontecia em Vitória, no Espírito Santo, têm razão. Vamos fazer austeridade! "Peçam-nos austeridade, mas deem os exemplos vocês."

"Por que não uma política fiscal que taxe mais os impostos dos ricos?" E aí eu disse: "Mas a carga fiscal já é muito alta no Brasil!" Eles disseram: "Não faz mal, aumenta a dos ricos e diminui a dos pobres, a carga fiscal fica igual" – fica altíssima, mas, pelo menos, mais justa.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E aí eu concluo realmente, Senador.

Nós precisamos de uma austeridade responsável e justa. Hoje nós não estamos sendo austeros nem estamos sendo justos. Esse discurso, Senadora, é que vai exigir uma reflexão mais ampla do que apenas o problema do Espírito Santo.

Quando estive com eles, a primeira coisa que perguntei foi: "O que vocês estão achando do que acontece em Vitória?" Eles me disseram uma palavra: "É um aviso. Estamos dando um aviso!" Senador Jucá, isto foi dito uma semana atrás, numa cidade aqui do Distrito Federal chamada Brazlândia, num encontro por acaso: "É um aviso, é um aviso que estamos dando". E não são só eles. É que eles são armados e, aí, a coisa fica mais grave.



(*Soa a campanha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas os desarmados também estão dando avisos.

E de repente nós temos a surpresa de coisas previstas. O que aconteceu no Espírito Santo estava previsto – não sabíamos quando, não sabíamos onde –, mas nos surpreendemos. Quando é que a gente vai parar de se surpreender com o óbvio, com o previsto, com o que a gente sabe que vai acontecer, mesmo que não saiba onde exatamente nem quando exatamente? Está na hora de nos anteciparmos e sairmos do enfrentamento de pontos esporádicos e fazermos um enfrentamento global, olhando para o futuro.

É isso que eu quero dizer, lembrando que subi aqui para comentar a entrevista do Senador Humberto Costa, que, a meu ver, permite uma abertura para pensar o futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo belo discurso.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros ouvintes e acompanhantes da Rádio Senado, da TV Senado e das redes sociais, Srs. e Sr^{as} jornalistas, venho hoje à tribuna porque entendo que é a hora de fazer alguns esclarecimentos e, principalmente, alguns posicionamentos.

A semana passada foi pródiga em correrias. Não tive tempo de parar – muito pouco – aqui no plenário do Senado. Infelizmente, na quarta-feira, Senador Cristovam, tive de ir ao Rio de Janeiro participar do sepultamento de um grande brasileiro, Edson de Godoy Bueno, um homem visionário, um grande empreendedor, alguém que tinha um espírito de brasilidade muito forte. Era para mim um exemplo e um incentivo. Não podia faltar. Mesmo sendo uma quarta-feira repleta de demandas aqui no Senado e em Brasília, eu não podia deixar de estar lá ao lado da Solange, do Pedro, da sua família, para confortá-los com o nosso abraço e marcar homenagem a este homem, que, volto a dizer, fará muita falta ao Brasil.

Cheguei aqui na quarta-feira à noite e fui surpreendido por um movimento, algo muito barulhento, que registrava que eu teria apresentado uma proposta de emenda à Constituição para, mais uma vez, atrapalhar a Lava Jato e blindar o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado – o Senador Eunício Oliveira e o Deputado Rodrigo Maia. Como cheguei à noite, não tive tempo praticamente de falar sobre essa questão e, na quinta-feira pela manhã, Senadora Rose, viajei para o meu Estado porque tinha uma série de programações lá, e eu sou muito cuidadoso e presente em tudo o que há no Estado de Roraima.

Cheguei ontem à noite. Pensei até em me pronunciar não hoje, mas amanhã, na terça-feira, que é um dia com a presença de mais Senadores e Senadoras. Mas amanhã nós votaremos na Comissão de Constituição e Justiça, provavelmente, o nome do indicado ao Supremo Tribunal Federal. Portanto, amanhã o tema será outro. Eu não gostaria de trazer esse tema que eu vou abordar hoje para, de certa forma, conturbar ou dividir as opiniões ou servir de motivação para qualquer tipo de colocação que, em tese, não deveria ser o tema central de amanhã, que é a importante indicação de um Ministro para o Supremo Tribunal Federal.

Então, estou falando aqui hoje porque essa fala ficará nos *Anais* da Casa, está sendo televisionada para todo o Brasil, há repetição na TV Senado, entrará nas redes sociais e, sem



dúvida nenhuma, a imprensa também vai cobrir o que eu vou dizer aqui. Então, eu peço a condição de poder aqui colocar alguns pontos.

O primeiro deles: dizer que nós vivemos, no ano passado, Senador Cristovam, um momento de impasse no momento em que, por uma medida liminar, um ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal determinou que fosse afastado da presidência o Presidente do Senado Federal, algo inusitado, ainda mais por uma liminar. Era, então, o Vice-Presidente da Mesa do Senado e vivi ali um momento de avaliação e de certa expectativa de como se leriam, em nível de País, essa decisão e os procedimentos que decorreriam dessa decisão.

Naquele momento, a Mesa do Senado tomou uma posição e, dois dias depois, o Plenário do Supremo Tribunal Federal modulou a decisão, tomou a decisão na direção da busca de uma saída que não o confronto, tomou a decisão que dizia o seguinte: o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, que fazem parte da linha sucessória do País, podem continuar na presidência das Casas do Congresso, mas não poderão, eventualmente, assumir a linha sucessória se houver alguma ação que os torne réus. E aqui não estamos falando de condenação, estamos falando de investigação, e, na minha avaliação, no regime democrático, no regime de liberdade, de funcionamento pleno da Justiça, qualquer desconfiança que paire sobre um cidadão brasileiro deve ser oriunda de uma investigação, deve ter como base uma investigação, do Presidente da República ao menor servidor público. Mas a decisão criou um fato que... Não sou advogado, sou economista; sou, eventualmente, um Senador, sou um político, mas não concordo com o âmago dessa decisão.

E por que eu não concordo com o âmago dessa decisão? Porque nós temos muito claro na Constituição que no Brasil há três Poderes harmônicos e independentes entre si. Poderes que têm, cada um, a sua finalidade no equilíbrio da Federação e da República: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Como é que se dá o processo de equilíbrio? Cada um cumpre a sua ação, e existe uma linha sucessória de ocupação do cargo de Presidente da República. Nós temos o Presidente. O primeiro na linha de sucessão é o Vice-Presidente. O segundo na linha de sucessão, por efeito da sistemática anterior das Constituições que passaram, passou a ser o Presidente da Câmara.

E por que o Presidente da Câmara na frente do Presidente do Senado, Senadora Rose? Muito simples, porque, nas Constituições anteriores, o Presidente do Senado era o Vice-Presidente da República, como é nos Estados Unidos. Então era Presidente; Vice-Presidente da República e Presidente do Senado; Presidente da Câmara e Presidente do Supremo. Quando se refez a Constituição, se manteve em terceiro lugar o Presidente da Câmara, depois veio o Presidente do Senado, e, depois, o Presidente do Supremo. Essa é a linha sucessória titular e provisória do Poder Executivo no Brasil.

A Constituição, no seu art. 86, diz que:

Art. 86.....

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções [durante a vigência do respectivo mandato, enquanto ocupar o cargo].

Isso quer dizer o quê? Isso quer dizer que, enquanto o Presidente da República é Presidente, nos quatro anos, poderá ser investigado, processado, e poderá virar réu por ato realizado na Presidência da República, mas qualquer questão anterior aguarda, fica em suspenso, para de



contar prazo para a questão de prescrever a pena. Quando ele sai da Presidência, o prazo retoma e o processo retoma.

Aí eu pergunto: os Constituintes de 1988 fizeram isso para blindar o Presidente da República, para autorizar que o Presidente da República faça crimes? Não. Os Constituintes fizeram isso para dar estabilidade ao processo de condução de um país do tamanho e da importância do Brasil.

Quando ocorreu o fato Renan Calheiros, eu pensei com meus botões: será que é justo que nós tenhamos o Presidente e o Vice-Presidente tendo um tipo de tratamento e os Presidentes dos outros Poderes tendo outro tipo de tratamento pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que não está escrita na Constituição? Ou, em outras palavras, será que o poder congressional, que é o poder que emana do povo, que representa o povo, que elege a cada dois anos o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado por maioria dos seus pares, será que esse poder de repente pode ser quebrado na sua coluna vertebral, pode ser colocado de cócoras perante o País porque alguém quer investigar o Presidente do Senado ou o Presidente da Câmara? Será que essa é a estabilidade para o Poder Legislativo que nós queremos que haja no Brasil? É essa a leitura que nós queremos dar de segurança jurídica a um País que tem de reformar as estruturas da economia e da segurança jurídica, da educação e da saúde, que tem de reformar nessas duas Casas? Será que, nesses dois anos ou um ano e meio, é essa a leitura que nós queremos passar para a sociedade, para os investidores locais, para os investidores internacionais?

Nós queremos passar o quê? Não, a qualquer momento, o Presidente do Senado pode ser afastado, o Presidente da Câmara pode ser afastado, e o Congresso entra em convulsão. O poder político se conturba. É isso que nós queremos passar? Não é isso que eu quero passar.

E eu fiz um projeto de uma emenda à Constituição que dava o mesmo tratamento, no art. 86, § 4º, ao Presidente da República e aos outros membros da linha sucessória, com uma diferença: o prazo da linha sucessória para Ministro do Supremo, Presidente do Congresso, Presidentes do Senado e da Câmara é de dois anos, e não de quatro anos.

Fiz essa proposta como Senador da República que sou. Não fiz essa proposta como Líder do Governo. Não conversei com ninguém, porque o meu mandato é da minha consciência. Isso aqui nada tem a ver com o Governo Federal. O Governo já está coberto pelo art. 86. Não falei com Renan Calheiros. Não falei com Eunício Oliveira. Não falei com Rodrigo Maia. E não falei com ninguém. Por quê? Porque eu esperava apresentar a PEC e discutir essa PEC na Comissão de Constituição e Justiça. E, democraticamente, como se faz, nós íamos chegar a um ponto, a um denominador comum com a maioria.

Pedi assinaturas de Senadoras e Senadores. Pedi assinaturas para aprovar a PEC, Senadora Rose? Não, Sr. Presidente. Pedi assinatura para tramitar a PEC. Cansei de assinar aqui, neste plenário, propostas de emendas à Constituição com as quais não concordo, mas assinava para tramitar. Isso é uma praxe, isso é uma cortesia dos colegas, por mais questões que possa haver contra o tema da PEC.

Pois bem, começaram a coletar assinaturas. Quando chego, quarta-feira, do enterro do Edson, estava um pandemônio: "O Senador Jucá quer blindar, quer acabar com a Lava Jato, quer fazer isso e aquilo". Vou falar aqui sobre os temas que foram colocados. E pior: começaram, os membros da imprensa, a pressionar os Senadores e Senadoras que haviam assinado a PEC para tramitar. Pelo amor de Deus! Estamos agora sofrendo patrulhamento na tramitação de projetos? Isso comigo não funciona. Não funciona.



Eu tinha apresentado a PEC naquele dia, a assessoria minha coletou as assinaturas; nem falou comigo, apresentou a PEC para tramitar. Quando eu chego, está isso aí. A Rede Globo veio falar comigo: "Por que a PEC?" Expliquei por que a PEC. E aí foram atrás.

Recebo, à noite, a ligação do Senador Eunício Oliveira, Presidente deste Senado, grande amigo, parceiro, companheiro. O Eunício me falou: "Jucá, estão dizendo que a PEC é para me blindar, já estão batendo em mim, estão me procurando, tudo mais. Quero lhe pedir um favor: retire a PEC, porque, da forma como estão dizendo, parece que eu lhe pedi para me blindar porque posso ser investigado". Para atender o Senador Eunício Oliveira, retirei a PEC. E retirei a PEC também para não expor...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...os Senadores e Senadoras que assinaram a proposta de tramitação. Eles não assinaram discutir a proposta; eles assinaram para tramitar.

Retirei a PEC porque acho que, antes de discutirmos essa PEC ou qualquer outra coisa, o Congresso tem que colocar os pontos nos is. O Congresso tem que se colocar altivo e de pé. O Congresso não pode se diminuir. Da minha parte, não haverá diminuição.

A imprensa veio, então, com aquele julgamento precipitado...

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...que se transformou em realidade brasileira infelizmente.

No passado, Senador Cristovam, a turba fazia linchamentos. A gente viu muito isso ao longo da história do mundo. Hoje, quem tenta fazer linchamentos, Senadora Rose, não é a turba, é a imprensa e setores da sociedade.

Editorial de *O Globo*: "Jucá faz manobra de guerrilha contra a Lava Jato".

Blog do Camarotti: "Movimentos erráticos de Jucá causam incômodo ao Planalto". Qual foi o movimento errático? Apresentar a PEC.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ricardo Noblat: "O que foi mesmo que deu em Jucá?"

Fernando Gabeira: "Lobos e vovozinhas".

Eliane Cantanhêde: "Governo de Jucás".

E aí vieram mais: "Foro especial beneficia investigados". Uma discussão sobre o foro especial de que vou falar daqui a pouco.

E aí vem a *Veja* desta semana e diz o seguinte: "Os Senadores Edison Lobão e Romero Jucá comportam-se como se nada estivesse acontecendo".

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E diz aqui:

No jogo de aparências, é uma medida rigorosa. Na prática, uma bênção para os suspeitos. Com uma nota de corte tão baixa, até Romero Jucá, o ministro caído do Planejamento, e Henrique Eduardo Alves, apeado do Turismo, poderiam permanecer fagueiros em seus cargos.



O que eu quero dizer sobre isso? Quero aqui dizer, mais uma vez, com todas as palavras – todas as palavras! –, que, no dia em que a *Folha de S.Paulo* publicou a matéria sobre as gravações feitas e armadas pelo Sérgio Machado... Aquilo não foi a conversa de um grupo; aquilo não foi algo grampeado de um entendimento; não. Aquilo foi uma armação! E eu tive o cuidado de pegar as perguntas que ele me fez, que fez para o Sarney e para o Renan Calheiros; e nós vamos comentar isso no processo. Não vou comentar aqui a investigação, porque investigação se faz nos autos.

Mas, na hora que vazaram seletivamente algumas partes... E aqui eu quero dizer que, até hoje, como a matéria está em sigilo, eu não tive acesso à totalidade das gravações, Senador Cristovam. A *Folha de S.Paulo* pode ter tido; eu não tive. Naquele dia, eu fui ao Presidente Michel e disse: "Não fiz nada de errado, nunca tramei contra a Lava jato, ao contrário. Vou provar no processo que eu apoiei a Lava Jato – e vou provar com fatos, com números e com cifras".

Mas fui ao Michel, o Presidente, e disse: "Presidente, vou dar uma coletiva, vou desmentir essa mentira, mas vou entregar o cargo, porque estou mandando hoje para Rodrigo Janot e para o Ministro Teori Zavascki um documento pedindo que investiguem e digam onde eu atrapalhei ou impedi qualquer fato da Lava Jato." Mandeí isso por escrito há nove meses. Quero agradecer ao Ministro Edson Fachin, que assumiu e que, em poucos dias, autorizou a investigação.

Eu pedi a investigação, eu quero a investigação, eu quero saber qual foi a organização criminosa que tramou com Sérgio Machado aquela maracutaia. Eu quero saber, o País quer saber para quem o Sérgio Machado telefonou, com quem ele combinou. Há muita gente!

E quero aqui dizer: estou abrindo meu sigilo fiscal, bancário e telefônico. Vejam se eu estava tratando com Sérgio Machado alguma coisa! Quem trama está se falando, está se encontrando.

A mesma coisa se deu com Paulo Roberto, quando falaram da questão da Petrobras: "Está aí meu sigilo, está aí tudo. Quero saber quantas vezes eu falei com Paulo Roberto. Se ele falava comigo todo mês, deve haver a ligação, deve haver tudo. Eu quero saber."

Então, quero dizer o seguinte: eu clamo por ser investigado, eu cobro as investigações e uma decisão rápida do Supremo Tribunal Federal. Conversei com alguns Ministros do Supremo no passado. Eu ia propor, Senador Cristovam, um *fast track* para julgamento de agente público: tinha de haver um prazo, depois trancar a pauta do Supremo e votar, primeiro, o que tinha de votar. E disseram que era inconstitucional, que eu não podia fazer isso.

Nós que somos políticos vivemos da nossa imagem e da nossa credibilidade. Graças a Deus, por onde ando no Brasil, as pessoas pedem para tirar foto e apoiam o que eu falo e o que eu digo, tirando a palhaçada que ocorreu agora na quinta-feira, movida por um Senador imbecil. Havia lá um candidato a prefeito que foi derrotado com mais quatro pessoas, que ficaram xingando, e eu passei, porque não vou discutir com idiota. Não vou discutir com idiota.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Tirando isso, o povo do meu Estado me conhece. Eu ganhei a eleição, com 84% do eleitorado, para a prefeitura agora, contra eles todos, inclusive o Governo do Estado. Na eleição da Prefeitura de Boa Vista, lançaram oito candidatos contra Teresa. Os oito candidatos tiveram 15% dos votos, a Teresa obteve 80%. Então, o povo do Brasil e o povo de Roraima me conhecem. Mas a imprensa teima em marcar.

Aí quero dizer, primeiro: não fiz nenhum movimento errático. Segundo, eu estou me comportando como se nada tivesse acontecido, sim, revista *Veja*, porque para mim nada aconteceu. Não sou réu, estou sendo investigado, cobro a investigação e vou continuar aqui agindo



do jeito que sempre agi. Não vou me acovardar, não vou me apequenar e vou exercer o meu mandato aqui na plenitude, fazendo os enfrentamentos que eu entender que devo fazer, sem ter medo. Medo é uma palavra que eu não conheço.

A tradição da nossa terra, Senador Cristovam, tem uma história disso. Foi lá que nós enfrentamos os holandeses, foi lá que se criou o Exército Brasileiro, oriundo de Guararapes. Então, se pensam que vão me atemorizar, que vão me rotular, que vou deixar de falar, percam seu tempo.

Não fiz manobra de guerrilha; apresentei uma proposta que eu considero séria e importante para o Poder Legislativo. E quero dizer: a proposta não blinda nenhum Senador ou Presidente de Câmara, porque simplesmente o Ministério Público não passa apenas dois anos para investigar qualquer um. A investigação média do Ministério Público leva dez anos. Então, o Presidente da Câmara entra e sai, e a investigação não anda. Agora, colocar uma espada de Dâmocles em cima do Presidente do Senado ou do Presidente da Câmara para dizer amanhã que um procurador-geral da República que não goste de tal presidente tenha condão de fazer uma ação, propor uma investigação e afastar o presidente de uma Casa escolhido por maioria, me desculpe, não é democrático, e eu não aceito. Posso ser voto vencido, posso ser xingado, mas cada um tem sua opinião. Acho que não dá para avacalhar o Congresso Nacional. Não dá! Não dá para não ter a atribuição que nós temos que ter de fazer leis e de constar no quadro sucessório do País.

Aí, a Eliane Cantanhêde vem com "Governo de Jucás". E diz que o governo poderia ser "de Jucás", porque o Michel disse que agora quem for réu não pode mais ser ministro. Querida Eliane Cantanhêde, eu não sou réu; eu sou investigado e clamo pelo resultado da investigação.

Se ela investigou, se ela foi ao dicionário e viu o que quer dizer a palavra jucá, ela é sinônimo de uma madeira que não quebra e não se enverga. Então, se o governo é de jucás nesse sentido, Eliane, muito obrigado; se o governo que você quis dizer é de alguém denunciado, não é comigo.

E eu mandei a resposta para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Escrevi um artigo, com a mesma elegância da Eliane Cantanhêde – eu escrevi! –, chamado "Carpideiras e Vivandeiras". Lamento a falta de democracia do jornal *O Estado de S. Paulo*, que não o publicou.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Estará amanhã no meu Face, no meu *site*, e eu vou dar por lido aqui.

Por que eu falo em carpideiras e vivandeiras, Senador Cristovam? Porque eu vou responder um pouco ao Ricardo Noblat o que deu em mim. Sabe o que deu em mim, Ricardo Noblat? Preocupação. Sabe o que deu em mim, Ricardo Noblat? Inconformismo. Porque nós estamos em pleno século XXI. E sabe o que está parecendo que nós estamos vivendo? Está parecendo que estamos vivendo o período da Inquisição, Senador Wellington, quando alguém gritava "ele é um bruxo!", e, e uma semana, estava na fogueira. E como se queimou gente na Idade Média!

Nós estamos vivendo também – outro comparativo com a História – o período da Revolução Francesa em que um "*J'accuse*" levava as pessoas sumariamente para um tribunal do povo e de lá para o cadafalso, para a guilhotina na *Place de la Concorde*. Bastava a acusação. Não bastava prova. Bastava apontar o dedo e dizer: "*J'accuse*" Explico, para não confundir, porque pode ser que algum jornalista confunda "*J'accuse*" com a banheira. Não, "*J'accuse*" é "eu acuso" em francês. E as pessoas eram degoladas. Todo mundo sabe como terminou a Revolução Francesa. Robespierre começou guilhotinado, terminou guilhotinado e, depois, reassumiu o Imperador na França.



Ou nós podemos ir mais além um pouco no tempo, também pegando a História e dizer: "Nós estamos vivendo na época do Nazismo, do Fascismo". Diz-se a um político que ele é judeu. Então, a Gestapo, o grupo de extermínio, toma conta dele. Estão querendo pregar em todos nós a cruz de Israel no peito, como os nazistas pregaram nos judeus que viviam na Alemanha. E eu vou ficar calado com isso? Não vou, não vou. Tanto é assim que a brilhante jornalista Vera Magalhães, no dia 19 de fevereiro, faz um artigo que diz o seguinte: "Carne queimada. Quem for marcado com a cruz escarlata da Lava Jato terá o destino traçado". Está aqui. Isso é a síntese do "*J'accuse*", da estrela de Israel, da denúncia de bruxismo no século XXI. A diferença é que a turba que apontava agora é outra. A diferença é que o povo que aplaudia a guilhotina agora é parte da imprensa, que não dá chance a ninguém de se defender – não dá chance a ninguém; escolhe aleatoriamente e parte para o esmagamento, sem se preocupar com a verdade, sem se preocupar com a coerência, sem se preocupar com a família das pessoas, com a história de cada um, sem mesmo se lembrar das suas próprias memórias, porque dezenas de jornalistas, aqui e pelo Brasil, ouviram a minha fala de que o governo da Dilma estava acabando, de que o Brasil estava sangrando, de que a Dilma estava destruindo o País.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu falei isso na hora em que eu não os apoiei, e o Michel Temer era candidato à Vice-Presidente da República, do PMDB. Eu disse que não ia apoiar porque a economia estava errada e o País rumava para um desastre. Infelizmente eu estava certo. Não gostaria de ter estado certo, mas estava certo.

O que sangrava era o País, não era a Lava Jato. A Lava Jato não é sangramento, é remédio. A Lava Jato mudou o paradigma da política brasileira para melhor. Nós sentimos isso na eleição, agora, de 2016. Então, eu jamais – jamais! – me coloquei contra a Lava Jato e vou provar isso. Não vou discutir no plenário, não quero afrontar o Ministério Público. Acho que cada um tem a sua visão. No entanto, a justiça tem que prevalecer, e, para a justiça prevalecer...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ...a justiça tem que ser feita rapidamente, porque não se faz justiça para cadáver... *(Fora do microfone.)*...só se faz justiça para as pessoas vivas.

Eu quero aqui dizer, com muita tranquilidade, aos meus adversários e a quem quer me marcar com uma estrela no peito: eu não vou morrer de véspera, eu não me entrego, eu sei o que eu defendo, eu sei o que eu fiz, e eu sei o que vou fazer.

Então, as carpideiras que choram os marcados – porque, agora, é assim: alguém marca, e as novas carpideiras e vivandeiras são parte da imprensa que choram os defuntos ainda vivos, teimando em perambular pela classe política e pela sociedade. Isso está correto?

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Isso é democracia? Isso é liberdade de imprensa? *(Fora do microfone.)*

É liberdade de imprensa vazar um pedaço de delação? E a que preço essa imprensa recebe o pedaço da delação? Não sei.



Quando vaza algo ilegal, alguém se apressa a dizer: "Vamos investigar! Abramos um procedimento!" Eu não sou advogado e sou muito mal informado. Então, pergunto a quem é bem informado: qualquer desses procedimentos de abertura sobre vazamento de delação ou de informação sigilosa levou a algum lugar? Alguém foi apontado como vazador oficial, como "vazador-mor" da República? Não, ninguém foi.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, as carpideiras pegam um vazamento e propagam a fala e o choro condenatório, e as vivandeiras abastecem esse circo.

Eu darei um aparte a V. Ex^a já já, Senador Cristovam.

Desculpem-me. Eu não quis blindar ninguém, eu não quero blindar ninguém e o que eu tenho feito é cobrar do Ministério Público a rápida investigação junto com o Supremo. Disse nessa semana, em uma entrevista de página inteira no jornal *Correio Braziliense*, que querem colocar sobre a classe política uma nuvem negra de desconfiança...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... uma nuvem pesada, carregada. Para quê? *(Fora do microfone.)* Para descredenciar a política? E qual é a saída para o Brasil fora da política? É a aventura? É o quê? Um bravateiro como Trump? É um justiceiro como o ditador da Turquia? Não, fora da política, é a aventura, e a aventura jamais deu certo em lugar nenhum. A História prova isso; basta ler.

A discussão sobre a blindagem veio do foro privilegiado. Eu quero dizer que comungo com a posição do Ministro Fachin e com a do Ministro Barroso. Entendo que a questão do foro privilegiado tem que ser rediscutida. Agora, não queiram culpar o Supremo por conta de atraso do julgamento de foro privilegiado; não é culpa do Supremo. Processos de investigação demoram 12, 14 anos; não no Supremo, mas no Ministério Público ou na Polícia Federal. Não é o Supremo que deixa de pautar. O Ministro Gilmar Mendes afirmou isto nessa semana: "Nós estamos prontos para julgar na turma os processos que estiverem concluídos da Lava Jato." Eu peço: concluam os meus. Façam um mutirão Romero Jucá. Juntem-se e investiguem o que tiver que investigar. Para mim, não há problema.

Junto com a discussão de projeto sobre isso, apresentei outro projeto, Senador Cristovam, que acaba com o sigilo das investigações para agentes públicos, em casos penais e de improbidade administrativa. Alguém já vai dizer: "Mas aí está querendo atrapalhar a Lava Jato." Não, estou querendo ajudar, porque hoje, primeiro, as coisas não são claras. Ninguém sabe do que está sendo acusado. Se uma delação premiada está homologada ou se um depoimento foi dado à Polícia Federal e ele vaza, em parte, para a imprensa, eu pergunto duas coisas: primeiro, por que não dar a informação toda? Depois: por que não democratizar para toda a imprensa? Por que um, dois ou três têm direito de ter um pedaço da História? Será em troca de quê? Será que é em troca de dar a versão que quem deixou vazar queria ver propagada, senão a informação não iria? É dessa chantagem que a imprensa brasileira vai ficar refém? Não! Eu não estou dizendo aqui que é para tornar público pedido de interceptação telefônica, pedido de operação de busca e apreensão. Eu ressalvo isso aqui para não começarem a dizer que eu estou querendo abrir e avisar a investigação. Não!

(Soa a campainha.)



O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Mas o que já estiver efetivado tem que se tornar público.

E, para minha surpresa, hoje, o Dr. Carlos Fernando dos Santos Lima, que é um dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato, diz que ... A pergunta é a seguinte: "Com a Lava Jato em fase crescente nos processos contra políticos no Supremo, que tem um ritmo mais lento, pode haver reflexo negativo na imagem da operação?" Ele diz que a percepção das pessoas fica bastante alterada porque elas estão vendo que o sistema do foro privilegiado ineficiente é algo que sempre se insurgiu contra. Então, ele tenta colocar no foro privilegiado algo que não é, porque o julgamento pode ser rápido, com uma vantagem: não há mais nada além do foro privilegiado. Da primeira instância ao Supremo são quatro instâncias.

Quero lembrar que a transparência e o acompanhamento da imprensa com relação ao foro privilegiado no Supremo é algo extremamente positivo. Vou dar aqui só um exemplo: o Coronel Hidelbrando Pascoal, do Acre, gostava de serrar gente lá no Acre. Serrou um bocado de gente lá. Não dava em nada! Pense nessa serraria que ele fazia! Aí, ele cismou de ser Deputado Federal. Veio aqui para a Câmara. O processo da serraria veio para cá, ele foi preso – está preso lá –, e foi condenado pelo Supremo. Se ele fosse deputado estadual e estivesse na primeira instância, ainda estaria serrando gente no Acre hoje. Então, é a primeira instância que vai resolver? Não!

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É a seriedade na denúncia, é a presteza da investigação e é o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que é a última instância! Não há para quem recorrer mais quem estiver condenado. Não dá para postergar quem estiver condenado.

Mas o Carlos Fernando diz que concorda. Aqui perguntam a ele: "O senhor defende que a delação da Odebrecht tenha o seu sigilo baixado?" E ele concorda com a liberação do sigilo.

Então, eu quero dizer que parte do Ministério Público concorda com o sigilo. Eu recebi ligações do Ministério Público pedindo para discutir o projeto para ver como poderiam melhorá-lo.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, essa é a questão que estamos vivendo. *(Fora do microfone.)* Essa é a situação que estamos vivenciando.

Para terminar, uma matéria: "Análise: Segue a 'sangria' após recuo de Jucá". Eu quero dizer a esse equivocado jornalista, Paulo Celso Pereira, que a sangria não está seguindo, não. Nós mudamos já todos os indicadores macroeconômicos do Brasil. Essa era a sangria. Falta mudar ainda os microeconômicos, o desemprego e o endividamento, mas vamos mudar.

O Governo Michel Temer, em seis meses, fez mais do que todos os governos juntos na questão do ajuste macroeconômico. O que a Dilma e o Joaquim Levy tentaram fazer, o Presidente Michel e o Ministro Meirelles estão fazendo com muito mais competência.

Então, me desculpem. Eu tinha que vir ao plenário hoje prestar esses esclarecimentos, Presidente, e me colocar à disposição. Estou à disposição para discutir em qualquer local, qualquer foro, com qualquer auditório. Sei o que eu fiz e sei o que eu faço, sei o que eu defendo. Não tomei nenhuma posição errática, não tomei nenhuma decisão pelo Governo e não ouvi nem Eunício, nem Renan, nem Rodrigo Maia porque não é a minha obrigação ouvir ninguém para apresentar projeto aqui. A obrigação é minha e com os meus eleitores que me apoiam, que confiam em mim e que conhecem o meu trabalho.



Então, encerro as minhas palavras pedindo a transcrição de tudo que li e dizer às vivandeiras e às carpideiras: chorem por outros; por mim, eu agradeço, mas não precisam fazer esse esforço.

Obrigado.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Matérias jornalísticas;
- Anexos. **(Vide item 2.1.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo, PMDB.

Não se encontra no momento, mas em substituição, tem o Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Thieres Pinto, quero aqui aproveitar este tempo para cumprimentá-lo como nosso companheiro do Bloco Moderador.

Aliás, quero também aproveitar aqui para agradecer a todos os companheiros do Bloco Moderador pela confiança de me indicar como Líder do Bloco Moderador. Esse Bloco, composto por Senadores, cada um com a sua experiência... Quero aqui ressaltar o Senador Fernando Collor, que foi o nosso Líder durante dois anos, que coube a mim a honra de substituir, e também, claro, a responsabilidade de substituir um ex-Presidente da República. Ele é um grande agregador dentro do Bloco. O Bloco teve, no mandato passado, o nosso companheiro, Senador Vicentinho Alves como nosso 1º Secretário da Casa, graças principalmente à grande capacidade de articulação das nossas Lideranças do Bloco, capitaneadas pelo Senador Collor.

Da mesma forma, na minha indicação, praticamente, diria que foi ele que fez esse papel, conversando também com todos os companheiros para que confiassem em mim o voto.

Por isso, quero agradecer aqui, também, ao Senador Armando Monteiro, por toda a sua experiência vivida como Ministro da Indústria e Comércio, como uma referência nacional e por, também, englobar o PTB, mais um Partido que faz parte do nosso Bloco.

Quero também cumprimentar o meu companheiro de Estado, Senador Cidinho Santos, que substitui aqui nesta Casa o Senador Blairo Maggi, e que, também, representa o PR no nosso Bloco Moderador, além do nosso Companheiro Vicentinho Alves, que é lá de Tocantins, com toda a sua experiência e, principalmente, pelos dois anos aqui como 1º Secretário. Ele é de um Estado vizinho. Temos algumas bandeiras juntos, principalmente a questão da construção da estrada transpondo a Ilha do Bananal, ligando a região do Araguaia à São Félix do Araguaia, no Estado do Tocantins, uma estrada extremamente importante para promover o desenvolvimento daquela região e levar mais apoio às comunidades isoladas. Tenho certeza de que, principalmente, a comunidade indígena que lá vive, com essa estrada, terá muito mais condições de poder desenvolver não só a sua cultura, mas principalmente sua qualidade de vida.

Quero cumprimentar, também, o Senador Eduardo Lopes, que, representando o PRB do Rio de Janeiro, compõe também o nosso Bloco. Ele tomou posse, em definitivo, em função da eleição do nosso companheiro, Senador Marcelo Crivella, que hoje é o Prefeito do Rio de Janeiro. Ele



também esteve aqui conosco, durante esses dois anos, no Senado. Fez um trabalho brilhante, tanto é que o povo do Rio de Janeiro nele confiou, elegendo-o Prefeito da capital do Rio de Janeiro. Inclusive lá já estivemos com ele, visitando, discutindo alguns projetos – eu como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento. Lá nós temos o espaço do Porto do Futuro. Estamos trabalhando junto ao Ministro dos Transportes. Inclusive, esta semana, provavelmente, teremos ainda uma audiência com o Prefeito Crivella, com o Ministro Padilha, com o Ministro Maurício, Ministro dos Transportes, para que a gente possa municipalizar aquela área do porto.

Da mesma forma, quero aqui cumprimentar o nosso companheiro, brilhante, aqui da tribuna. Ele está sempre na mídia social, atingindo até 1,2 milhão de pessoas, Senador Magno Malta. Ele também faz parte do nosso Bloco e é companheiro do PR. Quero agradecer a todos eles.

Finalmente, quero cumprimentar o Senador Pedro Chaves. O Senador Pedro Chaves é do Mato Grosso do Sul, está nesta Casa há pouco tempo, mas já teve uma trajetória brilhante. Ele é um profissional referência na área de educação. Inclusive, foi Relator agora da proposta do ensino médio, da PEC. Em Campo Grande, estudei o 2º grau numa unidade escolar da família de Pedro Chaves. Ele montou a Mace – Moderna Associação Campograndense de Ensino, que depois se transformou numa grande universidade. Com certeza, é uma honra estar aqui liderando o Bloco com o companheiro Pedro Chaves, que representa o PSC dentro do nosso Bloco.

Já falei do nosso companheiro Thieres Pinto. Já tivemos, na semana passada, uma reunião na sua casa, onde tivemos ali a intimidade familiar, mas acima de tudo a oportunidade de poder discutir projetos importantes para o Brasil, na sua experiência de homem de luta, de estar na ponta, lá, junto com as comunidades. Eu tenho certeza, Senador Thieres, que V. Ex^a vai ser um atuante Senador no nosso Bloco Moderador, para que a gente possa também buscar os melhores caminhos neste Senado da República, no Congresso Nacional, para que a gente possa tirar o Brasil dessa crise – crise política e crise econômica – que vivemos.

Eu sempre tenho dito que, nesses 25 anos, que aqui estou, já convivemos com várias crises: uma hora uma política, outra hora uma crise econômica, mas não duas crises como a que vivemos hoje – crise econômica e crise política ao mesmo tempo. E, claro, temos que resolver principalmente a nossa crise política, porque ela é que vai dar condições para trazer estabilidade econômica ao nosso País. Por mais que o Presidente tome as medidas corretas nessa questão econômica, precisa de ter credibilidade política e estabilidade política para que a nossa crise econômica possa ser vencida.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, registrar: nós fazemos parte aqui de uma comissão especial que trata da questão das obras inacabadas no Brasil. Eu já propus uma audiência pública, a primeira audiência pública a ser realizada no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá. Em Mato Grosso nós tivemos também a oportunidade de ser um dos Estados subsedes da Copa do Mundo. Claro, a esperança com a Copa do Mundo é que ficasse um grande legado para a população mato-grossense. Muitas obras foram conquistadas, mudou-se o governo, e aí, claro, o governo entendeu – o novo governo, o Governador Pedro Taques – que deveria paralisar todas as obras para fazer as auditorias. Isso é um direito de cada governo. Só que já passaram dois anos, e muitas dessas obras continuam inacabadas, paralisadas.

Eu sempre tenho dito que uma obra parada, uma obra paralisada, não serve para nada, porque ela causa um prejuízo muito grande para a população. A sua manutenção às vezes não é feita com responsabilidade, e aquilo acaba sendo depredado, e, para recomençar uma obra



inacabada depois de anos, o custo é muito maior. Nós temos um exemplo lá, que é a obra do VLT. O VLT é um projeto de Cuiabá, que interliga a região metropolitana, o aeroporto de Várzea Grande, que é o Aeroporto Marechal Rondon, que é da Grande Capital, interligando todo o aeroporto, a cidade de Várzea Grande, à cidade de Cuiabá. Essa obra está inacabada há dois anos.

Eu acho que fazer auditoria é um papel principalmente do Ministério Público, do Tribunal de Contas, e quem foi eleito para governar tem que ter o papel de administrar, tocar as obras, tocar o Estado em frente, trazer novas esperanças e novas expectativas. Por isso eu venho aqui, sim, cobrar essa questão do VLT. O prejuízo que ela está causando ao Estado de Mato Grosso é muito grande, com a obra paralisada.

Se existiu algum problema no passado, seja na sua licitação, seja na execução da obra, cabe ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas buscar reparar, cobrando através da Justiça a reparação. Agora, cabe a quem foi eleito, com muitas esperanças, dar continuidade às obras. Aliás, no Brasil, existe muito isto. Um administrador fala: "Não, não vou concluir a obra do outro, porque fica o nome do outro." E, com aquela obra inacabada, fica ali o prejuízo muito grande para a população.

Além disso, Sr. Presidente, são muitas as obras inacabadas no Estado de Mato Grosso – muitas, inúmeras. Aí eu tive o papel, sim, de ajudar, no passado, a aprovar um grande projeto que é o Programa MT Integrado. Esse projeto, aprovado pelo BNDES, tinha principalmente a vertente do social. Por quê? Porque a proposta era interligar todas as cidades do Mato Grosso pelo menos com uma via asfaltada; pelo menos com uma estrada com a pavimentação asfáltica. A maioria das cidades de Mato Grosso aonde ainda não chegou a estrada, Sr. Presidente, são as cidades mais antigas, as cidades de garimpos, as cidades mais longínquas do centro da nossa capital e onde a população vive com esperança, trabalhando, fazendo o seu papel de integrar não só o Estado de Mato Grosso, mas também a questão amazônica – e eu falo tanto da região do Araguaia, que interliga com o Tocantins e o Pará, quanto do nortão de Mato Grosso, que também faz divisa com o Pará, e da região oeste de Mato Grosso, que faz divisa com a Bolívia.

Então, o nosso Estado tem essa capacidade de ser um Estado de alta produção com um alto índice de produtividade. Mas estamos no centro do Brasil; estamos no centro da América do Sul. E isso, então, faz com que todas as instâncias de escoamento da nossa produção acabem elevando extremamente o custo da nossa produção. Por isso, a nossa infraestrutura é fundamental para o nosso Estado.

Então, nesse Programa do MT Integrado – e todo ele ficou contratado pelo BNDES, através do Governo do Estado de Mato Grosso –, muitas das suas obras ainda estão andando a passos muito lentos. Então, aqui também queremos cobrar essa posição, tanto do BNDES, porque o BNDES é aquele banco que fomenta o desenvolvimento e, portanto, também tem responsabilidade – e aqui fica a minha cobrança ao Banco, ao BNDES –, quanto do Governo do Estado de Mato Grosso.

Além disso, Sr. Presidente, das obras de infraestrutura, quero aqui dizer que inclusive, nessas estradas, foram deixadas contratadas e licitadas todas as pontes para interligá-las através do Programa MT Concreto.

Então, tudo isso de que estamos falando foram projetos licitados e contratados no governo passado. Portanto, este Governo não tem aqui como explicar e dizer: "Não, estou tentando ainda recursos." Não, esses recursos estão disponíveis para o Governo do Estado de Mato Grosso, lá no BNDES, assim como para outras estradas.



Mas não quero aqui me alongar muito, porque a Senadora Rose de Freitas tinha a sua inscrição anterior à minha. Eu fiquei aguardando, mas ela saiu um pouco, e o espaço ficou vazio e, então, aqui V. Ex^a me convidou para estar na tribuna. Por isso, não quero aqui abusar do tempo. Mas eu tenho que falar da questão da saúde, Sr. Presidente.

No Mato Grosso, nós temos um hospital universitário fruto de um convênio do Ministério da Educação, através da Universidade Federal de Mato Grosso e do Governo do Estado. A alocação desse recurso se deu através de uma emenda de toda a Bancada do mandato anterior, de cujo trabalho participei efetivamente com a reitoria.

Aqui quero lembrar a Reitora Maria Lúcia Cavalli, que desenvolveu o projeto, nessa parceria com o Governo do Estado. E conseguimos, Sr. Presidente, transferir... A responsabilidade do convênio era 50% para o Governo do Estado de Mato Grosso e 50% para o Governo Federal, através do MEC, já que se tratava de um novo hospital universitário para Mato Grosso. Conseguimos liberar 100% da parte do Estado de Mato Grosso, e lá estão quase R\$80 milhões em uma obra inacabada – uma hora, dizem que tem 3%; outra hora, dizem que tem 8%, mas o importante é que tem menos de 10%, até agora, pronto. E já se vão mais de dois anos. Esses recursos estão lá paralisados, e, infelizmente, Sr. Presidente, as pessoas estão em Cuiabá vivendo praticamente um estado de guerra.

Nós estivemos, há poucos dias, com o Ministro da Educação e também com o Ministro da Saúde, e lá, em Mato Grosso, estive o Ministro da Saúde – fomos visitar as unidades de saúde. Visitamos esse hospital universitário, na cidade para Santo Antônio do Leverger, que está paralisado, como eu disse, há mais de dois anos, e o recurso está lá, na conta do Governo do Estado; nem a nova licitação foi feita. Portanto, essa obra, se o Estado começar a licitar agora, se começar a sua construção, eu acredito que vai ficar pronta, no mínimo, entre quatro e cinco anos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, visitamos o atual Hospital Universitário Júlio Müller, que já funciona há mais de 40 anos em condições precaríssimas. O Hospital Universitário Júlio Müller também tem uma obra inacabada, que foi fruto de um convênio do Ministério da Saúde com o Governo do Estado de Mato Grosso. Essa obra, infelizmente, o atual Governo resolveu devolver para o Governo Federal, para o Ministério da Saúde, e está lá a obra, o esqueleto, parado há mais de três anos, dois anos e pouco, e a população em condições inadequadas, ou seja, de sofrimento total.

Além disso, Sr. Presidente, temos também o pronto-socorro de Cuiabá. No pronto-socorro atual, que também fomos visitar com o Ministério da Saúde, lá, sim, as pessoas, nas macas, nos corredores, parecendo um campo de guerra. É um sofrimento inaceitável. Pessoas estão morrendo por falta de decisão, do investimento necessário a ser feito naquelas unidades hospitalares do Estado de Mato Grosso.

E temos um novo pronto-socorro em construção, fruto de um convênio da prefeitura municipal com o Governo do Estado. No ano passado, a obra praticamente paralisou. O prefeito era o Prefeito Mauro Mendes, que tinha um bom relacionamento político com o governo, e ele mesmo resolveu não paralisar a obra durante a campanha. Mas uma obra que tinha 700 funcionários passou a ter 20 funcionários, ou seja, fez de conta que estava trabalhando. Assumiu agora o Prefeito Emanuel Pinheiro, que nós apoiamos, e a obra continua praticamente paralisada, porque o Governo do Estado continua com os atrasos do repasse à prefeitura municipal.

Nós tivemos, nesta semana, uma reunião aqui com toda a Bancada Federal. Nós, da Bancada Federal, fizemos duas emendas impositivas. Aliás, fui o Relator da LDO desse ano, e ampliamos



aquilo que era uma emenda: de uma emenda para duas emendas impositivas. Dessas duas emendas, nós, da Bancada Federal de Mato Grosso, resolvemos colocar uma para a regularização fundiária. São R\$74 milhões, quase R\$80 milhões para que possamos fazer regularização fundiária no Estado, um tema que exigiria talvez mais 20, 30 minutos para que eu pudesse falar. Vou deixar para falar sobre isso em outro momento.

E a outra emenda foi exatamente para as obras de conclusão das unidades hospitalares de Mato Grosso, com prioridade para conclusão e equipamento do nosso novo pronto-socorro e hospital municipal de Cuiabá. Desses recursos – como é impositivo – aproximadamente nós definimos que 80 milhões seriam exatamente para equipar o novo hospital.

Na semana passada, tivemos aqui uma reunião discutindo sobre se esses recursos iriam para o Governo do Estado ou para a prefeitura municipal. Claro que eu defendo que vão para a prefeitura municipal, porque a licitação da obra, a execução da obra do pronto-socorro está sendo feita pela prefeitura municipal, com o convênio com o Governo do Estado, mas o convênio e a execução da obra estão a cargo da prefeitura municipal.

Por exemplo, a questão do ar-condicionado. Como está na fase da construção, o ar-condicionado, mesmo sendo equipamento, já tem que entrar no início da construção. Portanto, cabe à prefeitura fazer a licitação dessa obra.

E aí o nosso apelo é para que não se repita aquilo de que o Governador falou há poucos dias: "Ah!, esse quer ser o pai da obra; aquele outro quer ser o pai da obra!" A sociedade não quer saber quem será o pai da obra. A sociedade está a cobrar que as pessoas estão morrendo por falta de decisão política, por falta de aplicação dos recursos, havendo recursos parados na conta do Estado há mais de dois anos.

Aliás, Sr. Presidente, fiz a proposta também para que esse novo pronto-socorro e hospital municipal pudesse também contemplar um espaço para a universidade federal, com curso de Medicina, para que os alunos de Medicina tivessem acesso...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... à emergência e à urgência. Porque, hoje, no atual Hospital Júlio Müller, que é um hospital universitário, não há espaço para os alunos poderem fazer essas práticas da urgência e da emergência. E para isso também não houve a concordância por parte do Governo do Estado. Olhem que absurdo!

Nós temos que oportunizar para que todos os nossos espaços possam ser acessíveis aos nossos alunos, seja numa obra para engenharia, ou seja numa escola, ou qualquer em obra, mas principalmente num hospital gigantesco que está sendo construído com recurso público. E como podem ter uma visão caolha dizendo que o recurso do Estado de Mato Grosso não pode ser usado para um hospital universitário?

Então, deixo aqui o meu repúdio, mas também a minha posição. Entendo que o novo pronto-socorro e hospital de Cuiabá também tem que ser um espaço aberto aos estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso. E aí queremos nos colocar aqui, inclusive estamos trabalhando, para que a gente possa construir o espaço adequado para isso.

Quero, mais uma vez, esclarecer à população: hoje os atuais estudantes da universidade federal não têm o espaço para o ensino da emergência e da urgência, porque o atual Hospital Júlio Müller não tem esse espaço adequado.



A gestão do nosso pronto-socorro e hospital não interessa quem fará, se será prefeitura ou o Governo do Estado, ou a parceria entre a universidade federal, o Governo do Estado e o Município. O importante é que atenda a população.

Concluindo, Sr. Presidente, da mesma forma vou fazer essa audiência pública, em que quero cobrar tanto do Ministério da Saúde quanto do Ministério da Educação também a questão do curso de Medicina em Rondonópolis, em Sinop. Porque, quando foram criados esses dois cursos, os hospitais regionais é que dariam suporte para esses novos cursos de Medicina implantados no Estado de Mato Grosso. E o curso já está no segundo ano, já está indo para o terceiro ano, e ainda não foram construídos, não foram adaptados esses hospitais, destas duas cidades, para que os alunos também tenham um espaço adequado. No caso de Rondonópolis, o hospital regional e, também, a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, e, no caso de Sinop, o hospital regional.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... mas fica uma preocupação. A minha preocupação (*Fora do microfone.*) é de que a população de Mato Grosso, que é um Estado muito grande, 900 mil quilômetros quadrados, e as pessoas, às vezes, têm que se deslocar mais de mil quilômetros para ir para a capital ou para ter acesso à saúde. E essas pessoas não podem ficar lá num corredor de um pronto-socorro, com mais de 100, 200 pessoas na maca, sofrendo pela falta de decisão política de uma melhor aplicação do recurso público.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Wellington, do PR, do Mato Grosso, Líder do Bloco Moderador.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Depois sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Presidente Paim, na sequência, o senhor estará com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – A senhora dispõe de 20 minutos, Senadora.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de hoje assumir esta tribuna para falar sobre a questão da educação. Mas, antes, gostaria de, mais uma vez, interceder, pedir, solicitar, que o Governo do Estado do Espírito Santo abra um diálogo com a Polícia Militar, com os bombeiros, para que possam, em uma mesa, sentados, de forma civilizada, de forma solidária, tratar do assunto que preocupa por demais a nossa população. Ainda que hoje, contando com a Força Nacional e com os militares que estão na rua, com a Polícia Militar que está na rua, a gente possa ter toda essa sensação de segurança. Na verdade, não sei até quando, haja vista que, até hoje, as mulheres dos policiais, Sr. Presidente, permanecem nas portas dos quartéis, ainda que em número pequeno, mas mostrando o questionamento que se faz acerca da sua condição de trabalho, da sua condição salarial.



Muitas vezes, as pessoas olham o meu Estado, pensando o quanto que é importante a estabilidade financeira dele, e realmente é. E o Governador tem uma gestão voltada nesse sentido. Só que não há como você manter os números bem calculados, bem formatados, em todo o cronograma que o Estado tem que ter, para pagar em dia os seus servidores, se alguém tem que ser sacrificado na ponta; se alguém deixa de ter o seu auxílio-alimentação; se alguém deixa ter o seu auxílio-transporte; e se, muitas vezes, nessas condições de trabalho, as pessoas têm que contar com o auxílio social das outras para que possam levar o alimento para casa.

Então, eu faço aqui... O Governador é do meu Partido, é apoiado por todos nós, votei nele. Portanto, eu tenho o dever de chegar aqui e, outra vez – neste momento em que ele está mexendo no Governo, mudando posições, colocando alguns novos secretários –, pedir, mais uma vez, encarecidamente, que toda a sociedade orgânica, produtiva possa estar sentada à mesa de negociação para não vivermos mais aqueles dias que vivemos no Estado do Espírito Santo.

O Ministro Raul Jungmann, que é o Ministro da Defesa, me dizia que, do momento em que ele saiu do aeroporto até chegar ao Palácio Anchieta, ele não encontrou uma vivalma na rua, uma pessoa, um transeunte, um pedestre, um carro. Todos estavam acuados, fechados, com medo daquilo que estava além do movimento da Polícia Militar, que eram aqueles que, na marginalidade, na crueldade da criminalidade, apossaram-se do nosso Estado, da nossa cidade e acuaram as famílias.

Chamou-me a atenção o depoimento de uma criança que dizia: "Estou muito triste. Eu não posso sair na porta da minha casa, eu não posso chegar até o parque, eu não posso ir para a rua comprar pão para minha mãe, eu não posso, eu não posso, eu não posso!..." E quem estava dando a ordem para que ela não saísse? O medo.

Uma sociedade tem que ser livre, livre, inclusive do medo que está imposto por uma fragilização de uma categoria, sucateamento dela, que, no momento em que ela necessita, faz um movimento reconhecidamente ilegal e usa do instrumento que tem para que possa ser ouvida. E não está sendo ouvida, não está sendo ouvida.

Mais uma vez, digo: a Força Nacional vai embora. Quarta-feira começa a sair do meu Estado. Como é que nós ficaremos? A polícia toda estará na rua? Estarão todos na rua satisfeitos? Estarão acatando as ordens, as determinações, mas estarão ainda com o peito angustiado e toda a sua demanda colocada de lado, como se não tivesse importância.

Houve exagero de lado a lado, pela incapacidade do Governo de colocar alguém que pudesse dizer publicamente: "Vamos conversar. Precisamos conversar. Não pode ser por esse caminho. Temos que encontrar uma saída." Isso têm que fazer os gestores públicos.

Por outro lado, como a polícia é importante na vida de uma sociedade, de uma comunidade. Como é importante a liberdade de ir e vir. Como é importante, numa emergência, atravessar uma rua, numa situação dessa de calamidade, e não ter que ficar olhando para trás, para os lados, e não ouvir balas e tiros sendo espalhados por toda a cidade, e não ouvir corpos caindo a todo momento, hospitais lotados. Como é importante você ver um Estado que tem um equilíbrio financeiro tão bom, tão importante, tão bem calculado, tão bem administrado, e naquele momento não teve a sensibilidade social, e nós precisamos dela, para que possamos nos antever a essas crises, ou pelo menos colocar na mesa aquilo que é realidade do Estado e, com ela compartilhada, chegar a um bom termo.



É isso que eu queria falar. Não venho aqui, por favor, tecer nenhum questionamento quanto àqueles que hoje administram o Estado. Isso aqui é um alento, é uma chamada de apoio a quem quer que seja; é uma chamada à responsabilidade que todos nós temos, todos nós temos!

Ouvi, hoje, ainda uma pessoa dizendo assim: "A Senadora Rose recebeu na casa dela mulheres que vieram do interior, que estavam dentro desse Governo." Na minha casa, eu sempre recebi todas as pessoas; no meu escritório, também recebi todas as pessoas, sempre dialoguei com todas as pessoas, com todo os segmentos.

Absurdo que tenham usado esse expediente para colocar como se eu fosse a incentivadora de um movimento que eu sequer sabia que iria existir.

Portanto, eu quero que não usem isso, porque até fica, chega uma hora... Eu já disse o que a verdade significa: a verdade é indissolúvel, é inevitável, ela vem. E não adianta, o Prefeito Daniel deu o seu depoimento, dizendo: "Olha, eu que fui o culpado. Eu levei essas mulheres à casa da Senadora Rose. Eu fui o culpado, porque essas mulheres estavam procurando as suas companheiras, pois estavam com problema".

Eu jamais deixaria de ouvi-las! Jamais deixaria de ouvir essas mulheres e qualquer outro segmento que estivesse no inconformismo e nessa situação aflita, de conflito, em que elas se encontravam. Portanto, fica aí o meu apelo.

Sr. Presidente, eu tinha aqui elaborado um discurso para fazer sobre a reforma do ensino médio – essa proposta que foi aprovada pelo Senado, por meio de medida provisória, no último dia 8 deste mês. As pessoas... Isso foi um assunto muito debatido. Em um primeiro momento, houve uma reação imensa. As pessoas acharam que essa reforma, com seus questionamentos, era um avanço antidemocrático dentro da modalidade e da forma, do formato, que o ensino vinha mantendo há mais de 60 anos. Mas não foi assim. Ela foi um passo adiante, na medida em que essa reforma permitiu mais flexibilidade ao conteúdo de aulas e também, por outro lado, previu mudança gradativa, em 3 anos, na distribuição das 13 disciplinas tradicionais que temos hoje na grade curricular.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de que eu era péssima em matemática. Nossa, eu fugia mais da matemática do que o diabo da cruz. Então, eu me lembro de que eu queria fazer outras atividades. No entanto, eu estava presa àquele conteúdo curricular que não me permitia adotar novas disciplinas, escolher.

Pois muito bem, essa nova lei estabelece como disciplina obrigatória a mesma matemática – português, matemática, inglês, artes e educação física –, mas você sai desse atual engessamento, e o aluno poderá escolher o que estudar. Não é bom isso? Pensar que você pode dizer: "Eu quero fazer artes plásticas, eu quero fazer história" e você pode seguir o seu itinerário? Esses itinerários formativos são as linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciência da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais, que são aplicadas com a formação técnica profissional.

Tem muita mudança, também há mudança na escola no tempo passado. A lei estabelece como disciplinas obrigatórias: português, matemática, inglês, artes e educação física. Haverá também aumento das horas. Haverá essa obrigatoriedade e aumento das horas de aula nos próximos cinco anos, passando de oitocentas horas para mil horas anuais.

Então, as pessoas ficam pensando: "Mas isso é bom, isso é ruim?" É bom. Você, além de escolher a sua grade curricular, passa a fazer essas disciplinas com muito mais prazer, com muito mais interesse. A escola passa a ser um ponto de encontro com você e a sua ideia, o seu



compromisso, a sua opção; e não aquela verdade inquestionável que era colocada na frente do aluno: é assim e pronto. "Ah! Não posso deixar de fazer?" "Não pode deixar de fazer."

E é isso. O País, Sr. Presidente, se faz com homens, mulheres e livros, o que é uma verdade inquestionável para se colocar a todo momento. Essa educação é que nos humaniza, que nos arremessa ao futuro em que nós queremos acreditar, e com o qual nós precisamos trabalhar o cotidiano todos os dias para chegarmos até lá.

A educação, mais do que nos apresentar os livros como objeto da cultura, nos ensina como selecionar e também como ler os livros. Esse aprendizado é que se prolonga na sua vida por vários e vários anos e vai te levar à conclusão do curso e da sua opção profissional.

O certo, Sr. Presidente, é que, quanto mais tempo de escolaridade nós temos mais nos tornamos capazes nas tecnologias da leitura e alguns vieses até da compreensão do mundo como um todo, que muitas vezes parece tão distante da nossa informação. Então, assim, você de repente começa a pensar na escola, o que ela representa? Ela é aquisição, é o aperfeiçoamento da capacidade de interpretação da nossa vida e até da própria história, que nós, na contemporaneidade, acompanhamos e aquela que nós não acompanhamos. A história contribui para formar cidadania, ela tem informação intelectual e, sobretudo, tem o senso crítico, que nós estamos vendo que, a cada dia, aumenta na sociedade brasileira.

E é justamente por isso, encarar a escola como parte das políticas públicas é que pressupõe uma série de ferramentas que devem ser construídas para a mudança. E mudança para melhor, que foi o que aconteceu com o ensino médio, apesar da relutância grande que houve no segmento da educação, que agora começa a compreender que não é bem assim.

O modelo escolar começou a ser construído há mais de 2,5 mil anos. Homero e seus textos, *Ilíada* e *Odisseia*, foram certamente, Sr. Presidente, os primeiros marcos de uma educação formadora como base numa reprodução frequentemente usada, como a reprodução do cunho oral daquelas provas que nós tínhamos. E a oralizante, aquela que você discursa, de padrões culturais próprios aí de origens seculares, origem grega. Nós estávamos presos a esses padrões todos.

A leitura, como padrão básico para o aprendizado, acompanhava, desde aquela época, a ginástica como um complemento do homem ideal. Então, aquele bordão que o senhor deve ter ouvido "mente sã, corpo sã" já valia como um objetivo educacional, já estava inserido ali o que nós deveríamos acompanhar nas nossas matérias disciplinares. Corpo e mente deveriam, ambos, necessariamente, receber cuidados educativos e de formação. Sempre havia um momento em que você tinha que levantar e falar assim: hoje tem educação física. Para muitos, era alegria; para outros, desperdício de tempo. No entanto, é esse conceito de que a mente sã e o corpo sã seriam capazes de produzir um indivíduo competente, criativo e bem-formado intelectualmente.

Com o passar do tempo, algumas disciplinas, além da leitura e da prática da ginástica, passaram a ter grande importância, como a retórica, a gramática e a lógica. Outras disciplinas, como a música, a geometria, a aritmética, a astronomia, também acabaram por assumir posição preponderante no curso da história da formação dos profissionais.

Eles criaram um currículo escolar que, mesmo considerando as mudanças políticas que atravessaram a Alta e a Baixa Idade Média, passando pelo período feudal e pela modernidade, tem se mantido, Sr. Presidente, assustadoramente, séculos afora, como currículo padrão. Ninguém quer mudar aquilo que está estabelecido há séculos, que acompanha a sua vida, a do seu pai, a do seu avô e por aí afora. Um modelo mais ou menos rígido para o estudo está na base do modelo escolar de toda a Europa e imprimiu profundas e definitivas marcas em toda a educação ocidental.



Nós vamos pegando esses dados e, assim, era de se esperar que os currículos mais ou menos padronizados mundo afora e a forma de transmissão dos conhecimentos não apresentassem, nos dias atuais, tanta diferença nos coeficientes de aproveitamento, cujos itens de questionamento e avaliação hoje são plenamente discutidos. Mas isso é verdade, é isso o que acontece.

O que levou o Brasil a ocupar, no *ranking* internacional do exame Pisa (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), um posto entre os últimos colocados, enquanto Singapura, China, Coreia do Sul estão entre os primeiros! Com dinheiro e programa aplicados na educação brasileira, que beira os 6% do PIB, o que não nos impede de caminhar, de avançar. Aplicar mais dinheiro trará melhores resultados se não alterarmos estruturalmente ou radicalmente o modo de educar os nossos jovens?

É certo que eu quero dizer que o exame aplicado no plano internacional pode ser questionado tanto em sua concepção como em sua avaliação, mas é o começo para pensarmos e repensarmos nossa educação comparativamente. No exame, nós estamos aí sempre questionando a formação dos nossos jovens, a avaliação, e, quando vamos ver o exame de redação, vemos como faz falta você não ter leitura como um componente essencial, para que você possa dizer que aumentou o seu nível de informação.

Mas é um começo. Nós estamos pensando, repensando, e eu parabeno o Ministro da Educação por ter tomado essa iniciativa.

E vou citar aqui, no exame de 2012, cerca de 500 mil alunos que participaram do Pisa em todo o mundo, nós ficamos em 38º lugar, dentre os 44 países que participaram. Entre os dados levantados, encontramos um levantamento de alunos de ponta, aqueles de desempenho extraordinário. De vez em quando, encontramos nos noticiários pessoas que estudaram com a maior dificuldade, que trabalhavam durante o dia para ajudar a família e que durante a noite se desdobravam em cima do ensino, obtendo livros Deus sabe como, a ajuda de várias pessoas, contribuição de algumas escolas. Pois bem, esses alunos que têm desempenho extraordinário, têm uma inteligência extraordinária, tiveram a oportunidade... Pouquíssima escala, porque este País olha a educação como uma coisa subjetiva ainda, e agora temos o olhar mais atento do Governo do Presidente Michel Temer. Pois bem, enquanto temos apenas 1,8% desses estudantes; em Singapura eles são 29,3%; e no Japão, 27,6%. Portanto, novamente, nos ocorre perguntar: em que nós estamos errados?

A 42ª Reunião do Conselho Diretor do Pisa, aqui em Brasília, reuniu, Sr. Presidente, 50 países, em outubro passado, e definiu prioridades que poderão aprimorar a qualidade do ensino nos países, sobretudo, quanto a indicadores que revejam os instrumentos de avaliação para que os resultados possam ser mais bem utilizados.

Nesse ponto, resalto aqui as iniciativas que estão sendo tomadas na área de educação e também alguns fenômenos que nós aprendemos a admirar, como o Wemerson da Silva Nogueira, um professor do interior do meu Estado, que é o Educador Nota 10, lá de Boa Esperança. Onde o Wemerson conseguiu encontrar tanta sabedoria para aplicar...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...e ser considerado um professor nota dez? Exatamente nessa forma de interagir com a comunidade educacional, estar presente nela criativa e inovadoramente.

Sr. Presidente, eu vou pedir um pouco de paciência.



Então, essa definição de prioridades vai aprimorar sem dúvida a qualidade de ensino nos países, sobretudo para rever esse item que eu citei, que é um instrumento de avaliação para que você possa ter resultados mais bem utilizados.

Quando alguém não passa numa prova, quando não é aprovado, não dá uma sensação de derrota? Não pode ser assim. Se você faltou um décimo de chegar ao final, como aluno que ultrapassou a cláusula de barreira das médias das notas, você não pode ser colocado num canto como se não tivesse nenhuma outra utilidade...

(Interrupção do som.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...sobretudo se rever a avaliação final do processo educacional, de provas e torneios educativos.

O Ministério da Educação, Sr. Presidente, reconhece que ainda não conseguimos universalizar o acesso ao ensino médio. Pouco mais de 80% dos estudantes terminam o ensino fundamental obrigatório. A repetência, como chamamos, ou a reprovação, continua com cifras muito elevadas para os padrões globais que nós citamos. Perto de 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos, que é a idade dos estudantes que realizam esse exame de que falei, o Pisa, estão fora da escola. Além disso, somente 55% dos jovens de 19 anos possuem, lamentavelmente, o ensino médio completo.

Sim, houve um avanço, e nós queremos reconhecer isso aqui, mas ainda estamos muito longe, Sr. Presidente, de dar a batalha por vencida.

Essa reforma do ensino médio é uma ação positiva, e nós temos que falar sobre ela, quebrar os paradigmas de que não se deve mudar aquilo que é quase um padrão internacional. Educação é mudança, educação é avanço, educação traz desenvolvimento. Nós temos o dever de contornar aquilo que parece indicar uma educação mais ou menos falida em direção a uma educação de qualidade, mais dirigida ao mundo atual e às suas demandas.

A educação de qualidade, no entanto, não deve ser compreendida simplesmente como educação que prepara para o exame tal, para a prova x ou para o concurso y. Temos um número enorme de disciplinas no ensino médio. Então, se temos isso, e todos reconhecem, não precisávamos rever nossos currículos? Eu vou sempre optar pela mudança, pela transformação e por uma resposta, sobretudo, afirmativa, que, sim, nós devemos e podemos mudar.

Compreendemos que educação tradicional continua reivindicando lugar na estrutura do ensino brasileiro, sobretudo após a conclusão da educação infantil.

Não basta alfabetizar, não basta sentar no banco da escola e conhecer as letras ou saber escrever o nome. Muitas vezes a gente vê na televisão quando uma pessoa com 70 anos consegue escrever seu nome, ele comemora como uma grande conquista da sua vida. E ali seria, se tivesse acontecido, no período certo, o início de várias conquistas para sua vida.

Portanto, eu reivindico um lugar melhor na estrutura do ensino brasileiro. Nós precisamos avançar. Após a conclusão infantil, sobretudo. Todos nós certamente queremos uma melhor educação para os nossos jovens. Não há divergência nesse ponto com ninguém, nem comigo, nem com o senhor, com o Will, com o Marcos, que está sentado ali, com o Teles, com o nosso Senador Paim, toda dificuldade que entendemos e foi exposta publicamente, ela reside, obviamente, nos caminhos que devemos trilhar para chegarmos a esse objetivo.

Eis o ponto mais nervoso dessa questão. Como? O modelo educacional que devemos escolher. Isso tem que ter uma discussão com a comunidade educacional.



E o problema, Sr. Presidente, se torna mais grave quando percebemos que estamos discutindo um assunto de grande complexidade. Não é fácil resolver. A tendência é até se acomodar num raciocínio lógico, que comandou essa estrutura, esse conceito, até os dias de hoje. Educação tem sido um assunto profundamente estudado, ao longo das eras, na humanidade, e está longe de se entender completamente todas as facetas do processo educacional.

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E concluo dizendo assim, Sr. Presidente, no caso do Brasil, para complicar ainda mais, quando discutimos educação para o País, estamos falando de uma população de mais de 200 milhões de pessoas, entre as quais existem imensas desigualdades socioeconômicas e diferenças de todo tipo.

Felizmente, o que nos une majoritariamente é um único idioma. Mas, fora disso, somos um imenso caldeirão de variedades culturais, familiares, de raça, de tradições, de preferências e de origem.

Como definir, Sr. Presidente, como definir, Senador Paim, um sistema educacional único frente à tanta variedade cultural como se tem nesse País?

Acredito, Sr. Presidente, que a resposta seja um sistema educacional mais flexível – esse passo acabamos de dar – capaz de abranger todas essas diferenças, características e necessidades.

Se fizermos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...mesa, nós vamos ver, em cada um, uma tendência diferente, uma capacitação, uma capacidade individual diferente, onde há a necessidade de conhecer e avançar em diferentes posições. O que infelizmente tem acontecido no Brasil é se pensar ao contrário.

Ao longo dessas últimas décadas tivemos um modelo rígido e, por isso, menos apto, inclusive, a atender as variedades necessárias de nossa gente, o que faria com que o Brasil avançasse muito.

Concluindo, deixo aqui dados do Ministério da Educação: 43% dos jovens, até 19 anos – e isso que é dramático e triste – não concluem o ensino médio.

Vamos trabalhar, Sr. Presidente, nesta Casa, como uma Casa de Leis, junto a quem pensa a educação como um todo, na sociedade educacional, junto com um Ministro completamente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ...votado e devotado *(Fora do microfone.)*, discutir e mudar a educação, temos que mudar essa realidade.

As escolas devem ter flexibilidade na escolha do conteúdo e autonomia no sistema de ensino, para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, as habilidades, as expectativas de aprendizagem definidas na Base Curricular Comum.

Por tudo isso, fica aqui o nosso apoio à educação mais flexível, mais completa, e que desperte nos nossos jovens – e nos não jovens também –, genuinamente, o interesse do jovem e do adulto pela escola e pelo saber.

Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex^a a tolerância.



Desculpe-me pela impaciência de antes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Rose, Senadora do Espírito Santo, do PMDB, pelas belas palavras sobre educação.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. O senhor tem a palavra, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente da sessão, Senador Thieres Pinto, e Senadora Rose de Freitas, eu venho à tribuna para tratar de dois temas.

Vou falar, primeiro, de uma iniciativa nossa, que é a construção – naturalmente, com apoio dos Senadores e das Senadoras – de uma proposta de uma investigação, via Comissão Parlamentar de Inquérito, da Previdência. Porque fica uma discussão eterna: há déficit ou não há déficit? Para onde foram os bilhões do superávit da Previdência nos últimos – para mim, não importa – dez ou vinte anos?

Eu quero também dizer que, a nosso pedido, a Avaaz disponibilizou uma petição *on-line* sobre a CPI da Previdência Social. A aceitação da CPI vem de todos os lados, das redes sociais, em todo o País, de Deputados, de Senadores, de conversas informais e, agora, via uma petição *on-line*. Essa petição faz um pedido bem simples de que os Parlamentares apoiem a criação da CPI, assinando o requerimento da instalação da mesma. Isto é, a população pedindo que os Parlamentares permitam a investigação aprofundada das contas do sistema da seguridade social.

Há quem diga que a dívida acumulada já chegue a mais de 400 bilhões. Ora, se há uma dívida acumulada de 400 bilhões e isso pode ser cobrado, por que não cobrar?

Há quem diga que, se parássemos de permitir – por parte do Governo – renúncias e anistias, abrindo mão das contribuições de 20% sobre a folha, só aí, nós arrecadaríamos algo em torno de 250 bilhões a mais.

E o Governo alega que, com a reforma, ele vai conseguir R\$75 bilhões.

Enfim, a população tem todo o direito de saber onde está o dinheiro da seguridade social, leia-se saúde, assistência e previdência.

Sr. Presidente, a resistência não está acontecendo somente aqui, no Congresso Nacional. E a população está dando exemplo disso: em 24 horas, nós tínhamos coletado 500 assinaturas; encerramos a semana que se passou com 3.132 assinaturas.

A reforma da previdência é nociva para o Brasil, é nociva para os Estados, é nociva para os Municípios, é nociva para as pessoas. O Governo está fazendo uma verdadeira provocação ao povo brasileiro, porque tirar todos os direitos, na ótica daqueles que sonham em se aposentar, não é correto. Porque ninguém vai conseguir se aposentar com idade mínima de 65 e 49 anos de contribuição.

Não é humanitário – ou não é minimamente humano – propor que o trabalhador só consiga se aposentar com o princípio da integralidade, já que ele pagou durante toda a sua vida, praticamente na hora em que ele está prestes – porque assim é o ciclo da vida – a falecer, porque, com a idade mínima de 65 e 49 de contribuição, é isso que vai acontecer.

Sr. Presidente, para a instalação da CPI são necessárias 27 assinaturas. Estamos coletando e nos aproximando já de 20. Eu faço um apelo aqui aos Parlamentares para que ouçam não somente a mim, mas à população, e assinem a CPI para que ela tramite. Não é compromisso com o mérito, mas é com a investigação, sim, de quem roubou, de quem sonegou, de quem usou a fraude, de



quem, de uma forma ou de outra, se apropriou indevidamente do dinheiro dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Quem são os maiores devedores da Previdência? Tudo isso vai aparecer.

Não tenham receio, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, de assinarem a CPI. Apenas vai mostrar se há déficit ou não, se roubaram e quem roubou. Enfim, tudo aquilo que agora eu falei. Nós temos muita, muita clareza de que a CPI vai mostrar que a previdência não é deficitária, que não é preciso fazer essa reforma maquiavélica, cruel, que está apavorando o povo brasileiro.

Enfim, vamos fazer com que o povo não tenha medo da seguridade social? Porque ali está o social – está a previdência, está a saúde, está a assistência, e os Parlamentares, por sua vez, têm que mostrar que não têm medo de CPI. Quem não deve não teme.

Para assinar a petição, senhoras e senhores que estão nos assistindo neste momento, basta acessar o meu Twitter – @paulopaim –, o meu Face – paulopaim – ou acessar a minha página – paulopaim.com.br.

Entrem lá e assinem, compartilhem com todos a ideia da CPI da Previdência, para provar que não é preciso fazer reforma. Quanto mais pessoas houver nessa campanha, mais força teremos, e, cada vez mais, teremos a possibilidade de trazer à tona, de forma bem transparente, e de mostrar ao povo brasileiro qual a verdadeira situação da seguridade, da previdência, da saúde e da questão social.

Sr. Presidente, na mesma linha, como outro dia não tive tempo, eu quero agora falar aqui sobre o estudo que eu pedi à consultoria do Senado. Transformei-o em pronunciamento e foi eixo do debate que realizei hoje, aqui na Câmara Distrital – iniciou às 10h e terminou em torno de 1h da tarde.

Sr. Presidente, temos que levar aos trabalhadores e à sociedade as preocupações com a PEC 287, que vem provocando em todos brasileiros e brasileiras um verdadeiro terror, pavor, temor. Usei deliberadamente os termos "brasileiras" e "brasileiros" para acentuar a diferença com que a proposta do Executivo vai chegar a cada um: homens e mulheres serão atingidos de modo diverso pelas determinações da PEC da Previdência.

Pretendo construir, brevemente, uma aproximação genérica ao problema que envolve a Previdência, além de tratar de questões específicas, que não são pontuais e de aspectos macroestruturais relacionados ao desenvolvimento e objetivos de uma sociedade aberta, democrática e plural, em função de questões como, por exemplo, o envelhecimento, o aperfeiçoamento da governança pública, reforma tributária, combate à corrupção e a alteração das leis trabalhistas.

A PEC 287, de 2016, foi apresentada formalmente no dia 5 de dezembro do ano passado, aqui no Congresso, pelo Poder Executivo. Está atualmente na Câmara dos Deputados, onde já começou a ser avaliada.

A perspectiva é de que as discussões e a tramitação dessa proposta lá na Câmara dos Deputados e no Senado Federal se prolonguem até o fim do ano – oxalá até o ano que vem.

No entanto, é bem possível que esse legado represente apenas a intolerância passageira de uma ignorância conjuntural de um Poder – no caso, o Poder Executivo – que deseja se impor sem escutar a sociedade e sem a devida análise, tão importante, desse tema.

A ementa da proposição informa que haverá alterações nos arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal, para dispor sobre a seguridade social, além do estabelecimento de regras de transição, e dá mais providências.



As alterações têm espírito draconiano e vão atingir a aposentadoria integral da nossa gente.

Será uma empreitada que poucos brasileiros e brasileiras vão conseguir, ou seja, se aposentarem com salário integral, se essa proposta for aprovada. Eu diria que serão raras exceções aqueles que vão conseguir, porque a média é feita, de 1994 para cá, baseada nas 80 maiores contribuições, e, daqui para a frente, ao longo de toda a vida.

Quando comecei no Senai ganhava meio salário mínimo. Se fizerem a minha média, eu vou poder me aposentar não com 65, mas só com 70 anos e com 30% a menos do salário que eu deveria receber. E, quando conseguirem, na melhor hipótese, estarão acima de 70 anos. Aposentar acima dos 70, convenhamos, não permite gozar mais a vida como tínhamos até o momento: mulher com 55, e homem com 60. É um decreto mortífero.

A par disso, devemos considerar a falácia da insolvência da Previdência, já contestada por estudiosos notáveis, por exemplo, auditores fiscais da Previdência.

A questão que tem movimentado a mídia, sobretudo a mídia alternativa, que é muito mais atendida, tem sido realmente a aposentadoria, porque estão arrebatando com o direito à aposentadoria dos homens e mulheres deste País.

Nada mais justo, acho eu, pois essa é uma questão sobre nossas existências, de homens com idade mais avançada, mulheres, dos trabalhadores e das trabalhadoras, da juventude e do futuro dos nossos filhos e netos. Eles vão contribuir e não vão poder se aposentar. Há lógica em você contribuir uma vida toda e não poder se aposentar? Então, é melhor pegar o dinheiro, aplicar numa poupança e, lá na frente, usá-lo para pagar os estudos ou para a sua velhice.

Somos indivíduos, pessoas únicas, com uma vida que tem que ser respeitada. Desejamos viver com saúde, ter boa educação, lazer, nutrir boas esperanças, ser feliz e sonhar com um amanhã melhor. Desejamos o mesmo para as nossas famílias. Nossas preocupações se dirigem, inicialmente, para o núcleo familiar: nós nos importamos com nossos pais, avós e nos preocupamos com nossos filhos, irmãs, irmãos e netos. Além do núcleo familiar, nós nos preocupamos com o próximo. Essa é a nossa obrigação.

É assim, de pessoa a pessoa, que nós nos irmanamos e construímos uma sociedade justa e humanitária. A política não pode ser somente um instrumento de fazer o mal. A política deve ser cada vez mais humanizada. O Estado, em crise narcísica, parece só se importar consigo mesmo. A esfera das questões individuais e coletivas também é dependente do Estado e não exclusivamente de nós.

A felicidade individual não é algo que podemos alcançar sozinhos por um mero ato de vontade. A sociedade está envolvida. O trabalho, como bem social, está envolvido na confecção da felicidade individual tão sonhada por cada um de nós e pela coletividade.

As políticas públicas, elementos fundamentais de valorização ética das pessoas, precisam mirar nessas pessoas, na medida do decurso do tempo, com projetos que as valorizem e as façam perceber-se como sujeitos, como atores sociais.

É preciso que a felicidade de todos, como absoluta finalidade social, jamais seja esquecida. Para isso, pagamos tantos impostos e contribuições. E devemos reconhecer que temos uma vida da qual precisamos nos orgulhar de viver.

Pois bem, o que está em jogo é a nossa felicidade. As políticas públicas ainda não garantem aos cidadãos atendimento integral. Da infância à velhice, o apoio que recebemos do Estado ainda é um tanto precário. O senhor que está me ouvindo neste momento sabe. É só olhar a educação, a saúde e a segurança.



Com um sistema com mais de 205 milhões de usuários, o Brasil encara graves dificuldades de gerenciamento, sobretudo pelos atravessadores que corrompem o círculo virtuoso.

O atendimento de saúde tem problemas e não alcança satisfatoriamente a todos. Muitos bons projetos foram construídos ao longo dos governos, dando acesso a medicamentos e a plataformas de atendimento diferenciados. A educação – que permite, em tese, uma vida melhor – foi outro investimento dos governos, por exemplo, de Lula e Dilma. A ideia subjacente era sempre a de oferecer à população uma vida melhor. Ainda assim, a velhice digna não é algo visível, infelizmente, na nossa sociedade.

Vivemos mais, dizem as estatísticas, mas nada garante que o envelhecimento esteja se dando com a qualidade de vida tão querida por cada um. E, com essa perspectiva de alteração radical das regras previdenciárias, a velhice é posta no mesmo patamar da "coisa inconveniente", como se as pessoas não fossem envelhecer; como se envelhecer fosse uma afronta mortal ao Estado.

A ideia do atual Governo é, sem dúvida, evitar por muitos anos, o desembolso de numerário para os aposentados, que é pago pelos próprios trabalhadores. Uma regra encoberta de todo esse movimento é: "receba apenas enquanto estiver na linha produtiva tradicional". Depois? Dane-se.

As pessoas se tornam, sob essa perspectiva, apenas números, coisas descartáveis, como se fossem papel ou copos. Alguém é cidadão apenas enquanto produzir, ou melhor, enquanto contribuir para os cofres da Previdência, para o Estado?

Os dispositivos dissuasórios das aposentadorias estão na PEC 287, mas o tal cálculo da dissuasão não mede a felicidade das pessoas, não dá conta da equação da finitude da vida e muito menos põe em confronto a finitude da vida com a possibilidade da felicidade.

O trabalho, que, no Brasil, tem uma proteção especial que não vemos em tantos outros países, como é o caso de inúmeros países asiáticos, tem nos levado a pensar na globalização como algo negativo. Ao unirmos o mundo, falsamente promovemos escravização brutal em parte dele.

O trabalho sem qualquer garantia, em vários países onde as empresas possuem sede produtiva, é a ordem do dia de estados de face totalitária. Nesses locais, o ser humano não tem muito valor e podemos repetir o bordão que diz que tais trabalhadores são apenas "engrenagens de carne numa máquina de aço". Não, nós não queremos isso para os trabalhadores e para as trabalhadoras do Brasil, sejam do campo ou da cidade. O trabalho como castigo, pelo fato de a humanidade simplesmente existir, é uma realidade para muitos. É preciso que se diga, embora a gente discorde disso. Além disso, é quase sempre precário. O fluxo de demissões e de admissões na nossa sociedade cria a necessidade pelo que é precário.

O Brasil tem pagado o preço da globalização no mundo, principalmente no mundo do trabalho, de maneira que, internamente, passamos a ter problemas mercadológicos. Sob esse fundo, estão as discussões sobre as políticas trabalhistas e a valorização da pessoa humana. O ranço da primeira Revolução Industrial, que empregava crianças e mulheres em jornadas gigantescas, tem-se repetido e volta agora, em algum grau de intensidade. É, praticamente, se passarem a reforma trabalhista que está na Câmara, a revogação da Lei Áurea.

A criminalização do trabalho infantil não conseguiu acabar de vez com a exploração das crianças medida provisória Brasil. As mulheres ainda sofrem uma grande discriminação nos ambientes de trabalho, recebendo menores salários e cumprindo jornada maior. Esse cenário, agravado pela globalização, é também pano de fundo para a questão das nossas aposentadorias.

Denuncio aqui que o Estado brasileiro não só se aproxima de um nefando Estado mínimo, como o faz de maneira perniciososa. Há patente redução do Estado na proteção social. É lastimável!



Aqui vale lembrar o que disse, recentemente, o Presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, sobre o Governo Michel Temer, às emissoras de rádio e tevê aqui do Brasil:

É a primeira vez que vejo um Governo destruir o que está dando certo. Nós do Banco Mundial, o G8 e a ONU recomendamos os programas sociais brasileiros para dezenas de países, tendo em vista os milhões de pobres brasileiros que saíram da extrema pobreza nos governos anteriores a este. Agora, a fome vai aumentar consideravelmente em 2017. Cortar programas sociais que custam tão pouco ao governo, como o Bolsa Família, é uma coisa que não tem explicação.

Senhoras e senhores, na verdade as diretrizes que estão sendo propostas e tomadas são um retrato de um Estado totalitário, em que seus operários não passam de marionetes, servindo ao propósito maior de uma sociedade gerida por e para uma minoria.

A ideia de democracia visivelmente esfumaça-se diante dos nossos olhos! A representatividade se encontra com o mito da ignorância, do poder, da subserviência e dos interesses mesquinhos.

Pobre Brasil, tão dessemelhante! O projeto de saneamento do Poder Executivo mais parece um projeto de solução final para o povo, atingindo, indiretamente...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...e, dependendo da interpretação, diretamente, cláusulas pétreas da Constituição Federal. Cláusulas pétreas, o nome já diz, a gente não pode mexer – nem por emenda constitucional.

Estudo recentíssimo, Sr. Presidente, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), indica que o universo feminino será o grande prejudicado por essa reforma da previdência. Praticamente 47% das atuais contribuintes, entre aspas: "em especial as de piores condições de trabalho", não vão conseguir se aposentar. Isso é parte da elitização e da masculinização dos benefícios previdenciários, reafirmando, entre aspas: "a extrema desigualdade do mercado de trabalho".

De acordo com o Ipea, o salário das mulheres...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...corresponde, em média, a 70% daquele dos homens.

A jornada feminina... *(Fora do microfone.)* ...semanal inclui oito horas a mais do que a dos homens. Em 25 anos de trabalho, esse tempo, corrigido, dá 5,4 anos a mais que o homem no mesmo período, ou seja, 25 anos. Se compararmos um homem e uma mulher de 22 anos que venham a se aposentar aos 65 anos, ambos com 43 de contribuição, só como exemplo, a mulher terá trabalhado 7,8 anos a mais que o homem.

Nenhuma medida compensatória foi apresentada para equilibrar a situação feminina, que poderá agora ficar igual à do homem nessa proposta, só podendo se aposentar com 65 e 49 de contribuição. Consequência imediata é a demanda por Benefício de Prestação Continuada, BPC.

Atentos a isso, os governantes e seus economistas de plantão já propõem a desvinculação do BPC do salário mínimo.

(Interrupção do som.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O estudo ainda revela... (*Fora do microfone.*) ... que os trabalhadores com menor grau de instrução são os mais frágeis na questão da aposentadoria.

A reforma traz outras teses tão relevantes quanto a de gênero. Com a PEC 287, é possível que os jovens abandonem a contribuição sob o argumento: "Por que eu vou pagar a Previdência, se eu nunca vou poder me aposentar? Por que pagar?"

Um esvaziamento, neste ponto de vista, pode realmente ocorrer e preocupa, porque pode quebrar a Previdência.

Há a expectativa de que isso seja associado à terceirização, que está em debate também – sabe-se que empresa terceirizada não paga Previdência. Estou falando: a maioria não paga. Sou o Relator dessa matéria há mais de um ano. Fiz um estudo profundo. Querem aprovar um projeto que está na Câmara e que é muito pior do que este que está no Senado e do qual estou fazendo um substitutivo. Vai significar a queda da receita governamental da área.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, isso é inevitável. Vai ser um arrocho enorme nas contas do Governo e vai aumentar o desemprego. Como um jogo em que uma peça empurra a outra para a queda, a mecânica futura da Previdência será essa.

Como o País tem essa vinculação com aspectos medievais da arrecadação, jamais pensaríamos em ter empenhado 20% ou 25% do PIB na solvência previdenciária, como é o caso da Dinamarca (27% do PIB).

O falso déficit também se encontra irresolutamente com os gastos governamentais de: R\$500 bilhões por ano em juros, primeiro; segundo, estimados R\$500 bilhões em sonegação. Não pagam. Roubam.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Roubam, sorrateiramente, o dinheiro do povo brasileiro. (*Fora do microfone.*) São R\$500 bilhões por ano. Terceiro: R\$290 bilhões referentes à renúncia fiscal. Se somarmos tudo aqui, já ultrapassamos R\$1 trilhão.

Um economista já nos disse que, no Brasil, não é o ajuste fiscal que está em jogo. Aqui está sendo pensado um novo modelo de sociedade. Com as tinturas totalizantes, que acima mencionei, que têm por base a privatização da aposentadoria, beneficia-se quem? Os banqueiros. Vimos que a ideia dessa PEC é reduzir o tempo de aposentadoria a seu valor nominal pela imposição de regras draconianas. Paga-se, e não se recebe. Essa economia serve a um planejamento de poder e de sua manutenção pelo poder econômico gerado com as reservas da nova Previdência.

Você, minha amiga, meu amigo, pelo projeto, vai se aposentar – pode crer – nunca, e, se pegar, será com os vencimentos reduzidos.

Sr. Presidente, nesses dois minutos, eu termino.

Menos tempo de vida, após a aposentadoria, com menos dinheiro – esse é resumo do pacote que estão anunciando.

Ainda há o caso das regras de transição. Essas acabam prejudicando com cortes, enormemente, as pessoas que mais precisam. Quem é o homem que tem menos de 50 anos e quem é a mulher que tem menos de 45 anos? Esses são os atingidos diretamente. Se tiver 49, está



ferrado. Se tiver 46, está ferrado. Se for mulher, com 44, está ferrada. Se tiver 43, também. Se tiver 50 ou 45, menos ferrado, mas se ferra também, porque vai pagar um ágio de 50%. As regras de transição teriam que ser graduais, por blocos, e não um corte direto.

Nesse modelo proposto, também cabe a pergunta de quem vai produzir, em anos futuros, a diversidade de alimentos que nos são fornecidos, hoje, pela agricultura familiar, já que o agricultor e a agricultora familiar serão os grandes prejudicados com essa reforma. Podem crer e o tempo dirá que eu tenho razão.

Quando eu dizia, há um tempo, que isso viria, muitos disseram: "Não, eu quero pagar para ver". Infelizmente, eu tinha razão. Veio a reforma trabalhista, arrebatando com todos os direitos da CLT, e veio a reforma da previdência, acabando com o direito da aposentadoria dos brasileiros.

Precisamos realmente discutir essa questão com a sociedade, esclarecendo tudo, debatendo pelo tempo que for possível e necessário – repito. Será a sociedade civil a única com força suficiente para barrar essa reforma do jeito que está. E é nessa sociedade esclarecida que vamos lançar as nossas esperanças, afinal é a vida, é a vida, é a vida que está em jogo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar aqui, da tribuna do Senado, durante o tempo que V. Ex^a me dispôs, para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento. Eu sei que milhões de brasileiros assistem à TV Senado, principalmente quando se fala aqui de previdência e reforma trabalhista, porque eles querem saber para onde vai. Eu queria tranquilizá-los. Essa reforma, como foi apresentada, não passará, não passará – acredito que nem na Câmara.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois, aqui, teremos o bom combate no Senado.

Senador Thieres Pinto, que preside a sessão, cumprimento V. Ex^a com o respeito e o carinho que V. Ex^a merece por ser um democrata. Percebo que V. Ex^a, na tribuna, dá espaço igual para todos, não importa se é do Governo, se é da oposição.

Viva a democracia! E "não" à reforma da previdência e trabalhista.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Viva o Senador! V. Ex^a tem todo o tempo que merece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado pelas palavras, Senador Paulo Paim, do Rio do Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Paulo Bauer, do PSDB, de Santa Catarina.

O senhor tem 20 minutos, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado e também ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna nesta tarde para registrar que, quando o governo do PT anunciou o lema para o segundo mandato da Presidente afastada do cargo, Dilma Rousseff – "Brasil, Pátria Educadora" –, todos nós já sabíamos que não se passava de mais uma peça de *marketing* daquele governo, um *slogan* publicitário de um governo que, na verdade, jamais tratou a educação como prioridade. Muitos exemplos que corroboram essa percepção foram sendo apresentados com o passar do tempo.



Nos últimos cinco anos, Sr. Presidente, o Ministério da Educação trocou de comando seis vezes – isso mesmo: seis vezes, seis ministros, em apenas cinco anos –; o número de matrículas no Fies caiu consideravelmente; o Pronatec teve suas vagas reduzidas, e o Programa Ciência Sem Fronteiras foi congelado.

Os resultados da mais recente edição do censo escolar, divulgados recentemente ilustram bem a involução da educação do País. Infelizmente, as tendências dos anos anteriores permanecem inalteradas e ainda distantes das metas do Plano Nacional de Educação.

Segundo dados do censo, no ano passado caiu vertiginosamente a oferta de vagas em regime integral para o ensino fundamental, que diminuiu 46% desde 2015. Agora, apenas 9% das matrículas nessa fase escolar são de alunos com carga horária estendida: 2,2 milhões de estudantes perderam essa condição em apenas um ano. No ensino médio, pelo menos, houve alta de 8,6%. Entretanto, segue pequena a participação do ensino integral na educação básica.

Pelo Plano Nacional de Educação, 25% das matrículas e 50% das escolas da rede pública deverão oferecer o ensino integral a seus alunos até o ano de 2024. Não vai ser fácil. O percentual caiu de 19% das matrículas para 10,5% entre 2015 e o ano passado.

Os recursos liberados para subsidiar o ensino integral por meio do chamado PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), por exemplo, diminuíram 51% entre 2014 e 2015: de R\$1,17 bilhão para R\$578 milhões, segundo a base de dados do MEC. É daí que vinham os recursos para o Mais Educação voltado a ajudar Estados e Municípios a estender a jornada escolar diária. Desde então, o programa minguou.

Também diminuíram as matrículas na educação profissional ofertada pela rede privada, que perdeu 110 mil alunos de um ano para outro. Nesse caso, uma das explicações é a desidratação do Pronatec, patrocinada pelo governo do PT. Segundo as estatísticas do MEC, entre 2014 e 2015, os desembolsos caíram de R\$2,8 bilhões para R\$1,4 bilhão, exatamente na mesma proporção do Mais Educação. Em 2016, nova baixa, de mais 31%.

Essa é a radiografia que emerge do censo divulgado pelo MEC.

Sugere que a "pátria educadora" – *slogan* de impacto difundido aos quatro cantos pelo governo petista – ficou apenas no discurso e muito longe da realidade necessária para alavancar o nosso desenvolvimento econômico e social.

Portanto, toda essa análise anterior nos mostra que a reforma no ensino não podia mais esperar. O Estado não poderia perder mais tempo nessa questão.

É verdade que são grandes os desafios da educação: garantia da qualidade, permanência dos alunos nas escolas, professores valorizados, elevadas taxas de repetências, falta de investimentos. Todas essas dificuldades – dentre tantas outras – precisam ser superadas de forma mais urgente possível.

O atual governo, entendendo a necessidade urgente de reformas na educação, encarou com coragem e ousadia essa situação e, na última quinta-feira, dia 16, sancionou a lei que estabelece a reforma do ensino médio, votada na Câmara dos Deputados e também votada e aprovada pelo Senado Federal.

A discussão acerca da reforma do ensino não se inaugurou neste Governo. Essa discussão já dura mais de vinte anos. O que faltava era reconhecer o estado crítico do ensino médio no Brasil e a verdadeira vontade política para tratá-la realmente como prioridade.

A reorganização do ensino médio, definida sob três alicerces fundamentais – flexibilização do currículo, maior carga horária e incentivo ao turno integral – também será desafiadora, não há



dúvidas. Mas esta é uma batalha que vale a pena ser travada, seja pelos 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola, seja pelos 1,9 milhão que até tentam, mas desistem do ensino médio no meio do caminho.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Paulo Bauer, pelas palavras que aqui foram ditas.

Não havendo, neste momento, mais nenhum orador inscrito, declaro esta sessão encerrada.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 21 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 12ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 053/17-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2017.

*faça-se a
substituição solicitada.
Em 20/02/17.*

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senador **RICARDO FERRAÇO** para integrar, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador **JOSÉ ANÍBAL**.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

*Recebido
em 20/02/17
H04
146380*



Documentos encaminhados à publicação



Quinta-feira 16/2/2017 2ª Edição

País

O CLOQUE 3

PRIVILÉGIO EM QUESTÃO

Foro beneficia investigados

Levantamento da FGV mostra que, no STF, condenação só ocorreu em 0,74% dos casos

Sergio Roza
s.roza@sigadweb.vasp.br

Foro privilegiado obteve pelo ministro Moreira Franco e objeto de desleixo de políticos no alvo da Operação Lava-Jato continua beneficiar os investigados. Levantamento realizado pelo projeto Supremo em Números, da FGV Direito Rio, mostra que, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma das cortes que julgam os que possuem foro privilegiado, de 404 ações penais concluídas entre 2011 e março de 2016, 276 (68%) prescreveram ou foram repassadas para instâncias inferiores porque a autoridade deixou o cargo. Os outros processos resultaram em absolvições, estão em fase de recurso ou em segredo de justiça. A condenação ocorreu em apenas 0,74% dos casos.

Sobre inquéritos concluídos no mesmo período, o índice de prescrição ou repasse para instâncias inferiores foi de 38,4% (379 casos). Em apenas 6,8% dos 987 inquéritos houve decisão desfavorável ao investigado com abertura de processo penal.

— O números mostram que é muito mais vantajoso para os réus serem julgados no Supremo — afirma Ivair Hartmann, coordenador do Supremo em Números da FGV.

Das 404 ações, 138 tratavam de crimes contra o meio ambiente, 39 de crimes relativos à Lei de Faltas e 30 de crimes de responsabilidade. Outras 26 eram referentes à formação de quadrilha, 25 de peculato, oito à corrupção passiva e cinco, corrupção ativa.

O foro privilegiado beneficia milhares de pessoas no Brasil, do presidente da República a prefeitos, passando por promotores, juízes e membros do tribunal de contas. A força-tarefa da Lava-Jato estima que cerca de 22 mil autoridades são contempladas pelo privilégio.



ESTANCANDO A SANGRIA

Jucá quis impedir investigação de Eunício e Maia

Medida foi qualificada de 'PEC da Indecência' e criticada até pelo presidente da Câmara

MARIA LIMA
marlima@sigadweb.vasp.br
BRASILIA

En mais uma tentativa de blindagem de envolvidos na Operação Lava-Jato, o presidente do PMDB e líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), protocolou ontem uma Proposta de Emenda Constitucional de sua autoria para dar aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e do Supremo Tribunal Federal, ministro Cármen Lúcia, a prerrogativa garantida ao presidente da República de não ser investigado por fatos anteriores ao mandato. No fim da noite, com a repercussão negativa do fato, Jucá retirou a PEC.

O autor da proposta responde a nove inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) e caiu do Ministério do Planejamento com a divulgação de grampo do ex-diretor de Transporte Sérgio Machado em que defendia a necessidade de "estancar a sangria" da Lava-Jato. Dos nove inquéritos, três são relativos a desvios na Petrobras.

Eunício e Rodrigo Maia são citados em deflações como beneficiários de propina para ajudar na transição de matérias de interesse das empreiteiras investigadas. E

Análise: Segue a 'sangria' após o recuo de Jucá

Senador se viu obrigado a desistir de PEC que blindava presidentes da Câmara e Senado

por Paulo Celso Pereira

Assunto

BRASÍLIA - Líder do governo no Congresso, o senador Romero Jucá voltou ao trabalho esta semana determinado a dar novos passos para "estancar a sangria", como bem definiu em seu célebre diálogo com o delator Sérgio Machado. Enquanto o debate terreno gira em torno da necessidade ou não de se manter a regra do foro privilegiado, Jucá decidiu encurtar o caminho rumo à impunidade: em uma movimentação pra lá de ousada, apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) para que os presidentes da Câmara e do Senado não pudessem sequer ser investigados enquanto estiverem em seus cargos. A regra hoje vale apenas para a Presidência da República.

Em 13 dos últimos 15 anos, José Sarney e Renan Calheiros alternaram-se na presidência do Senado. Ambos têm Jucá como um dos mais íntimos aliados desde que este chegou à Casa, ainda na década de 1990. Ironicamente, juntos os três tornaram-se semana passada alvos do primeiro inquérito aberto pelo novo relator da Operação Lava-jato, ministro Edson Fachin.

Nesta quarta-feira, após O GLOBO revelar a existência de sua PEC, Jucá decidiu partir para o tudo ou nada. Contando já com apoio de 29 senadores, dois a mais que os 27 necessários para colocar a matéria em tramitação, provocou:

- Nós não estamos querendo parar a Lava-jato, qualquer insinuação nesse sentido é um absurdo. Agora, vamos ao debate, aqueles que quiserem votar, votarão. Os que não quiserem votar se agacharão e tirarão a responsabilidade e a representatividade do Senado e da Câmara Federal. Se depender de mim, isso não acontecerá.

O primeiro a se agachar foi o senador Otto Alencar (PSD-BA), que pediu a retirada de sua assinatura. Em seguida, foi a vez de a bancada do PSDB se agachar coletivamente, soltando uma constrangida nota dizendo que os senadores tucanos que haviam subscrito a proposta - Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro e José Aníbal - estavam patrocinando seu debate, mas não necessariamente votariam de forma favorável. Pouco depois, Aníbal repetiu o gesto expresso de Otto Alencar e retirou formalmente o apoio à proposta.

Foi então que os beneficiários diretos da ideia entraram em campo - e jogando contra Jucá. Declarando-se pego de surpresa, Rodrigo Maia avisou da Câmara que não colocaria a matéria em votação enquanto fosse presidente. E Eunício Oliveira jogou a pá de cal, pedindo que Jucá recuasse.

À medida que a divulgação da delação da Odebrecht se aproxima, os políticos envolvidos vêm se mostrando cada vez mais preocupados em criar barreiras de



proteção. Nos últimos meses, diante dos avanços nas investigações, tentaram em seus momentos mais ousados passar uma anistia ao caixa dois e uma lei de abuso de autoridade para atacar procuradores e juízes. Nada vingou. Ontem, após nova tentativa, Jucá agachou e pediu para retirar a proposta protocolada horas antes. Mas é certo que logo tentará se levantar.



Materialmente é impossível o Supremo dar conta de julgar os processos todos que virão, sem mudanças. Não sei como se sai dessa armadilha, talvez a solução seja a do ministro Barroso, um entendimento mais restritivo de foro, ou uma emenda constitucional.

O que acho que vai acontecer, e espero que não aconteça, é que vai haver uma sensação de frustração. É o risco da prescrição e da impunidade.

Estadão: O senhor defende que a delação da Odebrecht tenha seu sigilo baixado?

Carlos Fernando: É complexo, é uma ponderação: um lado ganha um ponto, outro lado perde um ponto. Temos de um lado a necessidade das investigações, então o sigilo é importante, porque se pode perder provas, podem (os delatados) combinar versões se souberem o que foi revelado. De outro lado, nós aqui da Lava Jato estamos cansados de termos a imputação de vazamentos. Há centenas de pessoas envolvidas em uma colaboração, e uma mão ou duas são procuradores. O restante são funcionários públicos, membros de outros poderes e mais de uma centena de advogados. Ficamos nesse ambiente de vazamentos só nos causa um prejuízo de reputação, que não merecemos.

A posição do PGR (*Procuradoria-Geral da República*) é a melhor, existem poucos casos que manter o sigilo seja maior. Talvez a maior parte deva vir a público.

Estadão: A força-tarefa detectou alguma mudança de narrativa em relação a Lava Jato?

Carlos Fernando: Percebe-se uma mudança de narrativa, ou pelo menos uma tentativa. Vejo a população, em geral, ainda muito positiva e apoiando. Mas se percebe em formadores de opinião, uma lenta campanha, seja por interesses de estabilidade econômica, ou seja por interesses inconfessáveis, de manutenção do sistema como ele sempre funcionou. Um sentimento de 'o partido já saiu do poder, vamos resolver os problemas'. Isso acontece, essa tentativa de mudança de narrativa.

Sabemos que não vamos ter 100% do apoio em 100% do tempo. Mas não temos que buscar o apoio da população, e sim trabalhar, independente do que digam a nosso respeito.

Agora, quem perde, se nada mudar, não é a força-tarefa, nem o Ministério Público, é a sociedade como um todo. Se nós tivermos uma campanha de mudanças efetivas, e as 10 Medidas foi um primeiro momento disso, a população vai chegar à conclusão que esse ciclo econômico de retorno, que acontece hoje, não vai se sustentar. Porque não basta.

Estadão: Sem o povo nas ruas, a Lava Jato pode perder força?

Carlos Fernando: Essa é uma vinculação perigosa de se fazer. Nenhum movimento de rua que aconteceu foi chamado ou teve causa na Lava Jato. Inclusive eles começaram antes, o primeiro grande movimento foi em junho de 2013 (a Lava Jato foi deflagrada em março de 2014). Não temos essa pretensão de colocar as pessoas nas ruas. Mas a rua é um espaço democrático. Nós não vamos para a rua, ninguém viu nenhum procurador da Lava Jato empunhando bandeira nas ruas, não vamos fazer convocação para isso. Mas achamos que o combate à corrupção merece que as pessoas se manifestem, seja onde for, no trabalho, na sua casa e até mesmo nas ruas.



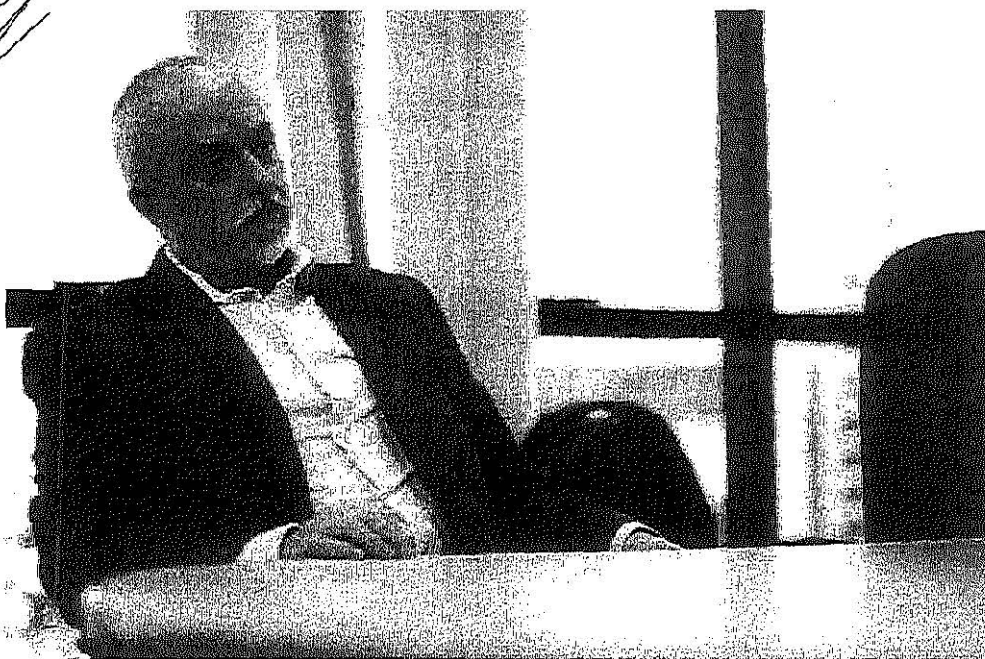
Carlos Fernando dos Santos Lima
20/Fev/HJK

Estadão: Com a Lava Jato em fase crescente nos processos contra políticos, no Supremo, que tem um ritmo mais lento, pode haver um reflexo negativo na imagem da operação?

Carlos Fernando: A percepção das pessoas fica bastante alterada, porque elas estão vendo que o sistema de foro privilegiado é ineficiente e algo que sempre insurgimos contra. Se não fosse só injusto e anti republicano, é anti eficiente.

Alguns ministros se manifestaram, como o ministro (Luís Roberto) Barroso. Da maneira que está, não é possível. É uma armadilha para o Supremo. Quanto mais chegam investigações de Curitiba, de São Paulo, do Rio e agora de outros estados, eles são cada vez mais incapazes de trabalhar com esse número de processos (da Lava Jato). É preciso espalhar esses processos.

Precisamos de uma democracia mais eficiente, com certeza, mas também um Judiciário que não tenha contra ele a pecha de pouco confiável. Quando se cria o foro privilegiado, a mensagem para a população é que o juiz de primeira instância não é confiável. Se for assim, todos têm o direito de querer foro privilegiado.



Carlos Fernando dos Santos Lima. FOTO: RODOLFO BUHRER/ESTADÃO

Estadão: Com a carga de processos contra políticos que virá com a delação da Odebrecht, o Supremo vai conseguir julgar a Lava Jato?

Carlos Fernando: Acho que vai ser uma armadilha. O mensalão, que era muito menor, já foi um sacrifício das atividades normais dos ministros do Supremo para julgá-lo. Imagine agora, que os fatos são múltiplos, porque (a corrupção) acontecia na Eletro nuclear, acontecia na Eletrobrás, na Caixa Econômica Federal, na Petrobrás, nos fundos de pensão. E isso vai sendo revelado. Não é um único processo, são dezenas de processos, contra centenas de pessoas.



1 TP - acho
vidas

Foro não pode ser privilégio

Em tese, nada há de pernicioso nesse tratamento especial, cuja razão de existir é plenamente legítima: preservar determinadas autoridades da litigância de má-fé e de eventuais perseguições políticas e ideológicas

- -
- -
- -

O Estado de S.Paulo

17 Fevereiro 2017 | 03h00

A Constituição estabelece que algumas autoridades tenham, em razão do cargo, o chamado foro privilegiado. O art. 102 da Carta Magna define, por exemplo, que uma das competências do Supremo Tribunal Federal (STF) é “processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República”. No caso de governadores, prefeitos e desembargadores, entre outras autoridades, o órgão competente para processá-los e julgá-los por crimes comuns é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em tese, nada há de pernicioso nesse tratamento especial, cuja razão de existir é plenamente legítima: preservar determinadas autoridades da litigância de má-fé e de eventuais perseguições políticas e ideológicas por parte de juízes de primeira instância, o que impossibilitaria o exercício de suas funções públicas, em claro prejuízo para a coletividade. Sem essa prerrogativa de função, a passagem por um cargo público poderia acarretar uma enxurrada de ações judiciais, representando tal transtorno que, além de prejudicar o trabalho dessas autoridades, levaria a que muitas pessoas se negassem a ocupar funções públicas. Sem o foro privilegiado, alguns meses dedicados a servir ao País poderiam significar anos de intermináveis batalhas judiciais em todo o território nacional.

Apesar do nome, foro privilegiado não representa, portanto, nenhum privilégio. Trata-se simplesmente de uma distribuição especial das competências judiciais em função do cargo. Como lembrou recentemente o ministro Celso de Mello, “prerrogativa de foro (...) não importa em obstrução e, muito menos, em paralisação dos atos de investigação criminal ou de persecução penal”. Todos continuam submetidos ao império da lei e estão expostos ao trabalho da Justiça.

O problema é que a Justiça, muitas vezes, não tem trabalhado bem. As instâncias superiores têm sido lentas em cumprir suas atribuições constitucionais de processar e julgar as autoridades públicas. Esse vagar ficou especialmente evidente depois da Operação Lava Jato, quando colocado em contraste com a pronta atuação de alguns magistrados na primeira instância. Tem sido tão grande a diferença de velocidades que, aos olhos da população, foro privilegiado se tornou sinônimo de impunidade.

Essa impressão negativa do trabalho das instâncias superiores é agora confirmada pelos números. Recente levantamento da FGV Direito Rio indicou que, de janeiro de 2011 a



março de 2016, apenas 5,8% dos inquéritos no STF resultaram em abertura da ação penal.

No período analisado pela pesquisa, de um total de 404 ações penais, apenas em três casos a acusação saiu vencedora (0,7%). A defesa obteve sucesso em 71 casos (17,5%) e outros 276 prescreveram ou foram enviados a instâncias inferiores (68,3%). Noutras 34 ações houve decisões favoráveis em fase de recurso (8,4%) e 20 continuam em segredo de justiça (4,9%).

Tais números revelam um sério problema: as mais altas autoridades do País não estão sendo devidamente processadas e julgadas, como determina a Constituição. E em nada contribui para a solução dessa situação alegar que o STF não é uma corte penal – em clara contradição com o que dispõe o texto constitucional, já desde 1824 – ou que está sobrecarregado de trabalho. É conhecido o expressivo número de processos que cada ministro do STF tem sob sua responsabilidade, mas cada um também tem a prerrogativa de requisitar juízes que o auxiliem nesse abundante trabalho.

É preciso cobrar diligência dos tribunais superiores, pois a impunidade das autoridades é especialmente danosa ao País. Bastaria ao menos uma diligência similar à do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que, entre suas muitas atribuições, conseguiu tempo para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para impedir a responsabilização dos presidentes da Câmara, do Senado e do STF por atos estranhos ao exercício de seu mandato. O projeto era um claro acinte à moralidade pública e foi retirado em menos de 24 horas. Ficou, portanto, o exemplo de diligência. Para o bem ou para o mal, quando se quer, se faz.





Fernando Gabeira

Lobos e vovozinhas = CARPÃO E VILÃO

Tudo vai na mesma direção: legislar para se safar

Deve haver muitas formas de paranoia. Conheço pelo menos duas. A que usa os fatos, deformando-os para parecerem uma grande ameaça. E a que tem um tal dinamismo interno que chega a dispensar os próprios fatos. Não considero que nenhuma dessas formas está presente quando se afirma que a Operação Lava-Jato está ameaçada. Não é preciso estar muito longe de Brasília para perceber isso. Por acaso, estou, relativamente perto, no Brasil central. Mas de qualquer ponto do país, a sucessão de projetos de anistia e blindagem é impressionante.

Para mim, tudo ficou muito claro quando escolheram Lobão para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Não tenho mais idade para duvidar: seus braços são tão longos, vovozinha; seus olhos são tão grandes; sua boca é tão grande vovozinha. É o Lobão, ponto.

A mais nova tentativa é de Romero Jucá. Um projeto para blindar presidentes da Câmara e do Senado. Segundo ele, não podem responder por crimes anteriores à sua posse no cargo. Na verdade, estende para os dois a mesma prerrogativa do presidente da República.

Se analisamos o conteúdo de todos os projetos mencionados — anistia, proibição de o TSE punir partidos com contas irregulares — tudo vai na mesma direção: legislar para se safar.

Leio que a Lava-Jato em Curitiba ficou satisfeita com a escolha de Alexandre de Moraes para o STF. Inclusive acredita que ele vota pela prisão de acusados julgados em segunda instância: algo que realmente evita que as pessoas recorram em liberdade por anos a fio.

No entanto, um ministro do supremo não julga apenas a Lava-Jato. Ele continua no seu posto por anos. Lewandowski e Dias Toffoli julgaram o mensalão e seguem firmes tratando de muitos casos. Recentemente, Toffoli soltou o ex-ministro Paulo Bernardo numa decisão polêmica.

Temer parece ter sentido a reação em defesa da Lava-Jato. E anunciou esta semana as regras que deveria ter anunciado no primeiro dia de governo. A partir de agora ministros denunciados se afastam e, caso se tornem réus, deixam o governo.

Não acredito que essa permanente tentativa de blindagem dos políticos será atenuada. Nem vejo dinamismo no STF para julgar todos os casos com alguma rapidez. Isso não significa que muitos não possam ser condenados no futuro. Mas deixa para 2018 uma única ferramenta de transformação: o voto.



Apesar de a sociedade brasileira ter amadurecido, não creio que apenas o voto poderia fazer com que o Congresso passasse, de alguma forma, a considerar as aspirações do país de uma forma prioritária. Ele pode realizar reformas econômicas, evitar a quebra de empresas e ajudar o Brasil a reencontrar seu caminho. Mas não abre mão dos privilégios e do velho esquema de corrupção que o domina há tanto tempo.

Na juventude, costumava ironizar o lema de um partido brasileiro, chamado UDN: o preço da liberdade é a eterna vigilância. Vivíamos num tempo de Guerra Fria, mas ainda assim perguntava: se não não temos um segundo para relaxar, que tipo de liberdade é essa?

Hoje, não mais num contexto de luta ideológica como no passado, combatemos ladrões em todos os pontos do espectro político. Não é possível baixar a guarda. Diria até que uma ponta de paranoia é necessária, porque mesmo quando não parecem estar tramando algo, estão em plena atividade. As ligações telefônicas entre a cúpula do PMDB, reveladas por Sérgio Machado, eram uma clara tentativa de sabotar a Lava-Jato, algo que agora fazem abertamente.

Renan Calheiros encarna como ninguém essa tentativa. Ele é investigado em 12 processos, alguns antigos, e agora passa a ser investigado por obstrução à Lava-Jato, junto com a cúpula do PMDB. Quanto tempo levará para ser julgado nos casos investigados? Quanto tempo levará para ser julgado por obstruir as investigações?

Eles não param nunca. Quando não estão roubando, estão obstruindo a investigação, ou, em certas horas, fazendo as duas coisas simultaneamente. E o ritmo do STF é feito para que se movam em paz, seduzindo os que aspiram à reforma econômica, mobilizando os que descobriram direitos legais de acusados, depois que a elite começou a ser presa, enfim vão formar um grande caldeirão destinado a cozinhar a sopa da mesmice brasileira.

Não creio que seja paranoia observá-los constantemente e denunciá-los nas ruas. Diria até que não devemos nos preocupar tanto por estar batendo neles: eles sempre sabem porque estão apanhando.

Por mais ridícula e despreparada que pareça, a classe política brasileira é mestre universal na arte de sobreviver às denúncias. Eu mesmo me equivoquei. Sempre denunciei o Sérgio Cabral como se fosse um simples corrupto que comprava mansões e se divertia em viagens no exterior. Jamais imaginei que estava lidando com o maior ladrão da História do Brasil e que todas aquelas viagens eram também viagens de negócios para administrar sua fortuna.

A resistência no Brasil não pode ser acusada de paranoia. Diante dos adversários caçados ela às vezes se parece com a ingenuidade do Chapeuzinho Vermelho.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/cultura/lobos-vovozinhas-20948172#ixzz4ZE8zKeN9>

© 1996 - 2017. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.



Faz que vai, mas não vai

Quanto mais os políticos esperneiam contra a Lava Jato, mais são obrigados a recuar

Eliane Cantanhêde

17 Fevereiro 2017 | 03h00

Quanto mais o Congresso tenta avançar contra a Lava Jato e a favor da impunidade, mais é obrigado a recuar, pela pressão dos órgãos de investigação e daquele ator político que, a partir de junho de 2013 e da valorização das redes sociais, está cada dia mais forte: a opinião pública brasileira, ou seja, o senhor, a senhora, você. Foram ao menos cinco recuos históricos, e estridentes, nos últimos meses.

Dois deles, na quarta-feira. No Senado, o ex-ministro e atual líder do governo, Romero Jucá, lançou uma proposta para blindar os presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo e, horas depois, teve de recuar. Na Câmara, o plenário incluiu familiares de políticos na nova rodada de repatriação de recursos não declarados no exterior, na chamada “Lei Cláudia Cruz”, e teve de voltar atrás, também horas depois, numa segunda votação.

E por que senadores e deputados tiveram de dar o dito pelo não dito, o votado pelo não votado? Simples. Porque a gritaria foi ensurdecedora. A lei da repatriação é para perdoar de certa forma a sonegação fiscal e engordar os cofres da Receita. Mas a suspeita, no caso dos políticos, é de que muitos deles cometeram crimes muito mais graves do que sonegação – como corrupção, por exemplo – e usaram contas de mulheres, filhos e irmãos no exterior para esconder enriquecimento ilícito.

Ontem, novo revés. Depois de uma liminar de novembro do STF, o Senado devolveu para a Câmara uma batata quente: o projeto que deveria ser de dez medidas contra a corrupção e virou um monstro para garantir a impunidade dos políticos. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ficou desolado: “Como faço agora?”. Boa pergunta. Que tal ressuscitar as dez medidas do MP, que tiveram mais de dois milhões de assinaturas?

Outra surpresa desagradável foi a recente votação de urgência para um projeto retirando o poder da Justiça Eleitoral de impor sanções para partidos que descumprirem a lei e não tiverem suas contas aprovadas. Na prática, seria acabar com qualquer responsabilidade partidária. Uma festa! A opinião pública deu um pulo, a Justiça chiou. O resultado é que a urgência não valeu e o projeto está trancado a sete chaves na Câmara, gritando: “Esqueçam que eu existi!”

O quinto recuo é também inacreditável: foi depois da votação, na calada da noite, de um projeto que simplesmente anistiava o caixa dois de campanha, hoje tipificado como crime eleitoral. Foi uma iniciativa muito polêmica e com uma peculiaridade: sem pai, sem mãe, sem autoria assumida. Ninguém teve coragem para tanto. Sendo assim, subiu no telhado e de lá não saiu até hoje.

É assim que o Brasil vive um círculo vicioso – ou virtuoso? A Lava Jato avança, o Congresso reage com ideias mirabolantes, a sociedade resiste a elas por voz, palavras e



gestos e no final os políticos são obrigados a engolir em seco e voltar atrás. Algo parecido com o que ocorre após a morte do ministro Teori Zavascki: quanto mais os citados e envolvidos na Lava Jato imaginam que “o pior passou”, mais o Supremo e a força-tarefa dão sinais de que eles estão redondamente enganados.

Aliás, o PMDB e o Senado tiveram a audácia de eleger o senador investigado Edison Lobão para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que vai, por exemplo, sabatar Alexandre de Moraes para ministro do Supremo. Pois não é que o filho dele, Márcio Lobão, acaba de sofrer busca e apreensão na Operação Leviatã? Deve ter sido só coincidência...

Aqui, não! O governo pretende transformar a Embratur em agência de promoção do turismo no exterior, com o nome de Abratur e financiamento do Sistema S do Sebrae. Só faltou combinar com o adversário. O Sebrae não está nem um pouco interessado.



Carpideiras e vivandeiras

Romero Jucá (PMDB-RR)*

O jornal O Estado de São Paulo foi um dos bastiões da resistência democrática em defesa da liberdade. Muitas vezes, ao ter matérias censuradas ou tratadas com discriminação e falta de respeito, publicava receita de cozinha e outros textos correlatos que demonstravam a sua forma de combate ao autoritarismo.

Negava-se o Estadão a baixar a cabeça para as facilidades do beneplácito da concordância e capitulação de ocasião. Confrontava assim o autoritarismo e o patrulhamento de várias formas.

Hoje, o País vive outra realidade, democracia consolidada, liberdades plenas em vigência, mas sempre com uma sociedade em ebulição e evolução, como deve ser.

Com o advento das investigações políticas e econômicas, inicialmente com o mensalão, e, posteriormente, a LavaJato, o quadro institucional evoluiu e essas ações tiveram condão de mudar o paradigma da política no Brasil.

Este fato, extremamente positivo, já demonstrou nas campanhas municipais de 2016 a sua face de mudança de práticas políticas e eleitorais, que precisam ser aprofundadas com uma reforma política consistente.

A LavaJato assim enfrenta avanços concretos e hoje é um valor embalado pela opinião pública.

As investigações devem abranger a todos. Toda menção ou indício, por menor que seja, deve ser averiguado. Uma democracia madura age assim. Todo cidadão deve explicações se solicitado.

Mas é preciso não rotular, não descriminar, não prejudicar. Não há demérito em ser investigado. O demérito é ser condenado. Os processos de investigação devem ser céleres, quando tratarem de agentes públicos e devem ser também transparentes. Por isso apresentei no Senado o PLS 10 de 2017, que acaba com o sigilo dos processos penais e de improbidade administrativa.

Diferente do que disse a articulista Eliane Cantanhêde em seu artigo "Governos de Jucás", o texto merece alguns reparos que faço no intuito de esclarecer a verdade.

1 – Ao ser mencionado em matéria fora do contexto e decorrente de uma armação que sem dúvida será esclarecida com a investigação, procurei imediatamente esclarecer os fatos. Como verifiquei que tratava de uma campanha direcionada a desgastar o governo que se iniciava, mesmo com a posição do presidente Temer de me manter e aguardar as evoluções dos fatos, decidi agir diferentemente. No mesmo dia da matéria, encaminhei correspondência ao procurador-geral Rodrigo Janot e ao ministro do STF, Teori Zavascki, solicitando investigação para apontar onde ou de que forma estava eu obstruindo a operação Lava Jato. No mesmo dia, entreguei o cargo de ministro do Planejamento e voltei ao Senado. Entendi que assim protegeria o governo e, como senador, continuaria colaborando de todas as formas, independentemente da posição. Não fui, portanto, vencido pelos fatos porque nenhum fato foi provado. Só agora 9 meses depois da matéria, é que o ministro Edson Fachin, em boa hora, determinou a referida investigação. Anseio por isso e cobrei diversas vezes esta providência. A investigação vai apontar se houve qualquer tentativa ou interferência minha na operação LavaJato. Confio que será demonstrado que sempre apoiei a operação, não só em posicionamentos públicos, mas também em atos. (Mas isso fica para discussões nos autos!).



2 – Quanto ao ministro Dyogo Oliveira, é um técnico competente e capaz, se destacando em seu cargo no Planejamento, que sabe dialogar e tem a experiência necessária que o momento exige. Da minha parte, continuo colaborando com o governo e com o País. Sou presidente nacional do PMDB, maior partido político do Brasil. Como economista, tenho marcado minhas posições pessoais e também pelo partido. Como senador, sou líder do governo no Congresso, para agilizar com meus pares aprovações de reformas que já avançam em tão pouco tempo, como em nenhum outro governo.

Portanto, estranho a rotulação do artigo e as informações falaciosas. A não ser que a jornalista tenha pesquisado o verdadeiro significado da palavra jucá, que é uma madeira dura, que não se verga, que não quebra. Assim, se foi buscando a acepção da palavra, o título seria um elogio. "Governo de Jucás" seria um governo que não dobra, não se quebra.

Mesmo assim, não acho que bom tom rotular pessoas. Tentar discriminar pelas meias verdades ou pela vontade de bajular a opinião pública ou os senhores das verdades absolutas e os senhores dos dados que vazam aos borbotões, direcionados à imprensa.

Prestar serviço ao totalitarismo de opinião ou a visão individual de algum dono da verdade infalível não ajuda, e poderia receber também o rótulo de carpideiras e vivandeiras chorando antecipadamente por aqueles que querem que morram e abastecendo com vaticínios, tropas em marcha. Esses papéis não ajudam o País nesse momento de travessia.

*senador da República pelo Estado de Roraima, presidente nacional do PMDB e líder do governo no Congresso Nacional.

4.798 com espaço



política

O que foi mesmo que deu em Jucá?

17/02/2017 - 10h03

Ricardo Noblat

Ministros que têm livre acesso ao gabinete do presidente Michel Temer ainda estão perplexos com a iniciativa do senador Romero Jucá (PMDB-RR) de apresentar uma proposta de emenda à Constituição que daria aos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal o direito de não serem processados por eventuais delitos cometidos fora do mandato durante a vigência do cargo.

Jucá não combinou o jogo com ninguém. Não consultou a respeito Temer, nem o ministro Elizeu Padilha, chefe da Casa Civil, nem seu colega Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado, nem o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara. A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, foi surpreendida com a proposta de Jucá.

Tão logo tomou conhecimento dela, Oliveira chamou Jucá ao seu gabinete e ordenou: "Retire a proposta. Aqui ela não será votada". Oliveira não entrou no mérito da emenda. Mas de pronto considerou-a inoportuna pelo momento político delicado que atravessa o país às vésperas da quebra do sigilo em torno da delação da Odebrecht. Jucá obedeceu a Oliveira.

→ PCC = DSS. V/ Tramar

Discussão =

URBA
de Corte
Impunidade

INQUISIÇÃO ⇒ Fogueira = BRUXAS

REVOLUÇÃO Francesa = JACUPE =
PLACÉ DE LA CONCORDE = GUICHOTINA
→ ROBESPIERRE

→ NAZISMO = JUDEUS = ESTRELA DE DAVID



CARPIDEIRAS E.
VIUANDEIRAS

Carne queimada

Quem for marcado com a cruz escarlate da Lava Jato terá o destino traçado

Vera Magalhães

19 Fevereiro 2017 | 04h00

Quem tem mais de duas décadas cobrindo escândalos políticos de diferentes matizes político-ideológicos e magnitudes sabe reconhecer aquele momento em que surge um fato que torna impossível uma composição de interesses que permita abafar tudo e seguir adiante sem nenhuma alteração no status quo vigente.

Desde a redemocratização, isso ficou claro em eventos cruciais, como o impeachment de Fernando Collor – que ganhou impulso com as revelações do irmão Pedro e virou fato consumado com as do motorista Eriberto – e o mensalão.

Mas também foi assim em casos de menor alcance, como o da violação do painel de votações do Senado por Antonio Carlos Magalhães e a primeira queda de Antonio Palocci, em 2006, por frequentar a chamada “casa do lobby”.

ACM era, em 2001, o todo-poderoso do Congresso. Nessa condição, achou que sairia ileso se encomendasse a funcionários do Prodasen do Senado a lista de como votariam os senadores na cassação de Luiz Estevão. E sairia, não fosse o depoimento, na época, da então chefe da empreitada, a funcionária pública Regina Célia, que entregou o esquema e forçou o cacique a renunciar para não ser cassado.

Palocci também era o ministro forte de Lula quando um jardineiro, Francenildo, disse que ele era frequentador assíduo de uma casa onde rolava não só lobby como prostituição, em Brasília. Tentou esmagar o delator apontando que ele recebera para denunciá-lo. Para isso, usou o peso do cargo que ocupava e violou o sigilo bancário do caseiro na Caixa Econômica Federal. O tiro saiu pela culatra, e Palocci teve de pedir sua primeira demissão. Levaria ainda dez anos para ir parar atrás das grades, por outras traficâncias.

No mensalão, Marcio Thomaz Bastos achou que resolveria a parada com a tese de que tudo não passara de caixa 2. Não colou, e o divisor de águas foi o depoimento de Duda Mendonça na CPI dos Correios. A CPI virou indiciamento, que virou denúncia, que virou ação penal, que deu em condenações de pesos pesados da política, do sistema financeiro e adjacências.

Quando o STF começou a julgar o caso, depois de sete longos anos, o mesmo Thomaz Bastos garantiu a clientes, jornalistas e políticos que ninguém seria condenado. Mas de novo ali houve um “turning point” histórico: a divulgação de conversas entre ministros da corte mostrando que eles discutiam votos. Os olhos postos da opinião pública sobre o maior julgamento político-penal até então impediram que eles “amaciassem” para José Dirceu, como Ricardo Lewandowski confidenciou que era o plano.

Corte no tempo para a Lava Jato. A maior operação de desmonte de um esquema criminoso no Brasil já dura quase três anos, levou à prisão alguns dos principais



políticos, dirigentes de estatais e partidos, empresários, executivos e publicitários do País. Motivou, juntamente com a debacle econômica, o impeachment de mais um presidente, Dilma Rousseff.

No petrolão, não há um só “evento incitante”, como se chama em roteiro aquele momento que muda o curso da história. Suas dezenas de delatores, a extensão e a implicação de praticamente todas as forças políticas do País é que tornam impossível que prospere qualquer operação-abafa.

Pode-se urdir teses jurídicas como a de que é preciso separar o “joio” (quem enriqueceu de forma ilícita) do “trigo” (o caixa 2 inocente), propor projetos de lei para blindar este ou aquele, conspirar em bunkers nas madrugadas de Brasília que o final está dado. Quem for marcado com a cruz escarlate da Lava Jato será carne queimada. Morto ou “só” mutilado, com pena elevada ou prestando serviços à comunidade, o destino político (e empresarial, do outro lado) estará traçado.



Decisão: O Tribunal **referendou**, em parte, a liminar concedida, para assentar, por unanimidade, que os substitutos eventuais do Presidente da República a que se refere o art. 80 da Constituição, caso ostentem a posição de réus criminais perante esta Corte Suprema, ficarão unicamente impossibilitados de exercer o ofício de Presidente da República, e, por maioria, **nos termos** do voto do Ministro Celso de Mello, **negou** referendo à liminar, **no ponto** em que ela estendia a determinação de afastamento imediato desses mesmos substitutos eventuais do Presidente da República em relação aos cargos de chefia e direção por eles titularizados em suas respectivas Casas, **no que foi acompanhado** pelos Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia (Presidente), **vencidos** os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, que referendavam integralmente a liminar concedida. **Prosseguindo** no julgamento, o Tribunal, também por votação majoritária, **não** referendou a medida liminar na parte em que ordenava o afastamento imediato do **senador Renan Calheiros** do cargo de Presidente do Senado Federal, nos termos do voto do Ministro Celso de Mello, **vencidos** os Ministros Marco Aurélio (Relator), Edson Fachin e Rosa Weber, restando prejudicado o agravo interno. O Ministro Celso de Mello ajustou a parte dispositiva de seu voto de mérito, proferido na assentada anterior, aos fundamentos dele constantes, para julgar parcialmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, mantidos os termos de seu voto. Declarou-se suspeito o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes, em face da participação na 25ª Sessão do Conselho de Estados Membros do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (Idea), realizada em Estocolmo, Suécia. Falaram, pela requerente, REDE SUSTENTABILIDADE, o Dr. Daniel Sarmiento; pelo Senado Federal, o Advogado-Geral do Senado, Dr. Alberto Cascais; e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 07.12.2016.

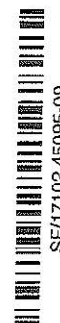




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, DE 2017

Regula a decretação de sigilo nos autos de procedimentos de investigação e de processos judiciais, nos termos dos arts. 5º, LX, e 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a decretação de sigilo nos autos de procedimentos de investigação e de processos judiciais, nos termos dos arts. 5º, LX, e 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º A publicidade de qualquer procedimento de investigação e de atos processuais somente poderá ser restringida por decisão fundamentada da autoridade competente quando o interesse social, o direito de imagem e a defesa da privacidade e da intimidade dos interessados o exigirem.

Art. 3º É vedada a decretação de sigilo em procedimentos de investigação e em processos judiciais que tenham como objeto:

- I – crimes contra a Administração Pública;
- II – crimes de responsabilidade;
- III – infrações penais praticadas por agentes públicos; e
- IV – atos de improbidade administrativa.

§1º São agentes públicos, para os efeitos deste artigo, os agentes políticos e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

§2º O disposto neste artigo não se aplica às diligências em andamento ou às ainda não iniciadas, tampouco aos seus respectivos atos preparatórios.

§3º Na hipótese de violação do sigilo decretado nos termos do §2º deste artigo, as informações contidas nos respectivos autos deverão ser tornadas públicas pela autoridade competente, sob pena de nulidade absoluta.

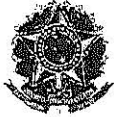
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos procedimentos investigativos e processos judiciais em curso.

SF/17102.45055-09

JUSTIFICAÇÃO

Um dos temas mais relevantes no Direito processual brasileiro concerne à utilização do instituto do segredo de justiça. A regra é a de que os processos judiciais sejam públicos, com amplo acesso a todo e qualquer interessado quanto ao processamento e conteúdo das decisões judiciais. Com efeito, o princípio da publicidade dos atos processuais está consagrado na Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos. Conforme dispõe o inciso IX, do art. 93, da Constituição Federal de 1988, “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”. Vale ressaltar que tal dispositivo é consequência do direito fundamental à informação prestada pelos órgãos públicos, prevista no inciso XXXIII, do art. 5º, segundo o qual “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Além disso, o art. 5º de nossa Carta Magna, em seu inciso LX, consubstancia o direito à intimidade como cláusula pétrea de nosso ordenamento, o qual estabelece exceção ao princípio da publicidade da atividade jurisdicional, afirmando que “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”. Por fim, de modo semelhante, a convenção Americana sobre Direitos Humanos também prevê que o “processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

A publicidade da atividade jurisdicional do Estado, assim como de qualquer ato do Poder Público, é corolário de um Estado democrático de Direito, no qual o direito fundamental de informação deve ser estendido a todos os cidadãos, assegurando a transparência da atividade estatal e oportunizando sua fiscalização não só pelas partes, como por toda a sociedade. Com a publicidade dos atos públicos, pode-se evitar abusos e arbitrariedades emanadas de agentes do Estado, garantindo uma efetiva e democrática administração da justiça.

Entretanto, como qualquer direito fundamental, o direito à informação dos atos do Poder Público não é absoluto. Desse modo, nossa Carta Magna estabelece hipóteses em que o acesso às informações contidas nos autos de processos judiciais, e de procedimentos investigativos, é restrito às próprias partes interessadas, sendo vedada sua divulgação a terceiros. Tal restrição deriva da colisão de direitos fundamentais, pois, afinal, nosso ordenamento tutela tanto o direito de acesso à informação, quanto o direito à intimidade, à segurança, e à vida privada dos indivíduos. Em outras palavras, a fim de melhor atender essa gama de direitos, é admissível a restrição da publicidade de atos públicos de forma a resguardar interesses privados.

Ocorre que a decretação do segredo de justiça em processos e procedimentos investigativos tem sido utilizada pelas autoridades públicas brasileiras de forma não consentânea com os dispositivos constitucionais que regem nosso ordenamento. Verifica-se, na atualidade, restrições infundadas ao direito de informação da sociedade, decretando-se sigilo em autos que não correspondem às exceções dispostas em nossa Carta Magna.

O presente Projeto de Lei do Senado pretende corrigir tais distorções, regulamentando as hipóteses de possibilidade de decretação do segredo de justiça, bem como suas vedações. Assim, o art. 2º do projeto estabelece as hipóteses em que será admitida a decretação de sigilo, de acordo com as exceções já previstas no texto constitucional. Dessa forma, será possível a restrição das informações de processos e procedimentos investigativos em que o interesse social, o direito de imagem e a defesa da privacidade e da intimidade dos interessados o exigirem. Dessa maneira, conforme já dispõe o Direito processual atual, caberá à autoridade competente averiguar quando tais exceções estarão presentes, devendo decidir sempre de forma fundamentada. Vale ressaltar que, no âmbito processual, essa decisão sempre será passível de impugnação pelo devido instrumento recursal.

Em seguida, estabelecem-se os casos em que a decretação de sigilo não será admitida. A vedação tem como pressuposto a preponderância, nesses casos, do interesse público à informação em detrimento dos interesses privados. Com efeito, as hipóteses de vedação de sigilo concernem a infrações penais praticadas contra a Administração Pública, ou por agentes públicos (inclusive agentes políticos), crimes de responsabilidade e atos de improbidade administrativa. Comum a todos eles, encontra-se o ínsito caráter público, tanto no que se refere ao objeto jurídico lesado quanto aos sujeitos ativos das infrações.



SF/17102.45095-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROMERO JUCÁ

Como mencionado acima, o caráter público permite uma preponderância do direito coletivo de acesso às informações concernentes à Administração Pública e a seus agentes. Utilizando-se um juízo de ponderação na colisão dos direitos em questão, demonstra-se legítima a vedação da decretação do sigilo nas hipóteses reguladas por este Projeto de Lei. Com isso, garante-se à sociedade seu direito fundamental de ter conhecimento dos procedimentos investigativos e processos judiciais nos quais estejam sendo discutidos bens pertencentes a toda coletividade (crimes contra a Administração Pública) e atos emanados de prepostos do Estado (infrações penais praticadas por agentes públicos, crimes de responsabilidade e atos de improbidade administrativa).

Além disso, é evidente que qualquer agente do Estado se submete a um regime jurídico no qual seus direitos à intimidade e à vida privada são, de certa forma, limitados, a fim de melhor atender ao interesse público, insito a suas funções. Esta restrição mostra-se ainda mais evidente no caso dos agentes políticos. De fato, a restrição do acesso à informação da sociedade sobre a vida dos homens públicos que regem a nação não se coaduna com o regime democrático. Em outras palavras, é direito fundamental de qualquer cidadão ter acesso amplo sobre a vida dos ocupantes dos mais altos cargos que trilham os caminhos do Estado. Tal direito é pressuposto para o pleno exercício dos direitos políticos, pois os eleitores devem ter o máximo possível de conhecimento acerca das qualidades e defeitos daqueles que buscam ser seus representantes nos diversos Poderes estatais, a fim de melhor sufragá-los. Assim, o intuito do Projeto é tornar públicas as informações de forma permanente, evitando-se a decretação do segredo de justiça em processos e procedimentos nos quais estejam envolvidos agentes estatais.

De forma reflexa, o presente Projeto também atende ao princípio da liberdade de imprensa e ao da livre concorrência. Com efeito, uma das consequências deletérias verificadas no atual uso do instituto do segredo de justiça é a divulgação, indevida, a entidades de comunicação específicas, de informações sob sigilo. Sem analisar o mérito dos objetivos pretendidos com essas divulgações pontuais, pretende-se, com a regulação proposta, atender ao interesse da sociedade e dos meios de comunicação, pois todos os atos dos sujeitos objetos de investigação ou do processo serão tornados públicos a qualquer interessado e a qualquer veículo da imprensa, evitando-se o uso de vazamentos para fins inconfessáveis.

Vale ressaltar que não se pretende esvaziar a efetividade das diligências realizadas no âmbito de procedimentos investigatórios e processuais. O Projeto expressamente ressalva que a vedação da decretação de sigilo não se aplica às diligências em curso ou ainda não realizadas, tampouco aos seus respectivos atos preparatórios. Em outras palavras, os instrumentos de investigação que exigem sigilo para sua efetividade (tais como as interceptações telefônicas, as quebras de sigilos bancários, etc.) serão utilizados de forma sigilosa, porém, uma vez concluídas as investigações, devem ser tornadas públicas. Além disso, para evitar a divulgação indevida, nesses procedimentos, o Projeto ressalva que todo seu conteúdo deverá ser tornado público uma vez violado o sigilo, sob pena de nulidade absoluta.



SF/17102.45995-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Por fim, o Projeto estabelece sua cláusula de vigência, cuja lei resultante produzirá efeitos a partir da data de sua publicação. Perceba-se que seus dispositivos aplicar-se-ão, inclusive, aos processos e procedimentos investigativos já em curso naquela data.

Em conclusão, contamos com o apoio dos nobres pares a fim de aprovar o presente Projeto de Lei do Senado, visando aprimorar o Direito processual brasileiro, tornando a utilização do segredo de justiça mais justa e mais condizente com os princípios democráticos que regem nosso Estado.



Sala das sessões, em de fevereiro de 2017

Senador **ROMERO JUCÁ**





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2017

Altera o art. 86 para assegurar imunidade relativa aos possíveis ocupantes do cargo de Presidente da República, assim como para garantir a independência e a harmonia entre os Poderes.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 86 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 86.

§ 4º O Presidente da República, assim como quem puder sucedê-lo ou substituí-lo, nos termos do disposto no art. 80, não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções durante a vigência do respectivo mandato ou enquanto ocupar o correspondente cargo. (NR)"

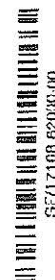
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio desta emenda, promove-se alteração no art. 86 da Constituição Federal. Cuida-se da responsabilidade do Presidente da República, assim como de seus possíveis sucessores ou substitutos, por atos estranhos ao exercício de suas funções. O propósito é cercar de toda a segurança jurídica necessária esse pilar que sustenta o Estado Democrático de Direito, de modo a conferir estabilidade ao exercício das funções inerentes à Presidência da República.

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF

1 de 6



SF/17168.62030-00

Página: 1/6 06/02/2017 16:05:35

19954aa20166aa07bca40bac32a9b9ebac38b674d

Recebido em 15/02/17
Hom. V. 12
Marcelo Gomes da Silva: Mat. 236540
SCT/SCT/SCM





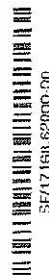
SENADO FEDERAL

Não se trata, aqui, de imunizar membros dos Poderes da República ou de criar artifícios para impedir que respondam por seus atos. Não se propõem imunidades ou impeditivos dessa ordem e em caráter absoluto, menos ainda se busca evitar que essas autoridades, como cidadãos, venham a responder por seus atos oportunamente. O que se faz é assegurar que as pessoas que possam substituir ou suceder o Presidente da República desfrutem da estabilidade necessária ao exercício de suas funções.

A ideia é assegurar a isonomia de tratamento. Quer dizer: aplicar aos eventuais sucessores e substitutos as mesmas regras que são de proveito, para o Presidente da República, quanto à sua responsabilidade por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Naturalmente, o benefício não tem caráter pessoal, pois todos, como cidadãos, mais cedo ou mais tarde responderão por seus atos, integralmente. A mudança proposta traz estabilidade e segurança jurídica para a instituição Presidência da República, garantindo que seu titular, assim como o eventual sucessor ou substituto, não seja ajeitado a esmo, sacrificando o funcionamento das instituições e o interesse público.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2017.



SF17168.62000.00

Página: 2/6 06/02/2017 16:05:35

19954aa20b16aa07bce4bac32a5b9ebac3b674d





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº , DE 2017

Altera o art. 86 para assegurar imunidade relativa aos possíveis ocupantes do cargo de Presidente da República, assim como para garantir a independência e a harmonia entre os Poderes.



SF-17168-62000-00

	Nome do Senador	Assinatura
1.	ROBERTO JUSTI	
2.	EDUARDO DRAGA	
3.	Alvaro Alcino	
4.	Antônio Carlos Valadares	
5.	Antonio Carlos Valadares	
6.	Antonio Carlos Valadares	
7.	Antonio Carlos Valadares	
8.	Antonio Carlos Valadares	
9.	Antonio Carlos Valadares	
10.	Antonio Carlos Valadares	
11.	Antonio Carlos Valadares	
12.	Antonio Carlos Valadares	
13.	Antonio Carlos Valadares	
14.	Antonio Carlos Valadares	
15.	Antonio Carlos Valadares	

Página: 3/6 06/02/2017 18:05:35

1995f1aa20b16aa07bca4bca32a9b9abac3db674d



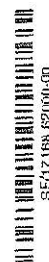


SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº . DE 2017

Altera o art. 86 para assegurar imunidade relativa aos possíveis ocupantes do cargo de Presidente da República, assim como para garantir a independência e a harmonia entre os Poderes.



SF/17169.82000-00

	Nome do Senador	Assinatura
16-	José Medeiros	
17-	MARIA DO CARMO ALVES	
18-	MARTA	
19-	Renato de Almeida	
20-	Roberto de Almeida	
21-	LASIER	
22-	Roberto Rocha	
23-	Valdir Braup	
24-	Zé Roberto Pereira	
25-	Roberto Lima	
26-	Pedro Chaves (PSD)	
27-	OTTO ALENCAR	
28-	José ANÍBAL	
29-	Vicentinho	
30-	JOSE AGAPINO	

Página: 4/6 06/02/2017 16:05:35

1999-4aa20b16aa0/0ce4bac32a9d909bac38b674U



Governo de Jucás - Política - Estadão

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-jucas,7000...>

COLUNISTA

Eliane Cantanhêde

Governo de Jucás

O risco de Temer é criar dois governos, um 'provisório' fora e um 'provisório' dentro



Desde ontem, a partir do pronunciamento do presidente Michel Temer pela TV, o governo está nas mãos de uma pessoa: Rodrigo Janot, o procurador-geral da República, a quem cabe oferecer denúncia contra os implicados na Lava Jato. Basta Janot denunciar os ministros “A”, “B” ou “C” para que sejam afastados ‘provisoriamente’. E, pelo andar da carruagem, as denúncias podem ser de “A” a “Z”.

Na fala de Temer, os denunciados sairão apenas provisoriamente, até que o Supremo decida acatar, ou não, a denúncia. Se acatar, o ministro virará réu e estará permanentemente fora do governo. Se não, volta ao cargo. O horizonte é de um duplo governo: o dos que saírem provisoriamente e os seus substitutos também provisórios.

O risco é virar um governo de Jucás, referência a Romero Jucá, que só resistiu uma semana e meia no Planejamento. Suspeito de ter recebido propina da Petrobrás, foi alvejado depois de uma conversa gravada pelo traidor-mor da República, Sérgio Machado, em que falava de um “pacto” para barrar a Lava Jato. Quando Henrique Alves e Geddel Vieira Lima despencaram, sumiram do mapa. Mas Jucá, igualmente muito próximo de Temer, ficou no limbo.

Senador pelo PMDB-RR, ele encenou um velho script. Primeiro, disse que “não devia nada a ninguém” e não havia motivos para se afastar. Pressionado pela opinião pública, anunciou que pediria uma “licença” – que é, por definição, “provisória”. Vencido pelos fatos, admitiu a exoneração, já que ele reassumiria sua vaga no Senado. Assim, tornou-se, simultaneamente, líder do governo no Senado e ministro do Planejamento de fato. Até que a realidade se impôs e o “provisório” Dyogo Oliveira assumiu de direito. Demorou...





DANÇA DE LOBOS Os senadores Edison Lobão e Romero Jucá comportam-se como se nada estivesse acontecendo



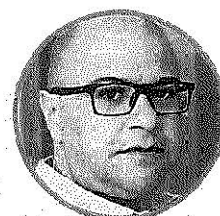
PAULO KRAMER
CIENTISTA POLÍTICO

"Agora não se trata mais só de preservar a fortuna que eles ou alguns deles eventualmente tenham feito. Trata-se de preservar a liberdade. A prioridade é não ser preso. Se não há como recuar, a saída que eles enxergam é seguir adiante. Estão desesperados. Fazem um cálculo imperfeito e inexato: se a rua parou de ronar com a intensidade do período anterior, vamos em frente."



MARCO AURÉLIO NOGUEIRA
PÓS-DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA

"As manobras se repetem porque eles se sentem legitimados pelo voto. Se você olhar historicamente, esses personagens continuam a ser eleitos. E, no poder, tomam atitudes para a manutenção do *status quo*. Achar que a sociedade está indo numa direção e os políticos em outra talvez não seja a percepção correta. A classe política, para o bem ou para o mal, é de alguma maneira o reflexo da sociedade."



JAIRO NICOLAU
CIENTISTA POLÍTICO

"Há um completo descolamento entre os representantes políticos e a sociedade. O que se vê da parte deles é uma tentativa de sobrevivência a qualquer custo. Desde a redemocratização, nunca os políticos tiveram tanta incerteza sobre o seu futuro. E essa incerteza é um combustível muito forte para que eles continuem a tomar atitudes com o único objetivo de perpetuar-se no poder."

22 DE FEVEREIRO, 2017 43



Ministério Público será afastado do cargo temporariamente e qualquer auxiliar tornado réu será sumariamente demitido. No jogo de aparências, é uma medida rigorosa. Na prática, uma bênção para os suspeitos. Com uma nota de corte tão baixa, até Romero Jucá, o ministro caído do Planejamento, e Henrique Eduardo Alves, apeado do Turismo, poderiam permanecer fagueiros em seu cargo.

Os analistas logo perceberam o truque presidencial. Afinal, a regra anunciada praticamente elimina a possibilidade de demissão dos atuais ministros citados na megadelação da Odebrecht. São eles: Eliseu Padilha, Moreira Franco, José Serra e Gilberto Kassab. A regra lhes proporciona uma serena sobrevida porque, mantido o atual ritmo de tramitação de casos semelhantes no Supremo, não existe nem a mais remota possibilidade de que algum desses ministros seja denunciado antes do fim do mandato do presidente Temer, em dezembro de 2018. Um levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio) mostra que se gastam em média 600 dias entre a instauração de um inquérito e a apresentação de uma denúncia no STF. Ou seja, a turma Padilha, Moreira, Serra e Kassab está com tudo azul até 2019.

À luz da mensagem presidencial, os ministros sentem-se livres para se movimentar. Nenhum deles age com mais desenvoltura do que Alexandre de Moraes, licenciado da Justiça. Para cabalar votos à sua indicação para o Supremo, Moraes confraterniza abertamente com investigados — e nem tão abertamente, como na noite em que se submeteu a uma sabatina informal na chalana *Champagne* sobre as águas do Lago Paranoá, em Brasília (veja a reportagem na pág. 48). O ministro Eliseu Padilha, o

“Primo” nas planilhas da Odebrecht, foi flagrado durante uma palestra admitindo abertamente que a escolha do ministro da Saúde foi apenas um toma lá dá cá. O governo, disse ele sem saber que estava sendo gravado, queria nomear um “notável” para o posto, mas preferiu cortejar os votos do PP. E, assim, uma das mais relevantes pastas do governo do Brasil caiu nas mãos do ex-deputado Ricardo Barros. Padilha não foi nem admoestado pela confissão incômoda. É macunaimico.

No Congresso, os movimentos que têm incomodado a opinião pública também continuam. Na semana pas-

pouco, os parlamentares tentaram aprovar um projeto retirando da Justiça Eleitoral o poder de impor sanções a partidos que descumprem a lei e cujas contas são reprovadas. Não conseguiram. Há meses tentam emplacar uma anistia do crime de caixa dois eleitoral, algo que atinge a esmagadora maioria de deputados e senadores. Também não conseguiram — nem desistiram. Se a opinião pública piscar, eles voltam a atacar.

Uma boa parte do comportamento dos políticos explica-se pela impunidade na Justiça e nas urnas. Nisso, o foro privilegiado joga um papel decisivo. Na semana passada, Moreira

Os políticos envolvidos em escândalos de corrupção apostam na impunidade, na falta de memória dos eleitores e na passividade da opinião pública

sada, o senador Romero Jucá, o “Caçu”, que há muito busca “estancar a sangria”, teve a ousadia de propor uma blindagem dos presidentes da Câmara e do Senado. Pela sua proposta, os ocupantes desses postos só poderiam ser responsabilizados por crimes cometidos durante o mandato. Se aprovada sua ideia, Rodrigo Maia, o “Botafogo”, estaria livre de responder às denúncias contidas na delação da Odebrecht. Jucá recuou com a grita.

A insistência dos políticos em driblar as demandas éticas da opinião pública é permanente. Como diz o cientista político Antonio Lavareda, “a lógica de atuação é obcecada pela manutenção de seus mandatos e privilégios”. Até agora, pelo menos, a vigilância da opinião pública tem conseguido neutralizar essa atuação. Há

Franco, o “Angorá”, foi autorizado a continuar no seu posto com foro privilegiado. O decano do Supremo, ministro Celso de Mello, manteve a nomeação e ainda rechaçou com veemência a acusação recorrente de que o foro privilegiado é um convite à impunidade. Disse o decano: “Falar em blindagem em virtude do foro privilegiado, como usualmente se fala em parte da doutrina, é depreciar a dignidade do STF, que não tem a sua atuação pautada pela vontade da Presidência da República”.

O decano pode estar certo na defesa da “dignidade do STF”, mas os números sobre o desempenho do tribunal mostram que a blindagem é um fato. Segundo a FGV, só 0,74% das ações penais na corte envolvendo pessoas com prerrogativa de foro



GLOBO

2ª Edição Sexta-feira 17.2.21

o globo

Opinião

Jucá faz manobra de guerrilha contra Lava-Jato

Senador Romero Jucá (PMDB-RR) não falha. Na mira da Lava-Jato, grampoado por Sérgio Machado, agente do petroleiro na Transpetro, em conspiratas a a operação com sede em Curitiba, junto outros peemedebistas — Renan Calheiros, em Lobão e Sarney —, Jucá voltou ao ataque. Essa vez, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estende a prerrogativa de não serem investigados/processados por fatos ocorridos antes sumirem os mandatos. O objetivo é blindar Rodrigo Maia (Câmara) e Eunício Oliveira (ado), nomes citados em investigações próximas proximidade excessiva a empreiteiros, ariam a ter o mesmo benefício do presidente da República.

Emenda constitucional proposta por senador para blindar Rodrigo Maia e Eunício Oliveira foi mais uma manobra acinlosa contra os interesses da sociedade

Aprovada a PEC, estariam livres do dissabor de ter de se entender com o Ministério Público e a Justiça. Diante da forte reação à manobra, Jucá recolheu a PEC, que, por óbvio, não surgiu do nada, apenas da iniciativa dele. Por trás dela pode-se perceber a impressão digital dos temerosos com a Lava-Jato. Parece haver manobras de guerrilha para blindar parlamentares, e políticos em geral, que aparecerão citados nas delações da cúpula da Odebrecht, a serem conhecidas depois

do carnaval — que ninguém é de ferro. Deverá haver referências a 130 deputados, senadores, ministros e ex-ministros, entre outros, além de a 20 governadores e ex-governadores.

Como é característica das ações militares subterrâneas, há avanços e recuos sucessivos. Se a operação, como a da PEC, encontra forte resistência, recua-se e justificam-se as assinaturas de apoio à proposta como apenas um gesto para permitir o debate. É o que fizeram os senadores tucanos Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, José Aníbal, Eduardo Amorim e Flexa Ribeiro.

Teria sido possível, na Constituinte de 87, debater a extensão da imunidade temporária que protege o presidente da República. Mas não deixaria de ser uma abstração. Para ser algo sério, teria de haver limitação no número

de mandatos para parlamentares.

Naquele momento, a pedra estava zerada, restaurava-se a democracia representativa, e até ideias tresloucadas eram levantadas. Como o tabelamento de juros.

Mas tentar aprovar esta PEC às vésperas do encaminhamento de pedidos de abertura de inquérito pela PGR ao ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato, com base nas delações da Odebrecht, é mais um acinte contra a sociedade.

Como teria sido se o presidente Temer mantivesse o senador Jucá no Ministério do Planejamento, depois de reveladas aquelas gravações. E como foi agora na eleição do senador Edson Lobão, um dos citados nas investigações, para presidir a emblemática Comissão de Constituição e Justiça. Rechaçado mais este ataque contra a Lava-Jato, virão outros. É da guerrilha. e



Blog do Camarotti

Sábado, 18/02/2017, às 11:25, por Gerson Camarotti

Movimentos erráticos de Jucá causam incômodo no Planalto

Os movimentos erráticos do líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR), ao longo desta semana causaram grande desconforto no Palácio do Planalto.

Avaliação reservada de alguns interlocutores de Temer é que Jucá se excedeu ao fazer jogadas individuais que causaram desgaste na imagem do próprio governo.

1 No início da semana, Jucá e o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), tentaram antecipar a sabatina do ministro licenciado da Justiça Alexandre de Moraes na CCJ. O nome de Moraes foi indiado por Temer para vaga no STF. Diante da resistência da própria comissão em antecipar a sabatina, Jucá e Renan foram obrigados a recuar, o que foi contabilizado como uma derrota do governo.

2 Mas o maior incômodo foi com a iniciativa de Jucá de ter protocolado uma proposta com o objetivo de impedir que ocupantes da linha sucessória da Presidência da República fossem investigados por atos cometidos anteriormente ao mandato. Fazem parte da linha sucessória os presidentes da Câmara e do Senado, além do vice-presidente da República e do presidente do STF.

correlato Diante da reação dos próprios aliados, Jucá foi obrigado a recuar pela segunda vez. A grande preocupação no Planalto é que os gestos de Jucá criaram uma agenda negativa para o governo e também geraram uma repercussão de que ele estaria fazendo manobra de guerrilha contra a Lava Jato.

"Jucá fez atos isolados, mas o maior prejudicado foi o governo. Ficou parecendo um movimento desesperado, o que não combina com o próprio Jucá, que sempre foi tão cerebral. Ninguém entendeu o que aconteceu com ele esta semana", disse ao Blog um interlocutor de Temer.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 11, de 2017

(Nº 42/2017, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Os méritos do Senhor Fernando Luís Lemos Igreja que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de fevereiro de 2017.

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



EM nº 00037/2017 MRE

Brasília, 8 de Fevereiro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 37 - C. Civil.

Em 15 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA**

CPF.: 338.993.631-91

ID.: 752765 SSP/DF

1965 Filho de João Igreja Filho e de Maria Raimunda Lemos Igreja, nasce em 17 de janeiro, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1986 CPCD - IRBr
 1986 Direito Constitucional pela Universidade de Brasília/DF
 2008 CAE - IRBr, A Argélia revisitada. Um estudo de caso de promoção comercial.

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
 1994 Segundo-Secretário
 2000 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-1993 Divisão de Visitas, assistente
 1991 Embaixada em Lusaca, Encarregado de Negócios em missão transitória
 1993-1995 Embaixada em Lisboa, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-1999 Embaixada no México, Segundo-Secretário
 1999-2000 Cerimonial, assistente
 2000-2001 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
 2000-2001 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Adjunto em missão transitória
 2002 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário em missão transitória
 2002 Embaixada em Praga, Primeiro-Secretário em missão transitória
 2002-2005 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
 2005 Embaixada em Iauê, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2005-2008 Embaixada em Argel, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 2008-2011 Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto
 2011- Subchefe do Cerimonial
 2016 Chefe do Cerimonial

Condecorações:

1991 Ordem Nacional do Mérito, Itália, Cavaleiro
 1992 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Cavaleiro
 1993 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
 1996 Ordem Nacional do Mérito, Portugal, Cavaleiro
 2014 Comendador da Legion d'Honneur, República Francesa, dezembro de 2014
 2015 Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, Brasil, julho de 2015

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2017



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Emirados Árabes Unidos
CAPITAL:	Abu Dhabi
ÁREA:	83.600 km ²
POPULAÇÃO:	9,1 milhões de habitantes (est. do Banco Mundial), dos quais menos de 20% são nacionais emiráticos.
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (religião oficial, praticada por 76% da população), cristianismo (9%) e outras (principalmente budismo e hinduísmo – 15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Federação de sete Emirados
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Al Ittihad Al Watani (Conselho Federal Nacional) – parlamento unicameral essencialmente consultivo, composto por 40 membros, que exercem mandatos de 4 anos (20 são indicados pelos sete emires, 20 eleitos indiretamente).
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Khalifa Bin Zayed al Nahyan (também Emir de Abu Dhabi)
CHEFE DE GOVERNO:	Vice-Presidente e Primeiro-Ministro Mohammed bin Rashid al Maktoum (também Emir de Dubai)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeique Abdullah bin Zayed al Nahyan
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 370,3 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 640,7 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 39,817 (levando-se em conta não-nacionais)
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 68,892 (levando-se em conta não-nacionais)
VARIAÇÃO DO PIB	3,42% (2015); 4,6% (2014); 4,3% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,835 (41ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	77,0 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,46%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	2,4% (CIA World Factbook)
UNIDADE MONETÁRIA:	dirham emirático (AED)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Hafsa Abdullah Mohammed Sharif Al Ulama (entregou credenciais dia 19/01/2017)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há entre 7.000 e 10.000 brasileiros residentes nos EAU

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EAU (fonte: MDIC)									
Brasil → EAU	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	176	543	570	805	1.517	1.882	2.649	3.199	2.965
Exportações	160	440	551	728	1.197	1.772	2.169	2.589	2.504
Importações	16	13	19	77	320	110	480	610	461
Saldo	144	427	532	651	877	1.662	1.689	1979	2.043



APRESENTAÇÃO

Data de pelo menos 130,000 anos atrás a habitação humana no território que hoje constitui os Emirados Árabes Unidos, uma faixa costeira de 83.600 km² no sudeste do Golfo Pérsico, de paisagem majoritariamente desértica. A área foi apenas esparsamente habitada ao longo de boa parte de sua história, servindo de lar temporário a grupos nômades e abrigando pequenos povoados.

Por volta de 630 o Islã chegou à região, logo incorporada ao nascente Califado Islâmico. Durante o processo de expansão europeia iniciado no século XVI, as rotas comerciais ligando o Oriente Médio ao Sul e ao Leste da Ásia tornaram-se estratégicas, gerando interesse crescente por parte de agentes otomanos e europeus (inclusive de portugueses, que erigiram fortificações na região). O adensamento do tráfego naval ocorrido nos séculos seguintes ocasionou o surgimento de intensa atividade de pirataria. Depois de campanha naval repressiva empreendida no início do século XIX pela marinha britânica, os pequenos estados do sudeste do Golfo tornaram-se protetorados britânicos ("Estados da Trégua").

A economia local, até meados do século XX centrada em comércio, pesca e extração de pérolas, permitiu apenas a subsistência de pequenos povoados na costa. Em 1930, no entanto, começam as primeiras sondagens geológicas, e em 1962 acontece a primeira exportação de petróleo a partir do protetorado britânico de Abu Dhabi, anunciando novas possibilidades de crescimento econômico.

O governo britânico anunciou, em 1968, sua intenção de retirar-se da região. Sob a liderança Xeiue Zayed Bin Sultan Al Nahyan, de Abu Dhabi, em conjunto com o Xeiue Rashid Bin Saeed Al Maktoum, de Dubai, iniciou-se o processo negociador que, em 2 de dezembro de 1971, uniu os "Estados da Trégua" em um único Estado independente: os Emirados Árabes Unidos (EAU), uma federação dos sete emirados.

A renda advinda da indústria de hidrocarbonetos permitiu investimentos pioneiros em infraestrutura e qualidade de vida, que em poucas gerações tornou o país em um dos principais centros financeiros, comerciais e empresariais da região, um "hub" logístico de ponta e um destino turístico popular. Apesar das receitas petrolíferas responderem, ainda, por grande parte da renda nacional, as últimas décadas tem visto esforço de diversificação econômica, inclusive através da criação diversos fundos de investimentos. Somados, os ativos desses fundos superam US\$ 1 trilhão.

A prosperidade dos EAU atrai intenso fluxo de imigrantes, que representam entre 80 e 85% dos habitantes do país, o que inclui entre 7.000 e 10.000 brasileiros. As relações econômicas com o exterior e a grande comunidade estrangeira fazem dos EAU, hoje, o país culturalmente mais aberto no Golfo.



PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA ALTEZA O XEIQUE KHALIFA BIN ZAYED AL NAHYAN **Presidente dos Emirados Árabes Unidos e** **Emir de Abu Dhabi**



Nascido em 1948, na cidade de Al Ain (Emirado de Abu Dhabi). Estudou em Al Ain e na Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido. Foi nomeado Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e das Finanças do Emirado de Abu Dhabi, em 10 de julho de 1971.

Após o falecimento de seu pai, Xeique Zayed fundador do país e primeiro presidente, o Xeique Khalifa ascendeu à Presidência dos Emirados Árabes Unidos, em 3 de novembro de 2004, por meio de eleição realizada no seio do Conselho Federal Nacional, integrado pelos soberanos dos sete emirados que compõem o país. O Xeique Khalifa guardou, ainda, para si o cargo de dirigente máximo do Emirado de Abu Dhabi.

Como líder da família Nahyan, Khalifa herdou de seu pai papel relevante no sistema de poder vigente na Península Arábica. A Presidência dos Emirados Árabes Unidos qualifica-o como um dos principais interlocutores político-diplomáticos da região do Golfo, sobretudo em vista da importância estratégica e das reservas petrolíferas do Emirado de Abu Dhabi.

Nas relações exteriores, o Presidente Khalifa busca cultivar boas relações com os EUA, o Reino Unido, a Rússia e a Arábia Saudita, bem como com Japão e China, dois grandes compradores de petróleo dos Emirados. Recebe visitas constantes dos líderes do Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne, além dos Emirados, Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Omã e Bahrein.

Encontrou-se com o ex-Presidente Lula em 2003 em Abu Dhabi, quando ainda era Príncipe-Herdeiro dos EAU, durante a visita oficial do então Chefe de Estado brasileiro àquele país árabe. Nunca esteve no Brasil. Por questões de saúde, não aparece em público desde 2013.



SUA ALTEZA, O XEIQUE MOHAMMED BIN RASHID AL MAKTOUM
Vice-Presidente, Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa dos Emirados
Árabes Unidos e Emir de Dubai



Nascido em 1949, Xeique Mohammed é o terceiro filho do Xeique Rashid bin Saeed Al Maktoum. Iniciou sua educação formal aos quatro anos, com preceptores particulares de estudos árabes e islâmicos. Em 1955, passou a freqüentar o sistema de educação secundária de seu país. Em agosto de 1966, ingressou na Bell School of Languages, em Cambridge.

Sua primeira esposa é a Xeica Hind bint Maktoum bin Juma Al Maktoum, com quem se casou em 1979. Sua segunda esposa é a Princesa Haya bint Al Hussein, filha do falecido Rei Hussein da Jordânia e meia-irmã do atual Rei Abdullah II, também da Jordânia.

O Xeique Mohammed al Maktoum tornou-se Emir de Dubai em 04 de janeiro de 2006, por ocasião do falecimento de seu irmão mais velho, o Xeique Maktoum Bin Rashid al Maktoum. Foi nomeado Primeiro-Ministro e Vice-Presidente dos Emirados em janeiro de 2006, por decisão do Presidente dos EAU.

O Xeique Mohammed supervisionou o desenvolvimento de numerosos projetos em Dubai, incluindo a criação das Ilhas Palm, do luxuoso hotel Burj Al Arab e do Burj Khalifa Bin Zayed, o maior edifício do mundo.

Em novembro de 2013, o Xeique Maktoum recebeu em audiência, na cidade de Dubai, o então Vice-Presidente da República, Michel Temer, acompanhado, na ocasião, por expressiva delegação empresarial.

Em 2014 visitou oficialmente o Brasil acompanhado de delegação governamental e empresarial. A comitiva emirática encontrou-se com o então Vice-Presidente da República e com o então Ministro das Relações Exteriores, e foi recebida em audiência pela então Presidente da República. Na ocasião, foi assinado acordo bilateral para cooperação em matéria de defesa, o primeiro entre o Brasil e um país do Oriente Médio.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e os EAU foram estabelecidas formalmente em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi tendo ocorrido em 1978. Em 1991, os Emirados instalaram sua Embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. A relação bilateral registrou grande aprofundamento a partir dos anos 2000, tanto em termos políticos quanto econômicos.

Esse processo tem sido fortalecido por intensa agenda de visitas oficiais: os Emirados Árabes Unidos são o país do Oriente médio mais visitado por autoridades brasileiras de nível ministerial e por governadores de Estado. Tal fato se explica pela intensidade dos vínculos econômicos bilaterais; pela importância do mercado emirático como consumidor final e como redistribuidor regional para os produtos brasileiros; pela localização privilegiada do país árabe como "hub" aéreo e turístico internacional; e pela pujança de seus fundos de investimento.

Em dezembro de 2003, o ex- Presidente Lula realizou visita oficial aos EAU, com comitiva composta por ministros, governadores, senadores, deputados, o presidente da Petrobras e cerca de 200 empresários. A partir da visita presidencial, a Embaixada do Brasil em Abu Dhabi registrou aumento do interesse governamental e empresarial dos Emirados para com o Brasil.

No que tange ao intercâmbio bilateral de visita de Chanceleres, o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos EAU, Abdullah bin Zayed al Nahyan (irmão do presidente Khalifa Al Nahyan) visitou o Brasil em caráter oficial em 2009, 2010, 2012 e 2014. Nenhum chanceler brasileiro visitou os EAU desde 2003, quando Celso Amorim acompanhou a visita presidencial ao país.

Em novembro de 2013, o então Vice-Presidente da República, Michel Temer, visitou os EAU, sendo recebido com distinção pelas autoridades locais. Foi recebido em audiência pelo Príncipe-Herdeiro de Abu Dhabi, Xequie Mohammed bin Zayed al Nahyan, e pelo Vice-Presidente, Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa dos Emirados Árabes Unidos e Emir de Dubai, Xequie Mohammed al Maktoum. Em 2014 ocorreu visita oficial do Xequie Mohammed al Maktoum a Brasília.

O avanço na agenda política bilateral ao longo da última década e meia foi acompanhado de aprofundamento das relações econômicas, objeto de análise na seção "Economia, Comércio e Investimentos". De fato, a pauta econômica constitui o principal eixo de interação da relação Brasil-EAU, e é indissociável da relação política bilateral, inclusive pela prioridade dada pelos EAU a temas econômicos em sua inserção extra-regional e pela natureza entrelaçada das instituições emiráticas:



os principais agentes econômicos são idênticos às principais lideranças políticas.

Temas consulares também se revestem de importância na relação bilateral: os Emirados abrigam a maior comunidade brasileira na Península Arábica, com entre 7.000 e 10.000 cidadãos. Trata-se de grupo composto principalmente por profissionais qualificados - empresários, funcionários de companhias aéreas, instrutores de esportes e suas famílias. Em 2015, mais de 60.000 brasileiros visitaram o país. Além da Embaixada em Brasília, os EAU mantêm um consulado em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição dos EAU, criada em 1971, define o país como uma união federal de sete Emirados: Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Umm Al Quwain, Fujairah, Ajman e Ra's Al Khaimah. A autoridade maior do país é o Conselho Federal Nacional, integrado pelos sete emires, que tem, entre as suas atribuições, a escolha do presidente. O Islã é a religião oficial e a lei islâmica fonte importante de Direito. Os Emirados representam, na região, país de grande estabilidade interna.

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da União e pelo Conselho de Ministros, chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Chefe de Governo é escolhido pelo Presidente e pelo Conselho Federal Nacional. O Legislativo é composto por 20 membros escolhidos pelo Presidente e outros 20 sufragados por um restrito eleitorado (mandatos de quatro anos). O Judiciário é exercido pela Suprema Corte, igualmente nomeada pelo Conselho Federal Nacional. Apesar de normas de origem religiosa serem consideradas como principal fonte da legislação (predominante no direito de família), o quadro jurídico dos EAU utiliza, em grande medida, o direito continental europeu. As legislações comercial, trabalhista, marítima e securitária não se dissociam, em suas linhas gerais, de suas congêneres ocidentais. O atual presidente, Xeiue Khalifa, chegou ao poder em 2004, após a morte de seu pai, Xeiue Zayed, o primeiro Presidente dos EAU.

Seguindo os moldes da organização social tribal e familiar beduína, o poder é altamente concentrado. A família do Presidente (os Al Nahyan, de Abu Dhabi) controla as Forças Armadas e as corporações policiais, cabendo também a membros da família Nahyan as organizações estatais ligadas à produção e processamento do petróleo, os Ministérios do Exterior, Comunicações e Educação, a chefia do Gabinete Presidencial e os dois postos de Vice-Primeiro-Ministro.

Os Maktoum (família do Emir de Dubai) guardam os cargos de Vice-Presidente, Primeiro-Ministro e de Ministro da Defesa. Os demais ministérios e



cargos dividem-se entre as famílias dos demais Emires.

Apesar do enorme sucesso econômico, os EAU devem ainda avançar no campo das reformas políticas substantivas. Encontra-se em marcha a adoção gradual de uma reforma política nas instituições nacionais, porém não foi ainda estabelecido um cronograma para a ampliação dessas reformas. Há promessas de conferir ao Conselho Federal Nacional mais poderes e um aumento em sua composição, sob a advertência de que os partidos políticos continuariam proibidos no país.

POLÍTICA EXTERNA

Em muitos aspectos, a política exterior dos EAU assemelha-se àquela dos demais países-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), mas há diferenças importantes de ênfase e prioridades. Os principais fatores a determinar essa inserção internacional podem ser enumerados da seguinte forma:

a) Economia petrolífera e investimentos – Os vastos recursos petrolíferos concedem aos Emirados papel importante na fixação dos preços internacionais do produto, além de importância estratégica para o Ocidente e demais nações desenvolvidas. A grande liquidez financeira dos EAU permitem ao país ser não apenas importante doador assistencial regional e internacional, mas também em grande investidor dos seus volumosos excedentes monetários. Nesse contexto, insere-se o exercício da chamada “diplomacia do talão de cheques” alavancando, quando necessário, recursos e empréstimos financeiros em favor de objetivos políticos. Também se verifica relação inversa: a importância dada às relações econômicas dos EAU é fator importante na definição de suas prioridades internacionais.

b) A identidade árabe – por aderir ao arabismo, os EAU têm seguido a posição da Arábia Saudita e da Liga dos Estados Árabes (LEA), de apoio à unidade árabe, não como uma federação, mas como um conjunto de nações independentes, cooperando para a consecução de objetivos comuns, em que pesem eventuais discordâncias e disputas de poder hegemônico regional. Nessa linha de pensamento, são contrários à política de Israel para a Palestina e defendem os lugares sagrados do Islã em Jerusalém. Defendem a idéia de um Oriente Médio livre de armas nucleares e procuram coordenar posições junto à LEA;

b) Valores islâmicos – os EAU prestam solidariedade e apoio financeiro às demais nações muçulmanas, em especial na África.

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, composto por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã) representa o



primeiro círculo de atuação internacional dos EAU, fornecendo canal importante de coordenação e apoio para o país em seu entorno imediato. São antigos os laços sociais, políticos, econômicos e, inclusive, dinásticos, que ligam os países do bloco. Em termos econômicos, militares e populacionais, os EAU são a segunda força dentro do bloco, atrás da Arábia Saudita, que por sua vez responde por mais da metade da população e do PIB do CCG. Os EAU, como os demais membros menores, prezam pela aliança com a Arábia Saudita, mas buscam preservar ao máximo sua autonomia.

Desde a criação da federação dos Emirados Árabes Unidos, o país tem investido na construção de um sofisticado dispositivo de segurança nacional, mediante a assinatura de acordos de defesa – Estados Unidos (1994), França (1995) e Grã-Bretanha (1996) – e de cooperação militar – Holanda (1994), Paquistão (1995) e Itália (2003). Em decorrência dessa estratégia, o país é fortemente dependente do apoio norte-americano, o que leva os Emirados a disputarem a “preferência” dos Estados Unidos com Bahrein, Catar e Kuwait. Os EAU abrigam, em seu território, pessoal de serviço e equipamento militar estadunidense.

Vizinhos pelo Golfo, os EAU e o Irã partilham historicamente intensas atividades sociais e comerciais, inclusive com a presença de importante comunidade iraniana, de aproximadamente 400 mil pessoas, há muito estabelecida nos Emirados. Paradoxalmente, a Revolução Iraniana atuou como elemento catalisador para o desenvolvimento econômico dos EAU. Após a Revolução, maciços investimentos norte-americanos e europeus foram desviados para os países da Península Arábica, assim como milhares de iranianos fugitivos do regime revolucionário levaram capital para os Emirados.

Existe contencioso entre os dois países em torno da soberania sobre as ilhas de Abu Musa, Grande Tunb e Pequena Tunb (no estreito de Ormuz), tomadas pelo Irã ainda à época do Xá Reza Pahlevi (1953-79). Tem sido incluído parágrafo a respeito do tema nas Declarações das Cúpulas ASPA (2005, 2009, 2012 e 2015). No atual contexto de polarização entre Arábia Saudita e Irã, os Emirados mantêm-se próximos da posição saudita. Após a execução do clérigo xiita Nimr Al Nimr pela Arábia Saudita e os subsequentes ataques contra instalações diplomáticas e consulares sauditas no Irã, os EAU retiraram seu embaixador em Teerã do país, em sinal de protesto.

Desde abril de 2015 os EAU integram coalizão militar liderada pela Arábia Saudita que intervém militarmente no Iêmen contra rebeldes "Houthis", contribuindo com aeronaves e forças terrestres. A coalizão conta com o apoio do presidente iemenita Abdrabbo Mansour Hadi. O conflito já resultou na morte de mais de 10,000 pessoas e na precarização extrema da situação humanitária no país.



Do ponto de vista da política energética internacional, com o relançamento da iniciativa alemã de criação da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), em 2008, os Emirados engajaram-se em um intenso esforço diplomático em favor da escolha de Masdar, cidade em construção localizada em área adjacente a Abu Dhabi – que seria a cidade ambientalmente "mais limpa" do mundo –, como sede da nova organização. O esforço foi coroado de êxito e a IRENA, hoje, está sediada nos EAU.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A exploração e a exportação de petróleo e gás constituem a base da economia dos Emirados Árabes Unidos, especialmente no Emirado de Abu Dhabi. O país detém a quinta maior reserva comprovada de petróleo do Oriente Médio (97,8 bilhões de barris) e a quinta maior reserva comprovada de gás do mundo (6,1 trilhões de metros cúbicos). Os Emirados são altamente dependentes da renda dos hidrocarbonetos (cerca de um terço do PIB), e são o terceiro maior exportador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

O emirado de Abu Dhabi aplica parcela da renda estatal dos hidrocarbonetos em projetos em todos os demais Emirados, estimulando a coesão federal. Os dirigentes dos EAU promovem política econômica de distribuição de renda à escassa população nativa, além de política de emiratização do emprego, com quotas para nacionais em cada ramo de atividade. Não há impostos, nem sistemas arrecadadores de receitas de ordem alguma.

Os principais destinos das exportações dos EAU são países asiáticos, tendo o Japão importado aproximadamente 14% do total em 2015, valor equivalente a US\$ 23 bilhões. O maior parceiro comercial do país é a Índia, com uma corrente de comércio de US\$ 50 bilhões no mesmo período. O intercâmbio total dos EAU com o exterior montou a US\$ 384 bilhões em 2015.

O Conselho Supremo do Petróleo define a política energética dos EAU. A produção de hidrocarbonetos é organizada em modelo de partilha entre empresas estatais e investidores estrangeiros, estes tendo papel limitado fora da fase de exploração. A estatal Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC) opera 17 subsidiárias nos setores de petróleo e gás e detém direitos sobre até 60% de todos os novos campos descobertos.

Dubai, que se tornou o maior porto do Golfo, desenvolve projetos em hotéis, restaurantes e malha de transportes. O porto e a zona franca de Jebel Ali (anexo a Dubai), além de unidades semelhantes em Abu Dhabi, Sharjah e Ras El



Khaimah, constituem importantes vetores de reexportação para a região médio-oriental, sendo superado apenas por Hong Kong e Cingapura.

A crise financeira internacional deflagrada em 2008 atingiu com intensidade a economia de Dubai, o segundo Emirado mais importante da federação. As empresas mais afetadas foram os bancos e as construtoras, em particular aquelas que integravam o grupo pertencente ao governante de Dubai. As construtoras foram duplamente atingidas: suas ações despencaram, em alguns casos, quase 70% desde janeiro de 2008; e seus ativos, representados principalmente por projetos imobiliários de grande monta, desvalorizaram-se com a dramática queda da demanda. Gradualmente, saneou-se a economia de Dubai e estabilizou-se o mercado imobiliário e de construção local,

Para proteger o sistema bancário, o Banco Central dos EAU deixou claro que proveria liquidez aos bancos – nacionais ou estrangeiros – operando no país. Dubai recorreu então ao referido Banco Central, que o autorizou a emitir títulos internacionais no valor de US\$20 bilhões, dos quais metade foi arrematada pelo governo de Abu Dhabi. Posteriormente, dois bancos estatais abudabenses forneceram empréstimo adicional de US\$5 bilhões. A injeção de capitais foi transferida às empresas do governo de Dubai, que passaram a pagar parte de seus débitos.

Relações econômicas Brasil-EAU

As economias brasileira e emirática possuem alto grau de complementaridade, havendo diversos eixos de sinergia potencial nos setores comercial e de investimentos ainda inexplorados ou parcialmente aproveitados.

Devido a sua característica de entreposto comercial, aproximadamente 30 empresas brasileiras contam com escritórios comerciais no país, utilizando-o como plataforma para suas exportações na região. A Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) mantém um escritório em Jebel Ali, zona franca de Dubai, para auxiliar empresas brasileiras que pretendam se estabelecer nos Emirados.

No campo comercial, a partir de 2008, os EAU transformaram-se no segundo parceiro médio-oriental do Brasil, atrás apenas da Arábia Saudita. O comércio total com os EAU superou em 2015 US\$ 2,9 bilhões (em 2000, somara US\$ 300 milhões). O intercâmbio bilateral é, historicamente, desequilibrado em favor do Brasil, tendo o superávit alcançado o montante de US\$ 2,0 bilhões em 2015. Combustíveis e óleos minerais dominam a pauta das importações brasileiras. As exportações do Brasil para os Emirados são dominadas por produtos agrícolas,



sobretudo carnes (24% das exportações Brasil-EAU em 2015) e açúcares (16%) e minérios (9%), sendo significativas também as exportações de produtos de maior valor agregado, como máquinas e aços (4%).

A partir de 2014, com a assinatura do acordo bilateral de cooperação em matéria de defesa (ainda em tramitação no congresso) durante a visita do Xequie Maktoum a Brasília, floresceu o interesse emirático em adquirir material de defesa brasileiro, em especial no setor aeronáutico. No que tange a aeronaves de carreira de passageiros, o mercado emirático ainda não se abriu, de forma significativa, para a Embraer, não havendo aeronaves da empresa nas frotas das duas principais empresas aéreas do país – Emirates e Etihad. Há, no entanto, outras empresas aéreas menores, como FlyDubai e Air Arabia, que também representam relevante mercado.

No setor da aviação civil, a Emirates Airlines voa para o Brasil desde outubro de 2007, com duas frequências diárias: Dubai-São Paulo e, desde 2012, Dubai-Rio de Janeiro-Buenos Aires. A Etihad passou também a operar uma frequência diária na rota Abu Dhabi-São Paulo em 2013, cujo cancelamento foi anunciado para o ano de 2017.

No campo do comércio de commodities agrícolas os EAU, assim como os demais países da Península Arábica, não são capazes de produzir internamente quantidade de alimentos que atenda a suas necessidades. O agronegócio brasileiro exerce papel relevante na garantia da segurança alimentar local, especialmente com relação à proteína animal, podendo expandir essa atuação futuramente. Empresas brasileiras do ramo possuem escritórios em Dubai, e a BRF opera instalação de processamento e redistribuição no emirado de Abu Dhabi. Além de importar alimentos, os EAU procuram investir diretamente (principalmente através da *holding* Al Dahra) na produção agropecuária em terceiros países, buscando assegurar o abastecimento mesmo em tempos de crise. Essa estratégia, que inicialmente privilegiava a aquisição de terras e a produção própria, tem sido flexibilizada recentemente para incluir parcerias com produtores locais.

Os principais fundos soberanos dos EAU controlam ativos que superam US\$ um trilhão, havendo cerca de US\$ 5 bilhões investidos no Brasil: trata-se de quantia de grande relevância, mas que pode ainda aumentar exponencialmente. O fundo Mubadala, de Abu Dhabi, associou-se à *holding* EBX. Após a reestruturação do grupo iniciada em 2013, o fundo emirático ficou com ativos somando cerca de US\$ 2,3 bilhões, em setores como mineração, construção naval e hotelaria (inclusive o antigo Hotel Glória, no Rio de Janeiro).

Em sua atuação internacional, os fundos de investimentos dos EAU (e, conseqüentemente, o próprio governo emirático) buscam, em geral, um quadro normativo que, na visão emirática, garanta segurança jurídica e atratividade



econômica pela assinatura de acordos para evitar dupla tributação (ADTs) e acordos de promoção de investimentos (APPIs), ambos nos moldes tradicionalmente promovidos pela OCDE.

Com relação à APPIs, o Brasil nunca ratificou acordo do gênero, tendo recentemente desenvolvido modelo alternativo, centrado em promoção bilateral de investimentos e prevenção de conflitos: o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), já assinado com sete países. O Brasil enviou aos EAU proposta de ACFI no início de 2016, e em julho do mesmo ano ocorreram videoconferências sobre o tema entre autoridades emiráticas e brasileiras.

Quanto à assinatura de ADTtem sido explicado que, nos termos da normativa tributária brasileira e na visão da Secretaria da Receita Federal, os EAU são considerados como país de tributação favorecida (que não tributa a renda ou a tributa à alíquota inferior a 17%), o que impõe restrição à assinatura de acordo do gênero com os EAU. Já foi informado às autoridades emiráticas, no entanto, que o Brasil não tributa rendimentos de fundos soberanos (foco principal de preocupação emirática) desde a publicação da Lei nº 13.043/2014.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século XIX	Acordos entre o Reino Unido e os principais Xeiques árabes da região para o estabelecimento de protetorado britânico sobre os “Estados da Trégua
1953	Descoberta de substancial jazida de petróleo na Ilha Ras, na costa de Abu Dhabi.
1971	Retirada das tropas britânicas. Os Emirados de Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Aiman, Um al Qaiuan e Al Fujayrah formam federação independente com o nome de Emirados Árabes Unidos. O Xeique Zayed bin Sultan al Nahyan, de Abu Dhabi, assume a presidência, e o Xeique Rashid Maktoum, Emir de Dubai, torna-se Vice-Presidente e Primeiro-Ministro
1972	O Emirado de Ra’s al Khaymah passa a fazer parte da federação.
1981	Os Emirados Árabes Unidos aliam-se, no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), às nações árabes vizinhas Arábia Saudita, Catar, Omã, Bahrein e Kuwait.
1990	Maktoum bin Rashid al Maktoum torna-se Vice-Presidente e Primeiro-Ministro após a morte do pai, o Xeique Rashid Maktoum.
1996	A Constituição provisória de 1971 passa a ser permanente. É Firmado acordo de cooperação militar com os Estados Unidos.
2003	Acordo de fronteiras com o Sultanato de Omã.
2004	O Xeique Khalifa bin Zayed Al Nayan torna-se presidente após a morte do pai, Xeique Zayed bin Sultan al Nahyan.
2008	Crise financeira internacional atinge fortemente a economia do Emirado de Dubai.
2010	Morre, em acidente de aviação, o irmão do Presidente dos EAU e diretor da Autoridade de Investimentos de Abu Dhabi, o Xeique Ahmed bin Zayed Al Nahyan
2011	Os EAU tomam parte na coalizão que implementa a zona de exclusão aérea na Líbia e enviam contingente militar de 500 soldados, sob a égide do CCG, para o Bahrein, no contexto da crise política interna daquele arquipélago
2013	Crise diplomática entre o Catar e os EAU, a Arábia Saudita e o Bahrein, que tem como motivo subjacente o apoio internacional de Doha ao movimento da Irmandade Muçulmana.
2015	Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão liderada pela Arábia Saudita.
2016	Em solidariedade a medida de ruptura de relações diplomáticas com o Irã tomada pelo Governo saudita, os EAU decidem reduzir seu nível de representação diplomática em Teerã ao de encarregado de negócios.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1978	Abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi
1988	Assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira
1991	Abertura da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos em Brasília
2000	Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, aos Emirados Árabes Unidos (setembro) Instalação do Escritório Comercial de Dubai (dezembro)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Emirados Árabes Unidos (dezembro)
2007	A Companhia Aérea Emirates inaugura linha aérea direta entre as cidades de Dubai e São Paulo
2008	Inauguração do Escritório de Representação do Banco do Brasil em Dubai (maio)
2009	Visita ao Brasil (Manaus, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) do Chanceler dos Emirados Árabes Unidos, Abdallah Bin Zayed al Nahyan (outubro).
2010	Visita do Ministro da Defesa aos EAU (18-21 de setembro). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a Abu Dhabi, acompanhado de delegação de 100 empresários (5 de dezembro)
2011	Realiza-se em Brasília a I reunião da Comista Brasil-EAU. A delegação emirática é chefiada pelo Vice-Ministro para Assuntos Econômicos da Chancelaria e a brasileira pelo Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio (11-12 de maio)
2012	O Chanceler Abdullah bin Zayed al Nahyan visita Brasília em caráter oficial no dia 16 de março e é homenageado com almoço oficial pelo Chanceler Antonio Patriota Realiza-se a II Comista Brasil-EAU em Abu Dhabi. A delegação brasileira ao encontro é chefiada pelo Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio (novembro)
2013	Missão comercial brasileira, chefiada pelo Secretário de Comércio e Serviços do MDIC e integrada por 70 membros, participa do III Annual Investment Meeting em Dubai (30 de abril-2 de maio) O Ministro da Economia dos Emirados, Sultan al Mansouri, visita São Paulo, à frente de comitiva de vinte empresários e altos funcionários governamentais de seu país O Vice-Presidente da República visita os Emirados Árabes Unidos (10-12 de novembro). Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República participa do Fórum Econômico Mundial em Abu Dhabi (17-20 de novembro)
2014	Visita oficial do Vice-Presidente, Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa dos Emirados Árabes Unidos e Emir de Dubai, Xequê Mohammed bin Rashid al Maktoum, a Brasília, acompanhado de delegação (22 de abril). Assinatura do Memorando de Entendimento bilateral sobre Cooperação Esportiva, em Abu Dhabi (08 de janeiro) O Ministro da Agricultura visita os Emirados Árabes Unidos, oportunidade em que prestigia a cerimônia de inauguração da fábrica da BRF em Abu Dhabi e se encontra com o Ministro do Meio-Ambiente e da Água dos EAU (responsável também pelos temas de agricultura) (26 de novembro)



2015	O Ministro da Energia dos EAU, Suhail al Mazrouei, representa o Governo de seu país na posse presidencial dia 01 de janeiro, em Brasília. No dia seguinte é recebido, em audiências separadas, no Ministério da Defesa e pelo Ministro das Minas e Energia (1-2 de janeiro) O Ministro do Meio-Ambiente e dos Recursos Hídricos dos EAU, Rashid bin Fahad, visita o Rio de Janeiro em caráter oficial (31 de janeiro-03 de fevereiro) A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visita os Emirados Árabes Unidos, oportunidade em que se encontrou com autoridades do fundo soberano ADIA e visitou as instalações da fábrica da BR Foods em Abu Dhabi (10-12 de novembro)
2016	Delegação militar emirática de alto nível, chefiada pelo Vice-Comandante da Força Aérea Emirática, visita o Brasil. A delegação é recebida em audiência pelo então Ministro da Defesa, e visita instalações da indústria de defesa brasileira em São Paulo e no Rio de Janeiro
2017	A Embaixadora Hafsa Abdullah Mohammed Sharif Al Ulama entrega cartas credenciais ao Presidente Michel Temer, no dia 19/01/2017

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira	11/10/1988	07/12/1992	22/12/1992
Acordo, por Troca de Notas, para a Isenção Recíproca de Imposto de Renda de Empresas de Transporte Aéreo	14/07/2009	14/07/2009	20/07/2009
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	16/03/2012	16/03/2012	16/03/2012
Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa	22/04/2014		Em tramitação no Congresso Nacional – Mensagem n. 454 de 17/08/2016



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Emirados Árabes Unidos US\$ milhões										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2011	2.169	16,9%	0,85%	479	170,3%	0,21%	2.649	30,3%	0,55%	1.690
2012	2.457	13,3%	1,01%	310	-35,4%	0,14%	2.766	4,4%	0,59%	2.147
2013	2.589	5,4%	1,07%	611	97,2%	0,25%	3.199	15,7%	0,66%	1.978
2014	2.847	10,0%	1,26%	502	-17,8%	0,22%	3.348	4,6%	0,74%	2.345
2015	2.504	-12,0%	1,31%	462	-7,9%	0,27%	2.965	-11,4%	0,82%	2.042
2016 (jan-out)	1.762	-14,7%	1,15%	309	-26,6%	0,27%	2.071	-16,7%	0,77%	1.453
Var. % 2011-2015	15,4%			-3,7%			12,0%			n.c.



Composição das exportações brasileiras para os Emirados Árabes Unidos US\$ milhões						
Grupos de produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	607	23,4%	599	21,0%	603	24,1%
Produtos químicos inorgânicos	86	3,3%	258	9,1%	442	17,7%
Açúcar	862	33,3%	829	29,1%	421	16,8%
Minérios	259	10,0%	214	7,5%	225	9,0%
Ouro e pedras preciosas	111	4,3%	106	3,7%	209	8,3%
Máquinas mecânicas	58	2,2%	42	1,5%	57	2,3%
Obras de ferro ou aço	23	0,9%	115	4,0%	53	2,1%
Cereais	47	1,8%	18	0,6%	53	2,1%
Farelo de soja	83	3,2%	28	1,0%	49	1,9%
Tabaco e sucedâneos	60	2,3%	29	1,0%	34	1,3%
Subtotal	2.196	84,8%	2.239	78,6%	2.146	85,7%
Outros	392	15,2%	608	21,4%	358	14,3%
Total	2.589	100,0%	2.847	100,0%	2.504	100,0%



Composição das importações brasileiras originárias do país US\$ milhões						
Grupos de produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	433	70,9%	262	52,2%	328	71,1%
Adubos	49	8,0%	115	22,9%	48	10,3%
Alumínio	4	0,6%	27	5,5%	32	7,0%
Sal; enxofre; sal e cimento	20	3,3%	8	1,6%	24	5,3%
Plásticos	17	2,7%	23	4,5%	11	2,3%
Máquinas mecânicas	7	1,1%	4	0,7%	3	0,7%
Máquinas elétricas	2	0,4%	2	0,4%	2,5	0,5%
Tabaco e sucedâneos	0,03	0,0%	0,1	0,0%	2,4	0,5%
Livros/jornais/gravuras	0,13	0,0%	0,05	0,0%	2,3	0,5%
Obras de ferro ou aço	1	0,2%	2	0,5%	2,1	0,4%
Subtotal	533	87,3%	442	88,2%	455	98,6%
Outros	77	12,7%	59	11,8%	7	1,4%
Total	611	100,0%	502	100,0%	462	100,0%



Brasil-Emirados Árabes Unidos: 10 principais produtos comercializados, SH 8						
US\$ milhões						
Exportações brasileiras	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumina calcinada	85	3,3%	254,2	8,9%	432	17,3%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	264	10,2%	253,5	8,9%	258	10,3%
Açúcar refinado	409	15,8%	327,0	11,5%	256	10,2%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	252	9,7%	251,4	8,8%	250	10,0%
Minérios de ferro e seus concentrados	0	0,0%	73,3	2,6%	225	9,0%
Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça	108	4,2%	98,5	3,5%	207	8,3%
Outros açúcares de cana	452	17,5%	501,0	17,6%	164	6,6%
Milho em grão, exceto para semeadura	43	1,7%	17,8	0,6%	52	2,1%
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	82	3,2%	27,9	1,0%	48	1,9%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	44	1,7%	42,5	1,5%	44	1,7%
Total dos 10 produtos	1.740	67,2%	1.847	64,9%	1.937	77,4%
Total geral	2.589	100,0%	2.847	100,0%	2.504	100,0%



Brasil-Emirados Árabes Unidos: 10 principais produtos comercializados, SH 8						
US\$ milhões						
Importações brasileiras	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo diesel	83	13,5%	32	6,5%	174	37,7%
Querosenes de aviação	350	57,3%	182	36,3%	112	24,3%
Ureia	48	7,9%	114	22,8%	47	10,2%
Óleos brutos de petróleo	0	0,0%	0	0,0%	25	5,3%
Enxofre a granel	17	2,8%	6	1,2%	24	5,2%
Alumínio em formas brutas	0	0,0%	8	1,5%	18	3,8%
Gás natural liquefeito	0	0,0%	48	9,5%	17	3,6%
Ligas de alumínio em formas brutas	3	0,5%	19	3,7%	10	2,2%
Outros polietilenos sem carga	4	0,7%	12	2,4%	4	0,8%
Cabos de alumínio, não isolados para usos elétricos	0	0,0%	0	0,0%	3	0,7%
Subtotal	505	82,8%	421	83,9%	434	94,0%
Total	611	100,0%	502	100,0%	462	100,0%



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)				
US\$ milhões				
Grupos de produtos	2 0 1 5 (jan-out)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-out)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	503	24,3%	477	27,1%
Açúcar	295	14,3%	392	22,3%
Químicos inorgânicos	387	18,7%	204	11,6%
Obras de ferro ou aço	44	2,1%	142	8,1%
Ouro e pedras preciosas	187	9,0%	80	4,5%
Cobre	3	0,1%	33,2	1,9%
Plásticos	9	0,4%	32,7	1,9%
Cereais	40	1,9%	28	1,6%
Minérios	201	9,7%	25	1,4%
Tabaco e sucedâneos	26	1,3%	24	1,4%
Subtotal	1.693	82,0%	1.438	81,6%
Outros	373	18,0%	324	18,4%
Total	2.066	100,0%	1.762	100,0%
Grupos de produtos	2 0 1 5 (jan-out)	Part. % no total	2 0 1 6 (jan-out)	Part. % no total
Importações				
Combustíveis	303	72,0%	235	76,0%
Aubos	36	8,5%	32	10,2%
Sal; enxofre; cal e cimento	24	5,8%	15	4,9%
Alumínio	31	7,5%	6	2,1%
Plásticos	10	2,3%	4	1,3%
Produtos das inds gráficas	1,99	0,5%	3,4	1,1%
Máquinas elétricas	1,96	0,5%	2,574	0,8%
Ferro e aço	1	0,2%	2,569	0,8%
Máquinas mecânicas	3	0,7%	2	0,8%
Obras de ferro ou aço	2	0,5%	1	0,4%
Subtotal	414	98,2%	304	98,4%
Outros produtos	8	1,8%	5	1,6%
Total	421	100,0%	309	100,0%



Evolução do comércio exterior dos Emirados Árabes Unidos US\$ bilhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2011	223	36,6%	198	22,2%	422	29,4%	25
2012	234	5,0%	215	8,2%	449	6,5%	20
2013	238	1,5%	239	11,4%	477	6,2%	-1
2014	219	-7,8%	243	1,5%	462	-3,2%	-23
2015	158	-27,8%	226	-6,8%	384	-16,8%	-68
Var. % 2011-2015	-29,1%		14,0%		-8,8%		n.c.



Direção das exportações dos Emirados Árabes Unidos US\$ bilhões		
Países	2 0 1 5	Part.% no total
Japão	23,52	14,9%
Índia	20,28	12,8%
China	11,53	7,3%
Omã	10,16	6,4%
Coreia do Sul	8,61	5,4%
Arábia Saudita	8,59	5,4%
Cingapura	8,18	5,2%
Tailândia	8,14	5,1%
Paquistão	5,74	3,6%
Hong Kong	4,44	2,8%
...		
Brasil	0,46	0,3%
Subtotal	109,64	69,3%
Outros países	48,57	30,7%
Total	158,21	100,0%



Origem das importações dos Emirados Árabes Unidos US\$ bilhões		
Países	2 0 1 5	Part.% no total
China	37,03	16,4%
Índia	29,99	13,3%
Estados Unidos	22,97	10,2%
Alemanha	16,33	7,2%
Reino Unido	10,45	4,6%
França	9,53	4,2%
Japão	8,70	3,8%
Itália	6,86	3,0%
Arábia Saudita	6,74	3,0%
Hong Kong	6,69	3,0%
Brasil	2,50	1,1%
Subtotal	157,79	69,8%
Outros países	68,36	30,2%
Total	226,15	100,0%



Composição das exportações dos Emirados Árabes Unidos US\$ bilhões		
Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Combustíveis	83,2	52,6%
Ouro e pedras preciosas	26,3	16,6%
Plásticos	5,82	3,7%
Alumínio	5,72	3,6%
Máquinas elétricas	3,98	2,5%
Máquinas mecânicas	3,79	2,4%
Obras de ferro ou aço	2,79	1,8%
Cobre	2,31	1,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	2,29	1,4%
Ferro e aço	2,18	1,4%
Subtotal	138,3	87,4%
Outros	19,9	12,6%
Total	158,2	100,0%



Composição das importações dos Emirados Árabes Unidos US\$ bilhões		
Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	34,9	15,4%
Máquinas mecânicas	26,9	11,9%
Máquinas elétricas	25,9	11,5%
Aviões	19,6	8,7%
Automóveis	17,4	7,7%
Combustíveis	8,37	3,7%
Vestuário de malha	5,94	2,6%
Vestuário, exceto de malha	5,25	2,3%
Obras de ferro ou aço	4,95	2,2%
Plásticos	4,33	1,9%
Subtotal	153,5	67,9%
Outros	72,7	32,1%
Total	226,1	100,0%



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2017

Dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017



Dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

Art. 2º Ficam proibidos, obedecidos os prazos dispostos no art. 3º, em todo o território nacional:

I – a extração, a importação, o transporte, o armazenamento e a industrialização de todas as variedades de amianto, obtido de quaisquer fontes e por quaisquer processos;

II – a extração, a importação, o transporte, o armazenamento e a industrialização dos minérios e das rochas que





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

tenham silicatos hidratados de magnésio, de magnésio e cálcio, de ferro e magnésio, e de ferro, magnésio e cálcio que, a critério do órgão competente, acarretem riscos à saúde dos trabalhadores e dos consumidores;

III – a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de produto que tenha como matéria-prima o amianto;

IV – a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de produto que tenha como matéria-prima os minérios ou as rochas a que se refere o inciso II.

§ 1º Para os efeitos desta Lei e da sua regulamentação, amianto e asbesto são sinônimos, inclusive no que se refere às palavras deles derivadas, e designam a forma fibrosa dos minerais pertencentes aos grupos das serpentinas e dos anfibólios, obtidos de quaisquer fontes ou processos.

§ 2º Excetuam-se das proibições constantes do art. 2º, o amianto, os minérios ou as rochas, bem como os produtos que os utilizem como matéria-prima, destinados exclusivamente a pesquisas autorizadas pelo órgão competente.

Art. 3º O encerramento das atividades relacionadas no art. 2º obedecerá aos seguintes prazos:

I – seis meses, para a extração ou a obtenção a partir de quaisquer fontes e por quaisquer processos, e para a importação da forma bruta;

II – um ano, para o transporte da jazida até o local de armazenamento ou de industrialização, e para o armazenamento, a industrialização e a utilização da forma bruta;



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – dois anos, para o armazenamento e a comercialização, pela indústria, e para a importação dos produtos que os utilizem como matéria-prima;

IV – três anos, para o armazenamento e a comercialização, pelos estabelecimentos atacadistas, dos produtos que os utilizem como matéria-prima;

V – quatro anos, para o armazenamento e a comercialização, pelos estabelecimentos varejistas, dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

Art. 4º Decorrido o prazo estabelecido pelo inciso IV do art. 3º, as empresas que desempenham a atividade de que trata a Lei nº 9.976, de 3 de julho de 2000, só poderão utilizar diafragmas de amianto na produção de cloro durante três anos ou até o esgotamento do estoque remanescente desse insumo, adquirido dentro do prazo estabelecido nesse inciso, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Art. 5º A regulamentação do disposto nesta Lei definirá:

I – o destino dos estoques remanescentes e dos resíduos do amianto ou dos minérios ou das rochas a que se refere o inciso II do art. 2º que, vencidos os prazos estabelecidos nos arts. 3º e 4º, não foram industrializados, comercializados ou utilizados;

II – as normas para a extração, o transporte, o armazenamento e a industrialização da forma bruta do amianto e dos minérios e das rochas a que se refere o inciso II do art. 2º, até a cessação dessas atividades;

III – as normas para o transporte e o armazenamento dos produtos que utilizam como matéria-prima o amianto ou os minérios ou as rochas a que se refere o inciso II do art. 2º, até a cessação dessas atividades.



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Art. 6º Sem prejuízo das sanções cíveis, criminais e trabalhistas cabíveis, o descumprimento do disposto nesta Lei ou na sua regulamentação sujeita o infrator às penas estabelecidas pelo inciso XXIX do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Parágrafo único. As despesas relativas à remoção e à inutilização do produto apreendido correrão às custas do infrator.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto foi concebido e apresentado na legislatura passada pela Senadora Serys Shessarenko que, com sua conhecida sensibilidade social, buscou dar resposta aos graves problemas causados pelo amianto aos trabalhadores. Infelizmente, por força das normas regimentais, a matéria foi arquivada ao final da legislatura. Por iniciativa do Dr. Eliezer João de Souza, Presidente da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) e da Dra. Fernanda Giannasi, Coordenadora da Rede Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto na América Latina, tentei desarquivar o Projeto da Senadora Serys, mas o prazo para tal medida estava vencido.

Posteriormente, dada a alta relevância da matéria, o então Senador Eduardo Suplicy reapresentou o projeto de lei com ajustes, especialmente com relação aos prazos concedidos que, conforme análise do Dr. Eliezer João de Souza e da Dra. Fernanda Giannasi, se apresentavam bastante dilatados na proposição original.



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

O projeto de lei foi arquivado, mais uma vez, em razão do término da legislatura, em 2014.

Assim como fez o ex Senador Eduardo Suplicy ao reapresentar o projeto, reproduzo aqui, também, grande parte da justificção do projeto apresentado pela ex-Senadora Serys Slhessarenko, por concordar que seus argumentos são meritórios e continuam bastante oportunos.

Em que pese a sua utilidade e o seu amplo emprego como matéria-prima de inúmeros produtos, o amianto causa sérios danos à saúde. As pessoas mais afetadas são os trabalhadores envolvidos nas diversas atividades com ele relacionadas, desde a extração até o uso dos produtos que o contenham como matéria-prima. Mas as vítimas do amianto não são apenas trabalhadores. Os seus familiares e os moradores das imediações dos locais de extração, beneficiamento ou industrialização, além dos usuários dos produtos, também estão sujeitos aos efeitos danosos.

A fibra do amianto pode ser fragmentada em partículas microscópicas, o que facilita a sua aspiração. Ademais, a indestrutibilidade que o amianto apresenta no ambiente externo é mantida no organismo. Uma vez captada e incorporada pelo epitélio que reveste o alvéolo pulmonar, nunca mais a partícula é eliminada pelo organismo.

O amianto é a causa de uma doença irreversível que provoca fibrose ou enrijecimento do tecido pulmonar e evolui para insuficiência respiratória grave. Essa doença recebeu o nome de asbestose ou pneumoconiose por inalação de asbesto. Mas as pessoas expostas ao amianto não se tornam vítimas apenas da asbestose. Podem ser acometidas, também, de outras doenças, entre elas cânceres em pulmão, pleura, peritônio, estômago, rim e outros órgãos.



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

A asbestose e os cânceres causados pelo amianto têm uma consequência extremamente cruel: os sinais e os sintomas são de manifestação tardia. Em muitos casos, a doença só aparece depois que o trabalhador foi demitido ou já se aposentou. O longo período de evolução inspirou os especialistas a criar o conceito de *invisibilidade* da doença, que leva o empregador a não reconhecer o nexo entre a causa – a exposição ao amianto – e o efeito tardio – a asbestose do trabalhador demitido ou aposentado. Desamparado pelo antigo empregador, o doente pode mergulhar na miséria, pois é muito pouco provável que ele seja aceito em outro emprego. Além disso, a Previdência Social pode negar-lhe a aposentadoria, se a invalidez ainda não estiver claramente configurada.

Os empresários da mineração e os industriais do amianto sustentam que as doenças causadas pelo produto podem ser prevenidas com o seu uso seguro. Contestando esse argumento, a Administração de Segurança e Saúde Ocupacionais (*Occupational Safety and Health Administration – OSHA*), dos Estados Unidos, mostrou excesso de sessenta e quatro mortes por grupo de mil trabalhadores expostos à concentração de duas fibras de amianto por centímetro cúbico ($2,0 \text{ fibras/cm}^3$), quando comparados com a população geral. Esse limite de tolerância, permitido no Brasil desde 1991, pela Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, é vinte vezes superior ao permitido nos Estados Unidos, desde 1998, que é de $0,1 \text{ fibras/cm}^3$.

Embora as autoridades trabalhistas estabeleçam limites classificados como “de tolerância”, o que enganosamente sugere que há segurança para os trabalhadores, estudos epidemiológicos evidenciam que não existe limite seguro de exposição. Ademais, os mesmos estudos mostram que: 1) todos os tipos de amianto causam asbestose, mesotelioma e câncer de pulmão; 2) existem substitutos mais seguros; e 3) a exposição de trabalhadores e usuários a produtos de amianto é de difícil controle. Em resumo, qualquer variedade de



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

amianto e qualquer concentração atmosférica de fibras do produto aumentam o risco de doenças.

Sobre esse assunto, vale lembrar as palavras de um dos principais pesquisadores brasileiros das doenças ocupacionais, o Professor René Mendes:

[...] a despeito da riqueza de evidências sobre os riscos da exposição ao amianto, a questão tem sido tratada no Brasil com uma miopia leviana e criminosa, marcada pela negligência e omissão do Poder Público, do Legislativo e do Judiciário. A defesa do significado econômico do amianto, privilégio de poucas empresas, tem prevalecido até hoje. O sofisma do "uso seguro" e do "uso controlado" consegue se sobrepor à política de Saúde Pública.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que ocorram, anualmente, cerca de cem mil mortes, no mundo todo, relacionadas com a exposição ao amianto. O Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (INSERM), da França, constatou que, nesse país, morrem cerca de duas mil pessoas por ano, vítimas de doenças causadas pelo amianto. Esse fato levou à aprovação, em 1º de janeiro de 1997, de uma lei que proíbe o uso do amianto e a execução de quaisquer atividades relacionadas com o seu aproveitamento. Atualmente, mais de quarenta países proíbem o uso do amianto em seus territórios, entre eles a totalidade dos países da União Européia.

No Brasil, o uso do amianto ou asbesto é regulamentado pelas Leis nº 9.055, de 1º de junho de 1995, e nº 9.976, de 3 de julho de 2000. A primeira proíbe a extração, a produção, a industrialização, a utilização e a comercialização das variedades de amianto do grupo dos anfíbios, mas permite essas atividades quando relacionadas com a crisotila ou amianto branco. A segunda estabelece normas para o uso de diafragmas de amianto em células de eletrólise para a produção de cloro.



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Quatro estados brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul – aprovaram leis que proíbem a industrialização, o comércio e o uso de produtos de amianto nos seus territórios. Todavia, essas leis não surtiram efeito, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou-as inconstitucionais, visto que é competência privativa da União legislar sobre jazidas, minas e recursos minerais.

Assim, torna-se ainda mais relevante a presente proposição, pois em relação a ela não se poderá arguir inconstitucionalidade, já que trata de temas cuja competência para legislar é constitucionalmente atribuída à União: jazidas, recursos minerais, produção, consumo, proteção e defesa da saúde.

O projeto que ora apresento proíbe, também, as atividades relacionadas com as formas não-fibrosas dos minérios e das rochas que contêm os mesmos silicatos que formam o amianto. Entre esses materiais, o mais conhecido é a pedra-sabão, formada pelo talco mineral. Esses minérios e rochas acarretam os mesmos riscos à saúde. Proponho que, em relação a eles, a proibição não seja total. Só será aplicada quando o Ministério da Saúde ou o Ministério do Trabalho e Emprego considerar que há riscos para a saúde dos trabalhadores envolvidos ou para os usuários dos produtos, em consequência dos teores dos silicatos ou da maneira com que são desenvolvidas as atividades.

A fim de permitir que a mineração, a indústria, o comércio e a utilização de produtos de amianto não sofram um impacto econômico insuportável, estabeleci prazos razoáveis para que as medidas entrem em vigor.

Isto posto, avalio que a proibição do uso do amianto concorrerá para a melhoria da saúde da população, principalmente dos trabalhadores envolvidos com as atividades de aproveitamento desse



SF/17229.97349-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

mineral. Assim, conto com o apoio dos nobres Parlamentares de ambas as Casas Legislativas para a aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.437, de 20 de Agosto de 1977 - Lei de Infrações à Legislação Sanitária - 6437/77
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1977;6437>
 - inciso XXIX do artigo 10
- Lei nº 9.055, de 1º de Junho de 1995 - 9055/95
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9055>
- Lei nº 9.976, de 3 de Julho de 2000 - 9976/00
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9976>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 21

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	21
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Regina Sousa (35) Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93,117) Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17 Líder José Agripino - DEM (32,51) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (102) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) José Aníbal (82) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Omar Aziz - PSD (45,101) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (14)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)	PMDB - 21 Líder Renan Calheiros - PMDB (103) Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (33,80) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115)	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, a Senadora Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLI DPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. O senador Fátima Bezerra está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 10/02/2017 a 19/02/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

*** Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**.. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Ricardo Moreira Maia

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 33034608**E-mail:** cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,11)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽³⁾
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽²⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6.
VAGO	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -**Telefone(s):** 61 33033498**E-mail:** ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Majoria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	
Maioria (PMDB)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	
VAGO		4.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
VAGO		1.	
VAGO		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of. nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO ^(4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(1,8,9,10,11)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (1,4,5,6,9)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS	
PMDB	
	Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT	
	Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB	
	Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB	
	Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT	
	Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR	
	Senador Magno Malta (ES)
PSD	
	Senador Otto Alencar (BA)
DEM	
	Senador José Agripino (RN)
PP	
	Senadora Ana Amélia (RS)
PTB	
	Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS	
	Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB	
	VAGO (2,4,5,6)
PSOL	
	Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS	
PMDB	
	Senadora Simone Tebet (MS)
PT	
	Senador Paulo Paim (RS)
PSDB	
	Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB	
	Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT	
	Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR	
	Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD	
	Senador Otto Alencar (BA)
DEM	
	VAGO ⁽³⁾
PP	
	Senadora Ana Amélia (RS)
PTB	
	Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS	
	Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB	
	VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL
Atualização: 31/01/2015	

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
VAGO ^(4,5,6,7)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

